



////////////////////////////////////

RELATÓRIO DE GESTÃO

//////////////////////////////////// 2022 //////////////////////////////////

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	1
I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	6
2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL	6
2.2. ECONOMIA EUROPEIA.....	7
2.3. ECONOMIA PORTUGUESA	8
III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL.....	11
3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL	11
3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED'S)	11
3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO”	12
3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO.....	12
3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS.....	12
3.2.1.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO	13
3.2.1.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS.....	13
3.2.1.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA	14
3.2.1.1.2.3. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS	15
3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	17
3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS.....	17
3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO	18
3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	19
3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO	20
3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES	21
3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS	22
3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	23
3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA”	24
3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA	24
3.2.2.1.1. DINAMIZAÇÃO DO PORTAL WEB MUNICIPAL	24
3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS.....	25
3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS.....	25
3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES	26
3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL	26
3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO	27
3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL.....	28
3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL”	29
3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL	29
3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE	29
3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES	30
3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR.....	31
3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES	31
3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO.....	32
3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER.....	33
3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	34
3.2.3.3.1. PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS.....	34

3.2.3.3.2. PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL.....	35
3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE”	36
3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	36
3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	36
3.2.4.1.2. PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL	37
3.2.4.1.3. PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA	38
3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS	39
3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS	39
3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS	40
3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU)	40
3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS	42
3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS	43
3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	44
3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA.....	45
3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	46
IV. ANÁLISE FINANCEIRA	47
4.1. BALANÇO	47
4.1.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO	47
4.1.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	48
4.1.3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO	48
4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	49
4.2.1. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	49
4.2.2. EVOLUÇÃO DOS GASTOS	50
4.2.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS	51
4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	52
4.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	53
4.4.1. LIQUIDEZ GERAL	54
4.4.2. LIQUIDEZ REDUZIDA.....	54
4.4.3. LIQUIDEZ IMEDIATA	55
4.4.4. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS (ROVN)	56
4.4.5. RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (RPL)	56
4.4.6. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (ROA)	57
4.4.7. AUTONOMIA FINANCEIRA	58
4.4.8. SOLVABILIDADE	58
4.4.9. ENDIVIDAMENTO	59
4.5. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	60
4.5.1. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	60
4.5.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE	60
4.5.3. DÍVIDA GLOBAL	61
V. ANÁLISE ORÇAMENTAL	62
5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA	62
5.1.1. IMPOSTOS DIRETOS	63
5.1.2. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	64
5.1.3. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	64
5.1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65

5.1.5.VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES.....	66
5.1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	67
5.1.7.VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	68
5.1.8.TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	68
5.1.9.OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	69
5.2. EXECUÇÃO DA DESPESA.....	70
5.2.1.DESPESAS COM PESSOAL	71
5.2.2.AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	72
5.2.3.JUROS E OUTROS ENCARGOS	73
5.2.4.TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	73
5.2.5.OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74
5.2.6.AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	74
5.2.7.ATIVOS FINANCEIROS.....	75
5.2.8.PASSIVOS FINANCEIROS	75
5.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	76
5.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP)	76
5.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)	78
5.6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)	79
5.7. INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	80
VI. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)	81
VII. CONTABILIDADE DE GESTÃO	83
VIII.FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	88
IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	89

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - INDICADORES ESTATÍSTICOS - CONJUNTURA NACIONAL (2018-2022)	10
MAPA 2 - INVESTIMENTO NOS RECURSOS HUMANOS - 2022.....	12
MAPA 3 - VIVEIRO DE EMPRESAS - 2022.....	13
MAPA 4 - VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA - 2022	14
MAPA 5 - BENEFICIAÇÃO DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS - 2022	15
MAPA 6 - VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS - 2022.....	16
MAPA 7 - AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS - 2022	17
MAPA 8 - EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO - 2022	18
MAPA 9 - DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - 2022	19
MAPA 10 - MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO - 2022	20
MAPA 11 - TRANSPORTES ESCOLARES - 2022.....	21
MAPA 12 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS - 2022.....	22
MAPA 13 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS - 2022	23
MAPA 14 - DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS - 2022	25
MAPA 15 - PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL - 2022	26
MAPA 16 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO - 2022	27
MAPA 17 - PROTEÇÃO CIVIL - 2022.....	28
MAPA 18 - PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE - 2022	29
MAPA 19 - APOIO A ESTUDANTES - 2022	30
MAPA 20 - INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES - 2022	31
MAPA 21 - PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO - 2022.....	32
MAPA 22 - VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER - 2022	33
MAPA 23 - PAICD DE BORBA - 2022.....	34
MAPA 24 - PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL - 2022.....	35
MAPA 25 - PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - 2022	36
MAPA 26 - PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL - 2022.....	37
MAPA 27 - PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA - 2022.....	38
MAPA 28 - ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS - 2022	39
MAPA 29 - REMODELAÇÃO DAS REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU) - 2022	41
MAPA 30 - PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS - 2022	42
MAPA 31 - PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS - 2022	43
MAPA 32 - INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - 2022.....	44
MAPA 33 - CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA - 2022.....	45
MAPA 34 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS - 2022	46
MAPA 35 - EVOLUÇÃO DO ATIVO - 2021/2022	47
MAPA 36 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2021/2022	48
MAPA 37 - EVOLUÇÃO DO PASSIVO - 2021/2022	48
MAPA 38 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS - 2021/2022.....	49
MAPA 39 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS - 2021/2022.....	50
MAPA 40 - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS - 2021/2022.....	51
MAPA 41 - RESUMO DE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - 2021/2022	52
MAPA 42 - INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS - 2019/2022	53
MAPA 44 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - 2021/2022.....	60
MAPA 45 - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE - 2021/2022	60
MAPA 46 - DÍVIDA GLOBAL - 2021/2022	61

MAPA 49 - EXECUÇÃO DA RECEITA - 2022.....	62
MAPA 50 - IMPOSTOS DIRETOS - 2021/2022	63
MAPA 51 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES - 2021/2022	64
MAPA 52 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE - 2021/2022	65
MAPA 53 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2021/2022.....	65
MAPA 54 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES - 2021/2022.....	67
MAPA 55 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES - 2021/2022	67
MAPA 56 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO - 2021/2022	68
MAPA 57 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - 2020/2021	69
MAPA 58 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - 2021/2022	69
MAPA 59 - EXECUÇÃO DA DESPESA - 2021/2022	70
MAPA 60 - DESPESAS COM PESSOAL - 2021/2022	71
MAPA 61 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES - 2021/2022	72
MAPA 62 - JUROS E OUTROS ENCARGOS - 2021/2022	73
MAPA 63 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2021/2022.....	74
MAPA 64 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - 2021/2022	74
MAPA 65 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL - 2021/2022	75
MAPA 66 - PASSIVOS FINANCEIROS - 2021/2022	75
MAPA 67 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - 2022	76
MAPA 68 - PREVISÃO VS EXECUÇÃO DAS GOP - 2022	77
MAPA 69 - EXECUÇÃO DO PPI - 2022	78
MAPA 70 - EXECUÇÃO DAS AMR - 2022.....	79
MAPA 71 - INDICADORES ORÇAMENTAIS - 2021/2022	80
MAPA 71 - REDUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO - 2022.....	82
MAPA 72 - CUSTOS POR CENTRO DE CUSTO - 2021/2022	83
MAPA 74 - EXECUÇÃO DAS GOP POR FUNÇÃO 2021/2022.....	87

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - LIQUIDEZ GERAL - 2019/2022	54
GRÁFICO 2 - LIQUIDEZ REDUZIDA - 2019/2022	55
GRÁFICO 3 - LIQUIDEZ IMEDIATA - 2019/2022	55
GRÁFICO 4 - RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS - 2019/2022	56
GRÁFICO 5 - RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2019/2022	57
GRÁFICO 6 - RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO - 2019/2022	57
GRÁFICO 7 - AUTONOMIA FINANCEIRA - 2019/2022	58
GRÁFICO 8 - SOLVABILIDADE - 2019/2022	59
GRÁFICO 9 - ENDIVIDAMENTO - 2019/2022	59
GRÁFICO 11 - REPARTIÇÃO DA RECEITA - 2022	63
GRÁFICO 12 - REPARTIÇÃO DA DESPESA - 2022	71
GRÁFICO 13 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2022	76
GRÁFICO 14 - PREVISÃO VS EXECUÇÃO DAS GOP - 2022	77
GRÁFICO 15 - FUNDOS DISPONÍVEIS - 2022	81

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O “Relatório de gestão e os documentos de prestação de contas de 2022”, que se apresentam demonstram o posicionamento do Município, no período em referência, ao nível da contabilidade orçamental, financeira e de gestão.

Assente na premissa “Borba faz bem!”, a linha de atuação do Executivo, explanada nas “Opções do Plano 2022-2026 e no Orçamento Municipal 2022” assentou em quatro pilares estratégicos definidos pelo Executivo:

- a) *Emprego e desenvolvimento* - Assumindo como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.
- b) *Aprofundamento da democracia* - Tendo como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as Freguesias e a articulação com as associações e coletividades do concelho.
- c) *Justiça social* - Comprometendo-nos com a promoção da justiça social, com o apoio aos mais necessitados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas, e onde o trabalho efetuado pela Rede Social de Borba muito tem contribuído com as atividades desenvolvidas e o apoio prestados aos mais carenciados.
- d) *Planeamento, ecologia e ambiente* - Tendo como objetivos principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar resolver os maiores problemas ambientais que assolam o concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

No que respeita à contabilidade orçamental, no ano de 2022, o Município cobrou receitas, em montante próximo de 9,7 milhões de EUR¹ (execução orçamental superior a 88%) e pagou despesas em montante próximo de 9,2 milhões de EUR (execução orçamental próxima dos 84%), o que demonstra, pelas elevadas taxas de execução orçamental alcançadas, que o Município aprovou “Documentos previsionais”, de acordo com as suas reais capacidades de execução.

A “Dívida total orçamental” do Município (definida pelo RFALEI²), no início de 2022, assumia um montante ligeiramente superior a 5,6 milhões de EUR, diminuiu durante o ano em montante próximo dos 400.000 EUR, importando assim, no final de 2022, em montante ligeiramente acima dos 5,2 milhões de EUR.

1 Código ISO, para uso do substantivo “euros”, de acordo com as regras de escrita das referências monetárias (Ponto 7.3.3. do Código de Redação Interinstitucional da Comissão Europeia).

2 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro) e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

No que respeita à contabilidade financeira a situação mais preocupante respeita aos resultados líquidos do exercício que se mantém em terreno negativo e com tendência para se agravarem, pese embora os mesmos sejam um reflexo das enormes competências a que o Município tem que fazer face, principalmente nos períodos de maiores dificuldades para as famílias, instituições e empresas.

Ao longo do ano foi nossa intenção aproveitar as oportunidades de cofinanciamento do “Portugal 2020”³, do PRR⁴ e de outros programas de apoio existentes, com vista a impulsionar a reabilitação urbana, conservar o património histórico, marcar novas centralidades, incrementar novas dinâmicas empresariais, valorizar os recursos endógenos, promover a coesão social e a inclusão, incrementar o emprego, combater as tendências de abandono escolar precoce, valorizar os equipamentos municipais, criar dinâmicas em rede que fortaleçam novas vertentes turísticas, em articulação com outros atores no território.

Para o efeito, ao longo dos últimos tempos, submetemos um conjunto significativo de candidaturas que importa agora continuar a executar e encerrar, de onde destacamos:

- Ao nível do **“Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba”**, no Eixo Prioritário da “Coesão Social e Inclusão”:
 - **“Reabilitação do Celeiro da Cultura”**, operação em execução, com investimento superior a 275.500 EUR e cofinanciamento de 85%;
 - **“Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e a Criação de um Centro de Artes e Ofícios”**, operação finalizada, com investimento elegível superior a 150.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
 - **“Requalificação do Edifício para criação do Museu de Borba e Enoteca”**, operação aprovada, com investimento elegível próximo dos 440.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
 - **“Centro de Interpretação da Guerra da Restauração”**, operação aprovada, com investimento elegível próximo dos 250.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
- Ao nível do **“Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Borba”**, no Eixo Prioritário da “Coesão Social e Inclusão”:
 - **“Casa Social de Borba (Casa de Acolhimento Temporário)”**, operação em execução, com investimento elegível próximo dos 135.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
- Ao nível do **“Programa Operacional Inclusão Social e Emprego”**, no Eixo Prioritário do “Ensino e qualificação do capital humano”:
 - **“Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais”**, operação aprovada, com investimento próximo dos 165.000 EUR.
- Ao nível do **“Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMAC”**, por via do Programa Operacional Regional do Alentejo:

3 Acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

4 Plano de Recuperação e Resiliência, que se afirma como um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

- “**Viveiros de Empresas**”, no Eixo Prioritário do “Emprego e Valorização Económica de Recurso Endógeno”, operação em execução, com investimento na ordem dos 160.000 EUR e cofinanciamento de 85%;
- Ao nível do “**Programa Valorizar**”, no âmbito da “Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior”:
 - “**Área de Serviço de Autocaravanas de Borba**”, operação em execução no âmbito da “Rede de Apoio ao Autocaravanismo no Alentejo e Ribatejo”, com investimento superior a 260.000 EUR e incentivo de 70%.
- Ao nível do “**Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública**”, com recurso ao Fundo Ambiental:
 - “**Aquisição de quadriciclo elétrico e carregador semirrápido**”, destinado aos serviços de ambiente e limpeza urbana, operação aprovada, com investimento superior a 38.500 EUR;
 - “**Aquisição de viatura elétrica ligeira de passageiros e carregador semirrápido**”, destinada aos serviços, operação aprovada, com investimento superior a 42.000 EUR.

Apesar do elevado número de candidaturas em que o Município se encontra envolvido, nunca foram esquecidas as parcerias, cooperações e colaborações, com vista ao desenvolvimento, para permitir:

- A “**Construção o novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana**”, através de Contrato de Cooperação Interadministrativo, celebrado com a Secretária-geral da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Câmara Municipal, que permitirá remodelar e adaptar o edifício da antiga Escola Primária de Borba, de modo a dotar as forças de segurança do Concelho de condições adequadas à realização da sua missão, num investimento na ordem dos 973.500 EUR, por contrapartida de verbas PIDDAC;
- A “**Substituição do relvado sintético do campo de futebol do Parque Desportivo de Borba**”, com apoio do Programa de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas à candidatura do Sport Clube Borbense no montante de 43.000 EUR e contrapartida pública nacional suportada pelo Município, em montante próximo dos 190.000 EUR.

Ao longo do ano de 2022, continuámos a investir em Borba, nas Pessoas, nas Freguesias, nos apoios ao Associativismo, à Proteção Civil, aos Estudantes, às Famílias mais carenciadas e a todos quantos as nossas competências nos permitiram e as novas competências assumidas nos irão agora permitir apoiar.

Sempre estivemos ao lado dos borbenses, de forma solidária e ativa, prosseguindo políticas de proximidade que procuraram salvaguardar os interesses da comunidade e vamos continuar a procurar garantir, apesar dos recursos escassos, uma gestão rigorosa e eficiente, privilegiando a transparência na gestão para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento sustentável de todo o Concelho!

Borba faz bem!

Borba, 31 de março de 2023

O Presidente da Câmara Municipal



(António José Lopes Anselmo)

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A reforma da contabilidade e contas públicas surgiu no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP⁵) e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO⁶) abriram caminho, com vista à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um importante modelo de normalização contabilística, implicando alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, pelo que só no ano de 2020 se avançou efetivamente com a sua aplicação.

Os documentos de prestação de contas são, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 76.º do RFALEI⁷, apreciados pelo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, devendo, para o efeito, ser acompanhados, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no art.º 77.º do RFALEI.

Desta forma, **documentos de prestação de contas 2022**, em conformidade com o disposto na alínea i)⁸ do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro⁹, e perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, em consonância com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido regime, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central, estão elaborados segundo as regras e princípios definidos no SNC-AP [nomeadamente a Estrutura Conceptual (EC¹⁰), a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27¹¹)],

5 SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

6 LEO, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro, pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto, pela Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto e pela 10-B/2022, de 28 de abril.

7 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com Retificação n.º 35-A/2018, de 23 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro.

8 RJAL - "Artigo 33.º - Competências materiais: 1- Compete à câmara municipal: [...] i) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal"

9 Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (com Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro), alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro e pela Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro.

10 EC - Estrutura conceptual da informação financeira pública.

11 NCP 27 - Contabilidade de Gestão.

a Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26¹²) e a Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1¹³), e apresentados em conformidade com o estabelecido pelo Tribunal de Contas¹⁴, pelo que os referidos documentos contemplam:

- O **Relatório de Gestão 2022**, em conformidade com a NCP 27, que consiste na narrativa das atividades do Município, em consonância com a sua missão e objetivos nos mais diversos domínios. No mesmo são relatadas as questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras, explicando-se a respetiva influência sobre as mesmas, onde se inclui a explicação sobre o apuramento do resultado líquido do exercício e respetiva proposta de aplicação do mesmo;
- As **Demonstrações Orçamentais 2022**, em conformidade com a NCP 26, que se traduzem numa representação estruturada da execução e desempenho orçamental do Município, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos, contendo como principais demonstrações orçamentais de relato: Demonstração de desempenho orçamental, Demonstração de execução orçamental da receita, Demonstração de execução orçamental da despesa, Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e Anexo às demonstrações orçamentais;
- As **Demonstrações Financeiras 2022**, em conformidade com a NCP 1, dando a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do Município, com base, em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos, outras alterações no património líquido e fluxos de caixa, contendo como principais demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido, Demonstração de fluxos de caixa e Anexo às demonstrações financeiras;
- Os **Outros Documento 2022**, integrando os Mapas modelo para o Tribunal de Contas, as Certidões de Receita, Responsabilidades de Crédito, Certidões e Extratos Bancários, Normas de Controlo Interno e de Execução do Orçamento e as Declarações e Mapas no âmbito da LCPA¹⁵;
- O **Inventário 2022** dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, em conformidade com a NCP 10, que deverá ser alvo de avaliação e aprovação.

12 NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

13 NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

14 Nos termos da **Instrução n.º 1/2019** - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 46, de 6 de março de 2019 e da **Resolução n.º 6/2022** do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2022, publicada no Diário da República, 2.ª série - N.º 4, de 5 de janeiro de 2023.

15 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Segundo o Boletim Trimestral da Economia Portuguesa, elaborado, em conjunto, pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, *“O ano de 2022 foi marcado pelo surgimento da guerra Rússia-Ucrânia e pelo impacto do choque energético, de que resultaram uma elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2022, a atividade económica global abrandou, tendo o PIB do G20 registado uma variação homóloga de 3,6% (6,1% em 2021), com destaque para 2,5% nos EUA, 3% na China, 4,1% na União Europeia e 4% na área do euro (5,9%; 8,1%; 5,4% e 5,3%, respetivamente, no ano de 2021).”*

Segundo este documento *“Na área do euro, o indicador de sentimento económico aumentou em dezembro de 2022, pelo segundo mês consecutivo, em resultado da evolução mais favorável de todos os indicadores de confiança, com destaque para a melhoria da confiança na indústria, que inverteu o recuo consecutivo registado desde julho de 2022.”*

No que respeita ao IPC é apontado que *“A inflação aparenta abrandar na parte final do ano, após ter atingido um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA. Neste último caso, a inflação desacelerou para 7,1% em termos homólogos em novembro de 2022, abaixo do pico atingido em junho (9,1%); a mesma evolução foi registada quanto à inflação subjacente, a qual foi de 6% em novembro (6,3% em outubro). No conjunto do ano, a inflação nos EUA situou-se em 8%, que compara com 4,7% em 2021. Na área do euro, o ritmo de crescimento dos preços nos consumidores desacelerou, pelo segundo mês consecutivo, para 9,2% em dezembro (10,1% em novembro), de acordo com a estimativa preliminar, invertendo a tendência ascendente verificada entre meados de 2021 e outubro de 2022. Esta situação resultou do abrandamento do crescimento dos preços de energia (embora ainda de nível muito elevado) e dos produtos alimentares não transformados. Pelo contrário, a taxa de inflação subjacente, excluindo os produtos mais voláteis, aumentou para 5,2% em dezembro de 2022 (5% nos dois meses precedentes) demonstrando que a subida dos preços se está a generalizar a todos os tipos de produtos, nomeadamente aos produtos industriais excluindo a energia e serviços. No conjunto do ano de 2022, a taxa de inflação da área do euro subiu para 8,4% (2,6% em 2021) com destaque para a aceleração em 37,1% e 10,4% dos preços de energia e produtos alimentares não transformados, respetivamente (13,2% e 1,7%, respetivamente, em 2021).”*

No que à incerteza respeita, é ainda aferido que *“Os mercados financeiros internacionais e de matérias-primas continuaram voláteis e dominados pela incerteza em torno do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e pelo aumento do pessimismo dos investidores perante uma possível recessão económica associada ao ajustamento monetário dos bancos centrais na tentativa de conter a escalada da inflação.”*

Sobre a normalização da política monetárias mundial é ainda referido que *“As taxas de juro de curto e longo prazo dos EUA e da área do euro apresentaram uma tendência ascendente ao longo de 2022, traduzindo o processo de normalização da política monetária em ambos os lados do Atlântico e invertendo o ciclo de taxas de juro negativas dos últimos anos.”*

2.2. ECONOMIA EUROPEIA

De acordo com as previsões económicas de inverno de 2023 da Comissão Europeia, *“economia da UE deverá evitar a recessão, mas persistem fatores adversos”*.

Assim, refere a Comissão, que a *“Quase um ano após o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a economia da UE entrou em 2023 em melhores condições do que o previsto no outono. As previsões intercalares do inverno apontam para perspectivas de crescimento para este ano de 0,8 % na UE e de 0,9 % na área do euro. Prevê-se [...] que a recessão técnica anunciada [...] seja evitada, por pouco, na UE e na área do euro. As previsões também reveem em baixa as perspectivas de inflação, tanto para 2023 como para 2024.”*

Segundo o documento, *“As previsões melhoram graças à maior resiliência. Após uma expansão robusta no primeiro semestre de 2022, a dinâmica do crescimento registou um abrandamento no terceiro trimestre, embora ligeiramente inferior às previsões. Não obstante os choques adversos excecionais, a economia da UE evitou, no quarto trimestre, a contração projetada nas previsões do outono. [...], prevê-se uma taxa de crescimento anual para 2022 de 3,5 %, tanto na UE como na área do euro.*

Segundo o documento *“A melhoria das perspectivas de crescimento [...] deve-se a uma evolução favorável desde as previsões do outono. A diversificação contínua das fontes de aprovisionamento e a queda acentuada do consumo deixaram os níveis de armazenamento de gás acima da média sazonal dos últimos anos, e os preços grossistas do gás desceram muito abaixo dos níveis anteriores à guerra. Além disso, manteve-se o bom desempenho do mercado de trabalho da UE, permanecendo a taxa de desemprego no mínimo histórico de 6,1 % até ao final de 2022.”*

Apesar disso, *“No entanto, persistem fatores adversos. Os consumidores e as empresas ainda enfrentam elevados custos da energia. A inflação subjacente (inflação global, excluindo a energia e os alimentos não transformados) continuou a aumentar [...], minando ainda mais o poder de compra dos agregados familiares. Com a persistência das pressões inflacionistas, a restritividade monetária deverá continuar prejudicando a atividade empresarial e travando o investimento.”*

As previsões da Comissão apontam ainda que *“Após atingir um valor máximo em 2022, a inflação deverá abrandar ao longo do horizonte de previsão. Três meses consecutivos de inflação global moderada sugerem que o pico já foi ultrapassado, tal como previsto no outono. Depois de atingir um máximo histórico de 10,6 % em outubro, a inflação diminuiu, com a estimativa rápida de janeiro a descer para 8,5 % na área do euro. A descida foi impulsionada principalmente pela queda da inflação dos preços da energia, embora a inflação subjacente ainda não tenha atingido um ponto culminante.”*

Assim, aponta a Comissão *“Os riscos que pesam sobre as perspectivas económicas afiguram-se mais equilibrados. Embora prevaleça ainda um elevado grau de incerteza quanto às previsões, os riscos que pesam sobre o crescimento afiguram-se globalmente equilibrados. A procura interna poderá ser superior à projetada, se as recentes descidas dos preços grossistas do gás se repercutirem mais fortemente nos preços no consumidor e o consumo se revelar mais resiliente. No entanto, não é possível excluir uma eventual inversão dessa descida no contexto das persistentes tensões geopolíticas. A procura externa poderá também revelar-se mais robusta na sequência da reabertura da China, o que, no entanto, poderá agravar a inflação mundial”*.

2.3. ECONOMIA PORTUGUESA

Segundo o Boletim Trimestral da Economia Portuguesa, elaborado, em conjunto, pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, *“A economia portuguesa desacelerou, mas manteve crescimento acima da área do euro. Nos três primeiros trimestres, o PIB registou uma variação homóloga em termos reais de 8% (menos 1,6 p.p. que no primeiro semestre), refletindo contributos mais fracos quer da procura interna (que passou de 6,9 p.p. para 5,5 p.p.), quer da procura externa líquida (que passou de 2,8 p.p. para 2,4 p.p.). No mesmo período, a economia da área do euro cresceu 4%.”*

No que à procura interna respeita, segundo o documento, *“Todas as componentes [...] desaceleraram em termos acumulados. As componentes [...] registaram uma diminuição nos seus contributos para a variação homóloga real do PIB, comparativamente ao acumulado do segundo trimestre, com especial destaque para o consumo privado, o qual registou a maior redução, passando o contributo de 5,2 p.p. para 4,4 p.p. O abrandamento do crescimento do consumo privado ocorreu num contexto de aumento de incerteza, refletindo o impacto negativo crescente do aumento da inflação e das taxas de juro sobre o rendimento das famílias. Os contributos do consumo público e do investimento registaram menores reduções, na ordem dos 0,2 p.p. e 0,3 p.p., fixando-se em 0,4 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente.”*

Assim, refere o estudo desenvolvido que os *“Fluxos do comércio externo abrandaram nos três primeiros trimestres em resultado de uma desaceleração na componente dos serviços. No acumulado do terceiro trimestre, registou-se uma desaceleração das exportações de bens e serviços em termos reais, cuja variação homóloga foi de 20,3%, face a 22,2% no primeiro semestre, mais acentuada que a verificada nas importações de bens e serviços, que aumentaram 13,2%, face a uma variação de 14,1% no primeiro semestre. O abrandamento nas exportações refletiu a desaceleração em 13,4 p.p. na componente de serviços que, mesmo assim, continuou a crescer de forma muito significativa (50,7%), refletindo o perfil de recuperação, embora a um ritmo mais lento, das exportações de turismo. A recuperação da atividade turística resultou do levantamento das restrições associadas à pandemia e da realização de despesas adiadas. As exportações de bens aumentaram ligeiramente face ao acumulado do primeiro semestre, registando um crescimento homólogo de 9,6% (mais 0,8 p.p.). A evolução das importações foi igualmente influenciada pela desaceleração na componente de serviços que registou uma variação homóloga de 21,5% nos três primeiros trimestres, menos 5,6 p.p. face ao primeiro semestre. Até setembro de 2022, as importações de bens cresceram 11,8% em termos homólogos, variação idêntica à registada no primeiro semestre.”*

Com esta conjuntura, apurou-se que a *“Desaceleração do PIB foi transversal a todos os setores de atividade. A persistência de um efeito de base no primeiro semestre, dado o confinamento ocorrido no início de 2021, afetou a generalidade dos setores, os quais por esse facto apresentaram uma desaceleração do respetivo crescimento. O setor do comércio, alojamento e restauração destacou-se ao apresentar a desaceleração mais acentuada (menos 4,3 p.p.), no entanto continuou com um crescimento homólogo expressivo de 20,2% no acumulado dos três primeiros trimestres do ano.”*

No que respeita ao Índice de produção industrial, verificou-se que *“Após cinco meses com taxas de variação homólogas positivas, [...] apresentou descidas em termos homólogos nos últimos dois meses (-1,9% em outubro e -0,3% em novembro). A descida verificada em novembro foi atenuada pelo agrupamento de*

energia, sem o qual o índice teve uma variação de -1,9% (-2,2% no mês anterior). Para além do agrupamento da energia (que registou um aumento homólogo de 8,2%), também o agrupamento de bens de investimento (com um aumento homólogo de 4,9%) contribuiu positivamente para a variação do índice total, enquanto os agrupamentos de bens de consumo e de bens intermédios registaram contributos negativos. As indústrias de bens intermédios registaram a maior quebra de produção, tendo a respetiva variação homóloga sido de -5,6%.”

Por outro lado, o “Crescimento da produção na construção manteve a tendência de abrandamento que se verificava, registando em novembro um aumento de 0,3% em termos homólogos (menos 1,3 p.p. face a outubro). Este comportamento foi particularmente influenciado pelo segmento da engenharia civil, que registou uma diminuição de 0,3%, após um crescimento de 1,4% em outubro. A construção de edifícios desacelerou 1 p.p., tendo crescido 0,7% em novembro.”

No que ao turismo respeita, apurou-se uma “Evolução positiva da atividade turística, aproximando-se de valores pré-pandémicos. Segundo a estimativa rápida do INE, no conjunto dos primeiros onze meses de 2022, o número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico aumentou, face ao respetivo período homólogo, em 89,4%. Tanto o mercado externo como o mercado interno, embora de forma menos expressiva, contribuíram para estas variações: as dormidas de turistas estrangeiros registaram um crescimento de 157,7%, face ao aumento de 22,4% registado nas dormidas de turistas nacionais. No entanto, quando comparado com os primeiros onze meses de 2019, o total de dormidas decresceu 1,2%. Para tal, contribuiu a diminuição de dormidas de não residentes, estando ainda 5,3% abaixo do nível pré-pandémico, visto que as dormidas de residentes cresceram 8,4%.”

Por sua vez, o “Consumo privado abrandou, motivado pelo comportamento dos bens não duradouros. A desaceleração no consumo privado, de 8% no primeiro semestre para 6,8% nos três primeiros trimestres, em termos homólogos reais, deve-se essencialmente à componente de bens não duradouros, cujo contributo para a evolução do consumo privado, passou de 6,9 p.p. no primeiro trimestre para 5,6 p.p. nos três primeiros trimestres. Já os bens duradouros registaram um crescimento acumulado até setembro de 13,1% (mais 0,8 p.p. face ao primeiro semestre), situando-se 0,5 p.p. abaixo do valor homólogo de 2019.”

No que ao investimento diz respeito, importa entender que “Nos primeiros três trimestres de 2022, o [...] manteve a trajetória de desaceleração do crescimento em termos homólogos. A formação bruta de capital fixo (FBCF) manteve igualmente a trajetória de desaceleração com um crescimento homólogo acumulado de 3%, contra 3,6% no primeiro semestre, ainda que em cadeia esta tenha sido mesmo negativa em 1,3%. Para esta evolução contribuíram em sentido positivo todas as componentes [...]. No entanto, à exceção das outras máquinas e equipamentos, todas as restantes componentes registaram uma redução do seu contributo [...]. A construção manteve a tendência de desaceleração que já vinha apresentando, passando de uma variação homóloga de 1,9% no primeiro semestre para 0,8% no final do terceiro trimestre. De igual modo, os equipamentos de transporte registaram uma queda da variação homóloga acumulada, a qual era de 14,3% no primeiro semestre e passou para 9,5% até setembro. Dentre estes, a venda de veículos comerciais ligeiros registou uma redução de 18,2% em 2022, enquanto a redução nas vendas de veículos comerciais pesados de mercadorias se cifrou em 4%, não obstante ter tido um forte impulso no último mês do ano, com um crescimento homólogo de 77,3%. Em sentido contrário, as importações de máquinas e

outros bens de capital registaram uma aceleração do crescimento homólogo acumulado de 14,9%, no primeiro semestre, para 20,3%, nos três primeiros trimestres do ano.”

Para finalizar, importa entender que, “À semelhança do trimestre anterior, o setor da construção manteve uma evolução negativa. Isto é particularmente relevante, tendo em conta que o investimento em construção representa 48% da FBCF. Com efeito, dada a sua evolução homóloga acumulada de 1,2%, a construção contribui apenas em 0,4 p.p. para a evolução da FBCF, metade do contributo no primeiro semestre. Um desempenho semelhante verifica-se também no VAB da construção, que desacelera em termos homólogos acumulados para 1,1% (contra 1,8% no primeiro semestre). Neste mesmo sentido, verifica-se uma continuação da desaceleração das vendas de cimento, as quais registaram um crescimento de 1,5% em 2022, face a 5,8% em 2021. Também as licenças de construção desaceleraram em termos homólogos acumulados no terceiro trimestre; contudo, os primeiros meses do quarto trimestre indiciam uma inversão desta tendência.”

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores estatísticos, que servem como referência, para o período 2018 a 2022, e que assumem dados retirados da conjuntura nacional, sob a responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), datada de 28/02/2022.

Mapa 1 - Indicadores Estatísticos - Conjuntura Nacional (2018-2022)

INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022
Produto Interno Bruto	2,80%	2,70%	-8,30%	5,50%	6,70%
Consumo Privado	2,60%	3,30%	-7,00%	4,70%	5,70%
Consumo Público	0,60%	2,10%	0,30%	4,60%	2,40%
Procura Interna	3,20%	3,10%	-5,40%	5,60%	4,50%
Formação Bruta de Capital Fixo	6,20%	5,40%	-2,20%	8,70%	2,70%
Exportações	4,10%	4,10%	-18,60%	13,40%	16,70%
Importações	5,00%	4,90%	-11,80%	13,20%	11,00%
Índice Harmonizado de preços no consumidor	1,20%	0,30%	-0,10%	0,90%	8,10%
Taxa de desemprego	7,20%	6,60%	7,00%	6,60%	6,00%

III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL

3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL

As “Opções do Plano 2022-2026 e Orçamento Municipal 2022” basearam-se na estratégia de desenvolvimento local prosseguida pelo Município, apostando na implementação de medidas com vista a elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento do Concelho, aprofundar a democracia, incrementar a justiça social e promover o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque no planeamento, ecologia e ambiente.

Para o efeito, foi definida a seguinte visão estratégica central: **“Borba faz bem!”**.

3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED’S)

A prossecução da visão estratégica central, essencial para assegurar o sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial do Concelho, foi assegurada pela concretização das seguintes quatro linhas estratégicas de desenvolvimento:

3.2.1. Emprego e desenvolvimento, que assumiu como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

3.2.2. Aprofundar a democracia, que assumiu como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as freguesias e a articulação com as associações e coletividades do Concelho.

3.2.3. Justiça social, que assumiu como finalidades principais a promoção da justiça social, com o apoio aos mais carenciados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas.

3.2.4. Planeamento, ecologia e ambiente, que assumiu como finalidades principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar dar resolução aos maiores problemas ambientais que assolam o Concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Em termos de execução física, em todas as linhas estratégicas de desenvolvimento, se tornou imperativo iniciar alguns projetos no ano de 2022, enquanto outros foram equacionados para virem a ser desenvolvidos ao longo de um horizonte temporal mais lato, permitindo aproveitar as oportunidades de cofinanciamento apresentadas pelo Portugal 2020¹⁶, garantindo o respeito pela LCPA¹⁷ e demais legislação aplicável.

16 Acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

17 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO”

O Município assumiu o propósito estratégico de implementar de medidas geradoras de emprego e dinamizar projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho. Este desígnio estratégico convergiu para três dimensões fundamentais:

- 3.2.1.1 Implementação de medidas geradoras de emprego;
- 3.2.1.2 Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente, e através de parcerias;
- 3.2.1.3 Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO

3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS

Para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja exequível é essencial que o Município reconheça que, por si só, não é possível implementar a mesma, sendo necessário encetar medidas, em parceria, com outras entidades, na procura de soluções junto das entidades que mais competência, experiência e condições de apoio detêm para a mesma.

Ainda assim, em 2022, procuraram-se soluções para o emprego no Concelho, e apesar da margem existente para a contratação de pessoal não ter sido a mais favorável, uma vez que as “Despesas com pessoal” representaram cerca de 48% das “Despesas totais” executadas no ano.

Efetivamente, esta opção representou um custo expressivo, que se entende assumir como investimento no desenvolvimento do Concelho, uma vez que as despesas com pessoal, no orçamento de 2022 se inscreveram em mais de 4,2 milhões de euros, tendo ao longo do ano sido corrigidas para mais de 4,4 milhões de euros, com uma taxa de execução de cerca de 100%.

Importa referir que as despesas com pessoal têm ao longo dos últimos 5 anos assumido montantes consideráveis, nomeadamente, 3,28; 3,67; 3,66; 3,90 e 4,38 milhões de euros, em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, respetivamente, demonstrando-se assim o investimento que o Município assumiu, por si só, com vista à promoção e implementação de medidas geradoras de emprego no Concelho.

Importa, acrescentar que algumas destas despesas apresentam contrapartidas financeiras, nomeadamente, as relacionadas com pessoal descentralizado em matéria de Educação, Saúde e Ação Social, bem, como com emprego apoiado, com contratos emprego-inserção e com pessoal afeto a projetos cofinanciados. Assim, em 2022, o Município executou cerca de 4,4 milhões de EUR em “Despesas com pessoal”, dos 4,2 milhões de EUR previstos em orçamento inicial, conforme mapa seguinte.

Mapa 2 - Investimento nos Recursos Humanos - 2022

Projeto			Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano / T / N.º	Econ.	Inicial	Corrigido	Executado	
Despesas com Pessoal	-	01	4 210 400 €	4 426 496 €	4 386 063 €	99%

3.2.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO

3.2.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS

Submeteu o Município, em março de 2019, uma candidatura¹⁸, ao POR Alentejo¹⁹ 2020, no Eixo Prioritário de Emprego e Valorização Económica do Recurso Endógeno, inserida no Plano Estratégico dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com investimento estimado no montante de 100.158 EUR, com cofinanciamento FEDER de 85%, com vista à criação, em Borba, de um Viveiro de Empresas.

Pretende-se com este investimento criar uma estrutura de apoio e incentivo aos novos empreendedores no arranque das suas empresas, disponibilizando locais para escritório/sede e equipamentos relacionados com a logística da empresa (telefone, fax, internet, fotocopiadora e apoio administrativo).

O projeto tem objetivos de desenvolvimento económico concelhio, apoio aos jovens, e às empresas, procurando dar resposta à necessidade de promoção do empreendedorismo e da iniciativa.

O Viveiro de empresas, que contará com espaço de *Cowork*²⁰, constitui-se assim, como um equipamento de apoio a novas empresas, proporcionando-lhes condições técnicas facilitadoras da sua instalação no Concelho, com o objetivo de modernizar, diversificar e ampliar o tecido empresarial, proporcionando a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados.

Com este Viveiros espaço físico empresas/entidades. A implementação do espaço de Empresas pretende-se agregar no mesmo pretende-se no Mercado Municipal, procurando assim dotar também este equipamento de novas valências.

O espaço contará com aproximadamente 250 m², situados numa zona central da cidade com fácil acesso e estacionamento. Existirão 5 gabinetes individuais, uma sala de formação/reuniões e um espaço comum de acesso.

Os gabinetes terão entre 15 e 22 m², completamente equipados e dotados de infraestruturas básicas, como telefone VoIP²¹, acesso internet por fibra e servidor de rede comum. A sala de reuniões/formação terá espaço para reuniões para 12 pessoas e possibilidade de formação para 15 pessoas.

Ao longo do ano de 2022 foi reanalisada a operação, com vista a atualizar as suas características, de acordo com as novas condições de mercado, tendo-se optado por alterar os valores, de acordo com as novas estimativas. No final do ano, o procedimento de contratação pública da empreitada encontrava-se em fase de adjudicação, tendo o mesmo apenas ocorrido em 2023, pelo que em 2022, não chegou a ser executada qualquer despesa, conforme mapa seguinte.

Mapa 3 - Viveiro de Empresas - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viveiro de Empresas	2019	I	11	100 158 €	148 940 €		0%

¹⁸ Candidatura n.º ALT20-05-3827-FEDER-000295: Viveiro de Empresas - Município de Borba.

¹⁹ Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020.

²⁰ Voice over Internet Protocol.

²¹ Modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma entidade ou na mesma área de atuação.

3.2.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA

A rede viária no Concelho apresenta, em alguns pontos, um mau estado de conservação, necessitando de elevado investimento para o seu melhoramento.

Atendendo às disponibilidades existentes, o investimento na melhoria dos mesmos tem sido faseado, de modo a ser possível proceder à sua reparação e requalificação.

O investimento previsto, nesta área, para o ano de 2022, assumiu, em sede previsional, no orçamento inicial, um montante bastante pequeno, na ordem dos 27.500 EUR, apenas destinado a fazer face a pequenos investimentos mais urgentes.

Apesar de não se ter verificado grande margem de manobra para efetuar investimento substanciais nesta área, ainda foi possível ao longo do ano incrementar ligeiramente o investimento face ao inicialmente previsto, essencialmente, na valorização de estradas e arruamento, que assumiu inicialmente o montante de 17.500 EUR e executou despesa em montante superior a 42.500 EUR.

Assim, em 2022, na “Valorização da rede viária”, foi realizado investimento em montante próximo dos 48.200 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 4 - Valorização da rede viária - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Estradas e Arruamentos	2018	I	39	17 500 €	42 600 €	42 505 €	100%
Sinalização	2018	I	37	5 000 €	4 600 €	3 850 €	84%
Caminhos Rurais - Reconstrução	2018	I	38	5 000 €	2 150 €	1 834 €	85%
Total				27 500 €	49 350 €	48 189 €	98%

3.2.1.2.3. BENEFICIAÇÃO DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS

Os Estaleiros Municipais desempenham um papel fundamental na ação do Município, pelo que as condições proporcionadas pelos mesmos são essenciais para o adequado e eficiente funcionamento dos serviços municipais.

A beneficiação dos Estaleiros Municipais é uma antiga necessidade da Autarquia, para modernização dos serviços municipais.

Em 2020, procederam-se a algumas melhorias nos estaleiros municipais, relacionadas essencialmente com a colocação de uma nova cobertura em zona que anteriormente foi alvo de estragos por condições atmosféricas adversas.

Os Estaleiros Municipais têm que fazer face a um conjunto alargado de necessidades, relacionados com a capacidade e condições para acomodação de equipamentos, viaturas e serviços de armazém, controlo de produção, carpintaria, eletricidade, cantaria, oficina mecânica, refeitório, gabinete médico.

Por outro lado, não devem ser descuradas as condições de segurança, conforto e operacionalidade que os mesmos devem oferecer, de modo a constituírem-se como um recurso operacional eficiente para o pleno exercício de competências que o Município detém.

Acresce referir que foi, pela Câmara Municipal, em 03/11/2021, deliberado proceder à venda do imóvel onde atualmente funcionam os Estaleiros Municipais, constando do contrato a obrigação de o espaço ser libertado no prazo de 18 meses, o que implica a utilização de outras instalações para o efeito.

Sobre a referida deliberação, a Assembleia Municipal, recomendou em 03/11/2021, à Câmara Municipal, que procedesse à avaliação do imóvel para o fim pretendido (com o objetivo de esclarecer o conflito de competência), para que em função do valor obtido os órgãos pudessem rever as suas deliberações, que se procedesse a uma profunda, ampla e diversificada avaliação do custo-benefício da transação onde se demonstrasse fundamentadamente que as questões suscitadas se encontravam devidamente avaliadas e que viesse a ser tomada futura deliberação sobre a matéria em função dos resultados obtidos da avaliação e do parecer.

Assim, no orçamento de 2022 não foi inscrito qualquer montante para fazer face a qualquer investimento futuro em Estaleiros Municipais, de modo a aguardar pelo esclarecimento do assunto entre os órgãos municipais.

Para o efeito, no orçamento municipal de 2022 foi apenas previsto um projeto em PPI, para investimentos de pequeno montante que não fossem possíveis de adiar nos atuais Estaleiros para garantir a continuidade do funcionamento dos serviços.

Do montante inicial inscrito de 5.000 EUR, nos “Estaleiros Municipais”, foi realizado investimento em montante residual inferior a 600 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 5 - Beneficiação dos Estaleiros Municipais - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Estaleiros Municipais	2018	I	3	5 000 €	600 €	559 €	93%

3.2.1.2.4. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS

De forma a dotar o Concelho de um suporte físico efetivo à expressão e desenvolvimento das atividades económicas de base local e regional, deverá o Município procurar encontrar soluções com vista à valorização e requalificação do Parque de Feiras, uma vez que a forma como o mesmo se encontra dificulta bastante a realização de iniciativas, não dignificando em nada a imagem das mesmas.

O Parque de Feiras localiza-se na Área de Intervenção Norte, situada a norte do centro urbano atual, compreendido entre a EN 4, o troço urbano da EN 255 (continuação da Avenida D. Dinis de Melo e Castro) e o limite do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor Municipal.

Os programas definidos para esta zona, dando sequência às orientações constantes no Plano de Urbanização de Borba, têm por objetivo o estabelecimento de um novo local estratégico no contexto urbano centrado no Parque de Feiras.

Esta praça, com 410 metros de comprimento e 62 metros de largura, organiza, por seu lado, a estrutura urbana envolvente rematando as morfologias de ocupação edificada já existentes, estabelecendo as expansões e conexões da rede viária e os meios físicos favoráveis à implantação de novos equipamentos.

Este espaço beneficia de excelentes acessibilidades, quer ao centro da cidade, através da Avenida D. Dinis de Melo e Castro e, por toda a zona da Cerca, com a intervenção projetada para a denominada Área de Intervenção Norte, quer para o exterior, com ligação direta ao eixo viário regional EN 4, e consequente articulação, geograficamente próxima, com a A6, através do nó de ligação de Borba, e a Variante à EN 255.

Apesar de se terem procurado encontrar financiamentos que permitam intervir no espaço, apenas foi possível, em 2022, proceder à valorização de equipamentos de montante menos oneroso, tendo sido realizado investimento em montante na ordem dos 2.340 EUR, dos 15.000 EUR inicialmente previstos, conforme mapa seguinte.

Mapa 6 - Valorização e requalificação do Parque de Feiras - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Pavilhão Multiusos	2020	I	11				
Valorização de equipamentos de mercados e feiras	2018	I	47	15 000 €	2 340 €	2 306 €	99%
Requalificação do Parque de Feiras	2018	I	48				
Total				15 000 €	2 340 €	2 306 €	99%

3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS

A existência de uma política global no património implica que o Município, enquanto organismo público, mantenha uma gestão adequada do seu parque habitacional.

Tal gestão implica a manutenção constante, através de intervenções de melhoria e beneficiação, de forma a evitar a degradação de imóveis, que sem manutenção impedem o uso adequado para as funções que devem desempenhar.

Efetivamente as verbas adstritas, nos constantes orçamentos aprovados, revelam-se parcas, para as necessidades existentes, mas apesar de o mesmo ser assumido, deve o Município manter o seu empenho em alocar todas as verbas possíveis para a gestão do mesmo.

Por outro lado, tem o Município em execução contratos que assumem encargos com doações de património, nomeadamente o Palacete Alvarez, e aos quais deve fazer face, para efeitos de cumprimento contratual.

Assim, nos documentos previsionais, foram inscritos montantes para fazer face às despesas previstas naquela data, em valor na ordem dos 30.540 EUR.

Ao longo do ano, e de acordo com as opções tomadas foram executadas despesas em montante próximo de 29.500 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 7 - Aquisição e beneficiação de imóveis - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Aquisição e beneficiação de imóveis	2018	I	1	6 000 €	1 100 €	368 €	33%
Palacete Alvarez (doação com encargos)	2018	I	62	24 540 €	29 140 €	29 107 €	100%
Total				30 540 €	30 240 €	29 476 €	97%

3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

As melhorias no edifício dos Paços do Concelho continuaram a ser implementadas durante o ano de 2022.

Pretende-se com este projeto continuar a recuperar e modernizar o edifício dos Paços do Concelho, dando continuidade à modernização da administração municipal.

Este projeto contribuiu para a revitalização da zona histórica da cidade, apostando na remodelação de um imóvel classificado que apresenta, de resto, um carácter eminentemente institucional.

A deslocalização de alguns serviços (biblioteca, conservatória do registo civil e predial e cartório notarial de Borba) permitiram repensar o projeto para revitalização e modernização do edifício, mantendo a sua traça original e atribuindo-lhe novas funcionalidades, mais adequadas às necessidades atuais.

São exemplo destas novas intervenções o Balcão Único (2010), o Bar de apoio (2011), o Posto de Turismo (2015), o Lagar Museu (2015), o Espaço do Serviço de Educação, Desporto e Juventude (2016) e o Espaço do Serviço de Investimento e Desenvolvimento (2016).

No ano de 2022 foi dada continuidade à requalificação das salas adjacentes ao Serviço de Investimento e Desenvolvimento, com vista à futura instalação de serviços, com execução de despesa, em montante próximo dos 3.500 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 8 - Edifício dos Paços do Concelho - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Edifício dos Paços do Concelho	2018	I	2	10 000 €	4 100 €	3 478 €	85%

3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O turismo tem apresentado nos últimos anos em Portugal, e em particular no Alentejo, um crescimento bastante acentuado, que se entendeu ser necessário acompanhar, de forma a aproveitar as oportunidades que permitem colocar a Região como destino de excelência.

Para o efeito, o Município deu continuidade à estratégia de aposta nos produtos endógenos, nas tradições e na cultura do Concelho.

O projeto “Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba”, integrado em rede, apresentou desenvolvimento durante o ano, de acordo com o procedimento de empreitada adjudicado, pese embora o mesmo tenha obrigado o Município a corrigir o orçamento em alta (+133.000 EUR), atendendo à conjuntura dos preços de mercado, uma vez que o mesmo assumiu a forma de Concurso Público, prevendo-se a finalização do mesmo no ano de 2023, conforme reprogramação aprovada.

No que respeita à execução e aos desvios apresentados face às dotações iniciais aprovadas importa referir os eventos “Festa da Vinha e do Vinho”; “Queijo & Sabores”; “É Natal em Borba”; “Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos” e “Outros Eventos” com execuções bastante mais elevadas que as previstas inicialmente (+89%; +239%; +172%; +352% e +187%, respetivamente), que se traduziram num encargo financeiro superior a 233.000 EUR face ao previsto em sede de orçamento inicial aprovado.

Assim, o investimento na “Dinamização da Oferta Turística”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 338.110 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas permitiram a execução de mais de 562.800 EUR (+66%, i.e., +224.701 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 9 - Dinamização da oferta turística - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Festa da Vinha e do Vinho	2018	A	31	100 000 €	191 819 €	189 092 €	99%
Festa da Vinha e do Vinho	2018	I	49	2 132 €	132 €		
Ervas & Companhia	2018	A	32	10 000 €	10 615 €	10 516 €	99%
Queijo & Sabores	2018	A	33	10 000 €	33 923 €	33 860 €	100%
É Natal em Borba	2018	A	35	18 000 €	49 736 €	48 968 €	98%
Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos	2018	A	34	20 000 €	90 573 €	90 406 €	100%
Outros Eventos	2018	A	39	10 000 €	30 450 €	28 708 €	94%
Posto de Turismo	2018	I	51	1 000 €	50 €		
Promoção tradicional de vinho de talha	2018	I	54	500 €	500 €		
Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba	2018	I	53	154 478 €	267 500 €	153 940 €	58%
Criação de Centro de Cycling	2018	I	50	500 €	1 500 €	1 416 €	94%
Estudo p/Terminal de Mercadorias "Évora-Elvas"	2019	I	7	5 000 €	3 800 €		
Recuperação da Ermida de S. Miguel	2020	I	4	100 €	100 €		
Casa Museu Interativa de Borba 3M's	2021	A	7	5 900 €	5 904 €	5 904 €	100%
AlStones	2019	I	8	250 €	250 €		
Stone Cast	2022	I	21	250 €	250 €		
Total				338 110 €	687 102 €	562 811 €	82%

3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

A celebração do contrato de execução para delegação de competências da Educação, em 16/09/2008, bem como as novas competências descentralizadas por força da legislação em vigor levou o Município a assumir uma nova dimensão no paradigma educativo, no que concerne à gestão de equipamentos e do pessoal não docente dos estabelecimentos escolares.

No entanto, as ações do Município, em matéria de qualificação e educação não se restringem ao cumprimento daquele contrato e da referida legislação, mas também à gestão das cantinas escolares, ao funcionamento da Oficina da Criança e à reabilitação e valorização dos equipamentos escolares.

A relevância, em particular do 1.º ciclo do ensino básico, no percurso educativo das crianças, tem incentivado o Município, pelos sucessos alcançados em anos letivos anteriores, a continuar a proporcionar a estes alunos, atividades de enriquecimento curricular personalizadas e diversificadas.

A “Academia de Líderes UBUNTU - Escolas do Alentejo” é um projeto cofinanciado, promovido pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV). Trata-se de uma intervenção que visa responder ao problema social de falta de propósito e sentido de pertença dos jovens, que tantas vezes os leva ao insucesso, absentismo e abandono escolar. No projeto o Município assume os custos decorrentes da contrapartida pública nacional, ou seja, os custos não comparticipados, de modo a garantir o desenvolvimento do projeto no Concelho.

As variações ocorridas nos projetos “Competências Descentralizadas MEC”, “Cantinas Escolares”, “Oficina da Criança”, “Atividades de Enriquecimento Curricular” e “Educação - Custos Comuns” estão de acordo com as necessidades ocorridas, atendendo às competências descentralizadas, à variação ocorrida nos preços de mercado dos bens alimentares, de energia e outros.

O Município efetuou ainda alguns investimentos pontuais na “Reabilitação e valorização de equipamentos escolares”, em montante próximo dos 20.000 EUR.

Assim, o investimento em 2022, na “Melhoria da qualificação e da educação” assumiu em orçamento inicial 660.100 EUR, sendo que durante o ano, as opções tomadas, permitiram a execução de 816.145 EUR, traduzindo-se num aumento de 26% face ao previsto inicialmente (+156.045 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 10 - Melhoria da qualificação e da educação - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação e valorização de equip. escolares	2018	I	10	2 500 €	19 200 €	18 020 €	94%
Modernização dos recursos TIC nos Jardins de Infância da Orada e Rio de Moinhos	2020	I	3	1 500 €	500 €		
Competências Descentralizadas do MEC	2018	A	9	486 150 €	583 986 €	579 617 €	99%
Cantinas Escolares	2018	A	12	74 500 €	100 294 €	96 409 €	96%
Oficina da Criança	2018	A	13	23 250 €	23 269 €	22 694 €	98%
Atividades de Enriquecimento Curricular	2018	A	8	39 000 €	40 610 €	40 553 €	100%
Educação - Custos Comuns	2018	A	42	31 400 €	57 014 €	55 612 €	98%
Academia de Líderes UBUNTU - Escolas Alentejo	2021	A	5	1 800 €	3 600 €	3 240 €	90%
Total				660 100 €	828 473 €	816 145 €	99%

3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES

Os municípios dispõem de um leque alargado de competências para a concretização do direito fundamental à educação que inclui assegurar o transporte às crianças e jovens entre a sua residência e os respetivos estabelecimentos de ensino para que possam, em condições de efetiva igualdade, frequentar a escolaridade obrigatória nos termos e nas condições que a lei o estabelece.

Nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas *gg)* e *hh)* do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL²², são definidas as competências dos municípios ao nível da educação, designadamente no assegurar de medidas de ação social e de promoção de transporte escolar, competindo-lhes assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Neste sentido, e considerando que a educação é um direito fundamental, absoluto e essencial ao desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais e dos povos no quadro das sociedades globais, o acesso à educação em condições de igualdade visa a plena expansão da personalidade humana e o pleno exercício dos outros direitos e liberdades fundamentais.

Os transportes escolares são assim um instrumento indispensável à prossecução da equidade educativa que viabiliza o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar. De acordo com os normativos do Ministério da Educação, o transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico, sendo compartilhado para os alunos de ensino secundário ou equivalente.

Pelo exposto, o Município garante o serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino frequentado aos alunos do ensino básico, de forma gratuita, com recurso à frota própria de transportes escolares, através de circuitos especiais criados para responder às necessidades dos alunos, em articulação com os estabelecimentos escolares e demais parceiros educativos.

No que respeita aos transportes escolares do ensino secundário ou equivalente, o serviço é garantido, sempre que possível por transporte público, e quando inexistente pelo próprio Município, assegurando-se a sua comparticipação, de forma a criar condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e jovens do Concelho.

Pretendia-se, no ano de 2022, ao nível dos “Transportes Escolares”, permitir a opção de adquirir, no final do ano, um novo autocarro, em regime de locação financeira, o que não se veio a concretizar, bem como dar cumprimento aos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário. Assim, ao longo do ano, as disponibilidades e as opções tomadas, permitiram garantir o cumprimento dos transportes escolares aos alunos do Concelho, executando + 15% do que inicialmente previsto, atendendo à evolução dos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário, conforme mapa seguinte.

Mapa 11 - Transportes Escolares - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viaturas de transporte escolar	2018	I	58	3 500 €	1 000 €		
Transportes escolares	2018	A	11	15 000 €	21 200 €	21 191 €	100%
Total				18 500 €	22 200 €	21 191 €	95%

²² Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS

A valorização de equipamentos culturais continuou a apresentar-se como uma necessidade imperativa a que o Município teve que fazer face, mediante as suas possibilidades, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe que necessitam de intervenção, com vista à sua revitalização.

Só através de uma constante intervenção na valorização dos equipamentos culturais é possível garantir que os mesmos continuam a apresentar as condições adequadas ao desempenho das funções para os quais foram executados.

No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem prioritários, pelo que em 2022 se assumiu a necessidade de intervenção imediata em pequenas intervenções na reabilitação do Cineteatro Municipal e do Palacete dos Melos.

Por outro lado, as iniciativas em parceria continuaram a apresentar-se como uma aposta do Município, procurando-se desenvolver, por coordenação da CIMAC e em parceria com os municípios do Alentejo Central, o “Fora de Cena - Programação Cultural em Rede” que apresentou execução além do previsto.

Este projeto consiste na realização de um conjunto de atividades a desenvolver no âmbito da programação cultural, dando prioridade a projetos que decorram em espaço ao ar livre e em espaços verdes que valorizem o património cultural e paisagístico, contemplando ações de descentralização.

Por outro lado, deu-se continuidade à realização de “Iniciativas culturais”, de modo a manter uma agenda regular e diversificada de iniciativas no Concelho. Este “projeto” foi aliás o maior executor desta temática, uma vez que executou +113% que o orçamento inicial aprovado (executando 63.839 EUR face aos 30.000 EUR inicialmente aprovados).

Assim, o investimento na “Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais”, prevista no orçamento inicial em 111.000 EUR, executou, em 2022, o montante de 110.710 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 12 - Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de equipamentos culturais	2018	I	28	5 000 €	3 000 €	1 763 €	59%
Iniciativas culturais	2018	A	23	30 000 €	67 239 €	63 839 €	95%
Fora de Cena - Programação Cultural em Rede	2021	A	3	35 000 €	37 500 €	37 476 €	100%
Reabilitação do Cineteatro	2021	I	8	21 000 €	6 200 €	6 147 €	99%
Reabilitação do Palacete dos Melos	2021	I	9	20 000 €	1 900 €	1 486 €	78%
Total				111 000 €	115 839 €	110 710 €	96%

3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A valorização de equipamentos desportivos continuou a apresentar-se como uma necessidade a que o Município teve que dar resposta, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe e que necessitam de intervenção, com vista a permitir sua utilização pela comunidade, nas devidas condições de operacionalidade e segurança.

No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem como mais prioritários. Em 2021 foi assumida a necessidade de intervenção imediata no Polidesportivo de Rio de Moinhos, no Parque Desportivo de Borba e em outros equipamentos diversos.

O investimento no Parque Desportivo de Borba contemplou:

- A substituição do relvado sintético do campo de futebol principal, visto o Sport Clube Borbense ter-lhe sido aprovada uma candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para fazer face à referida intervenção. O custo total da intervenção assumiu um montante de 232.861,45 EUR, sendo que 43.000 EUR foram apoiados pelo IPDJ e os remanescentes 189.861,45 EUR pelo Município de Borba, através da celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- A implantação de relvado sintético do campo de treinos custeada a 100% pelo Município. A referida intervenção assumiu boas práticas de sustentabilidade ambiental, através da reutilização de partes (as que se encontravam nas condições adequadas) do relvado substituído no campo principal. Assim, com a reutilização do relvado do campo principal foi possível, no campo de treinos, proceder-se ao tratamento da sub-base do pavimento e à instalação do relvado artificial e do sistema de rega.

A valorização do Polidesportivo de Rio de Moinhos contempla:

- A implantação de uma cobertura que permitiu melhorar substancialmente a utilização daquele equipamento pela população, conferindo-lhe novas valências de utilização. O investimento na cobertura assumiu um montante na ordem 175.000 EUR e foi apoiado pelo Programa Nacional de Coesão Territorial, em montante na ordem dos 50.000 EUR;
- A substituição do pavimento do Polidesportivo, visto ao Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos ter-lhe sido aprovada uma candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para fazer face à referida intervenção. O custo total da intervenção prevê um montante de 42.204,37 EUR, sendo que o IPDJ apenas apoiará no montante máximo de 20.500 EUR.

Assim, do investimento na “Valorização de equipamentos desportivos”, previsto no orçamento inicial no montante de 56.000 EUR, executou-se, em 2022, um montante ligeiramente superior aos 19.000 EUR (bastante inferior ao previsto: -66%), conforme mapa seguinte.

Mapa 13 - Valorização de equipamentos desportivos - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização Polidesportivo R. Moinhos	2018	I	32	40 000 €	14 350 €	3 640 €	25%
Substituição relvado P. Desportivo	2021	I	10	6 000 €	1 000 €		
Valoriz. de Equipamentos Desportivos	2018	I	29	10 000 €	17 000 €	15 378 €	90%
Total				56 000 €	32 350 €	19 019 €	59%

3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA”

O Município assumiu o propósito estratégico de aprofundar a democracia no concelho como condição fundamental para ultrapassar as dificuldades, através do recurso à participação da comunidade.

Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

3.2.2.1. Valorização da cidadania;

3.2.2.2. Promoção da cooperação com as freguesias;

3.2.2.3. Articulação de projetos com associações e coletividades.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

3.2.2.1.1. DINAMIZAÇÃO DO PORTAL WEB MUNICIPAL

As novas tecnologias de informação assumem hoje um papel extremamente importante no dia-a-dia de uma comunidade. Aceder à informação, a serviços, procurar novos conhecimentos e estar em permanente contacto com o mundo, sabendo o que se passa no planeta, tornou-se de fácil acesso através da *internet*.

A adesão ao projeto “Évora Distrito Digital”, no âmbito da RCDE²³, contribuiu para o desenvolvimento de vários projetos de modernização e inovação tecnológica, nomeadamente de um novo *website*. A reestruturação efetuada permitiu a partilha de uma plataforma tecnológica única com todos os municípios do Distrito (com exceção de Estremoz, que não integra o projeto dos Portais), de forma a disponibilizar um conjunto de informações e serviços úteis ao munícipe e a quem pretende visitar-nos, assim como serviços *online*, permitindo o *download* de regulamentos e requerimentos, consulta de procedimentos gerais e outras informações relevantes, acessíveis a qualquer hora do dia.

Assim, a RCDE e as redes municipais são resultado de uma vontade e capacidade de partilha de serviços tecnológicos entre os municípios do Alentejo Central. Estas infraestruturas permitem, quer à CIMAC, quer aos municípios do Distrito, desenvolver, em rede, serviços partilhados de tecnologias de informação, permitindo novos padrões de qualidade e de serviços resultante de uma maior escala agregada e partilhada.

Em 2022, deu-se continuidade aos trabalhos de análise funcional do portal, de forma a poder dotá-lo de mais e melhores conteúdos, tendo este trabalho resultado na distinção do Município no Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais (IPIC) 2021, no 1.º lugar no ranking setorial “Conteúdos: Tipo e Atualização”, *ex aequo* com outros municípios. No ranking global o Município de Borba assumiu a 33.ª posição, classificando-se como o melhor do distrito de Évora e o segundo do Alentejo, apenas atrás de Odemira, que se classificou como o primeiro do país.

A despesa com a “Dinamização do Portal Web Municipal” foi assumida pelo Município, através de despesas com pessoal e de “Serviços Data Center” partilhados entre a CIMAC e os municípios, por meio de Protocolo de Serviços CTD²⁴, com uma execução anual, no Município, de 100%, no montante de 24.571 EUR.

23 Rede Comunitária do Distrito de Évora.

24 Centro de Tecnologias Digitais, cujas principais tarefas desenvolvidas passam pela operação, manutenção, gestão e apoio técnico (operação da infraestrutura de Data Center CIMAC); gestão de serviços partilhados; gestão de TI nos municípios; apoio aos gabinetes TIC municipais; suporte aos serviços e plataformas TIC CIMAC; operação da RCDE e redes locais dos municípios; integração e desenvolvimento de soluções para os municípios; conceção e implementação de projetos de TI (conceção, especificação, gestão, implementação em tecnologias, inovação e energia); parcerias nacionais e internacionais (articulação regional, otimização de financiamentos, representação institucional em TI).

3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

A Câmara Municipal, no ano de 2022, deu continuidade à política de cooperação encetada com as freguesias, através de acordos de execução para descentralização de competências nas juntas de freguesia e de acordos de cooperação.

Através desta via, continuou a ser promovida a consolidação da autonomia financeira das Freguesias, procurando dar resposta às aspirações das populações e à resolução de problemas emergentes, dada a maior proximidade destas autarquias junto das mesmas.

No ano de 2022, o apoio às Freguesias apresentou um incremento superior a 22%, face ao ano anterior, o que traduz o respeito que o Município assumiu deter pelas mesmas, procurando garantir a existência de condições adequadas para que estas possam desenvolver com melhores condições as suas competências, enquanto órgãos do poder local de primeira linha de intervenção e proximidade junto da comunidade.

Para o efeito foram transferidas as verbas previstas nos acordos de execução e nos acordos de colaboração aprovados.

Desta forma, o investimento nos acordos de execução e/ou de colaboração com as Freguesias, no ano de 2022, assumiu, em sede de previsão nos documentos previsionais aprovados o montante inicial de 103.300 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de mais de 126.791 EUR (23% acima do montante previsto em sede de orçamento inicial aprovado, traduzindo-se num acréscimo de cerca de 23.500 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 14 - Descentralização de competências e cooperação com as Freguesias - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Acordos de Execução/Cooperação com as Freguesias	2018	A	37	103 300 €	126 800 €	126 791 €	100%

3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES

3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL

A CIMAC é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa).

As parcerias estabelecidas entre a CIMAC e os municípios do Alentejo Central permitem desenvolver trabalho em rede, partilhar serviços, realizar procedimentos por procura agregada (promovendo sinergias e economias de escala), articular investimentos municipais de interesse intermunicipal, participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (no âmbito dos fundos comunitários) e articular atuações com os serviços da Administração Central, aos mais diversos níveis.

Os municípios do Alentejo Central, com a coordenação da CIMAC, desenvolvem, desde 2004, de forma consistente, iniciativas de modernização administrativa com o objetivo de melhorar e aproximar os mesmos dos cidadãos e das empresas, promovendo assim um aumento da eficiência e da qualidade dos serviços.

Só através de um trabalho em rede, que se consubstancie na partilha de serviços, informações e promoção de sinergias é possível responder às exigências que atualmente são constantes nos municípios

O projeto Wifi@alentejocentral, no qual o Município de Borba participa é disso mesmo um bom exemplo, uma vez que abrange os 14 municípios do Alentejo Central e é promovido pela Entidade de Turismo do Alentejo, em parceria com a CIMAC, a ADRAL e visa melhorar e desenvolver as acessibilidades neste domínio, para turistas e residentes, através da implementação de acessos Wi-fi nos centros históricos e em zonas de grande afluxo, de modo a facilitar o acesso a conteúdos digitais que acrescentem valor à visita e que permitam uma maior interação com as comunidades locais.

Desta forma, o investimento em “Parcerias com a CIMAC e os Municípios do Alentejo Central”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 210.500 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante ligeiramente inferior a 175.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 15 - Parcerias com a CIMAC e os municípios do Alentejo Central - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
CIMAC - Quotização, ações e serviços	2018	A	40	183 800 €	170 360 €	166 424 €	98%
CIMAC - Projetos	2018	I	56	21 000 €	2 500 €	2 421 €	97%
Quotizações diversas	2018	A	38	5 780 €	5 895 €	5 894 €	100%
Total				210 580 €	178 755 €	174 739 €	98%

3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO

A valorização da atividade das associações, coletividades, clubes e outras instituições representam uma preocupação para a Autarquia, uma vez que as atividades desenvolvidas por estas entidades são da maior importância para o Concelho.

Assim, a Autarquia deve apoiar as representações associativas em diferentes frentes, contribuindo para um maior dinamismo, alargamento e inovação das suas ações.

As diferentes associações, coletividades e clubes inscritos no Município, unindo os seus recursos técnicos, humanos e financeiros, procuram defender objetivos comuns, destinados à participação da comunidade na vida local, pelo que devem continuar a ser apoiadas, logística e financeiramente, pelo Município, no âmbito das suas competências.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Borba, no âmbito das suas competências continuou a adotar políticas de apoio a associações e coletividades, nomeadamente através de:

- Programa de Apoio a Associações e Coletividades (PAAC²⁵);
- Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo (PAAD²⁶);
- Apoios pontuais, destinados a projetos ou ações específicas, sempre que se verifique, existirem vantagens para o Concelho, na realização de acordos de parceria, colaboração ou cooperação.

Ao longo do ano verificou-se que o PAAC não apresentou a execução de despesa inicialmente prevista (executando apenas 67% do previsto em sede de orçamento inicial e 69% do orçamento corrigido). Por outro lado, o PAAD executou a totalidade dos montantes inicialmente previstos.

No que respeita aos apoios pontuais, verificou-se a necessidade de reforçar o orçamento inicial aprovado em mais de 25% para prestar apoios pontuais (reforço de 5.500 EUR), tendo sido executada despesa em montante superior a 26.000 EUR.

Neste sentido, o Município, no ano de 2022, no “Apoio ao Associativismo”, aprovou em sede de orçamento inicial despesa para executar no montante de 61.500 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa em montante próximo dos 60.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 16 - Apoio ao Associativismo - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PAAC	2019	A	1	20 000 €	19 600 €	13 470 €	69%
PAAD	2019	A	2	20 000 €	20 000 €	20 000 €	100%
Apoio à Atividade Desportiva, de Recreio e Lazer	2018	A	26	21 500 €	27 000 €	26 110 €	97%
Total				61 500 €	66 600 €	59 580 €	89%

25 Programa de Apoio a Associações e Coletividades - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2020/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Cultural-Recreativo-e-Juvenil-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

26 Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2020/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Desportivo-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL

A Proteção Civil Municipal define-se hoje como um elo essencial entre a segurança das populações e a forma de atuação dos diversos organismos e estruturas de apoio em situações de perigo, alerta, emergência e reposição da normalidade.

Ao longo dos últimos anos, cada vez mais o Município tem atendido à necessidade de inscrever em orçamento os montantes necessários e possíveis para garantir o bom funcionamento da mesma. Assim, em sede previsional, foi inscrita dotação para apoio emergente a entidades que integram a mesma, bem como para funcionamento e investimento nesta estrutura.

Para além da estrutura em si, em sede de orçamento, foi também prevista dotação, na sequência do Protocolo celebrado com a ANPC²⁷ e a AHBVB²⁸, com o qual o Município assumiu suportar 50% dos custos de funcionamento das EIPs²⁹, desde a criação da primeira em maio de 2019, uma vez que as mesmas são constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

Em sede de orçamento foi inscrita dotação para desenvolver o Plano Municipal de Emergência que carece de revisão e atendendo à evolução no desenvolvimento do mesmo, foi a referida dotação diminuída em 2022, de modo a escalonar os montantes previstos, de acordo com o calendário de trabalhos atual.

No orçamento inicial foi também previsto dar início ao investimento com a reabilitação da antiga Escola Primária (de baixo) em Posto Territorial de Borba da GNR, de acordo com o contrato Interadministrativo, aprovado em 2020, com a Secretaria-Geral da Administração Interna e a GNR, no qual o Município se assumiu como dono da obra, com despesa prevista de 973.292 EUR a ser transferida por verbas PIDDAC, No entanto, O investimento ainda não chegou a ser iniciado, estando pendente de aprovações de outras entidades, pelo que foi diminuída a referida dotação no ano, por transferência para anos seguintes.

Assim, o investimento no “Apoio à Proteção Civil”, no ano de 2022, assumiu em orçamento inicial montante superior a 550.000 EUR, sendo que durante o ano apenas foi possível executar um montante ligeiramente superior a 47.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 17 - Proteção Civil - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Proteção Civil Municipal - Despesas correntes	2020	A	3	1 000 €	2 850 €	1 685 €	59%
Proteção Civil Municipal - Despesas de capital	2020	I	13	5 000 €	4 200 €	3 581 €	85%
Equipas de Intervenção Permanente	2018	A	7	54 000 €	36 163 €	36 000 €	100%
Plano Municipal de Emergência	2021	I	1	20 000 €	8 000 €	5 843 €	73%
Posto Territorial da GNR de Borba	2021	I	3	473 292 €	2 €		
Total				553 292 €	51 215 €	47 108 €	92%

²⁷ Autoridade Nacional de Proteção Civil.

²⁸ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba.

²⁹ Equipas de Intervenção Permanente, constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL”

Um Município efetivamente harmonioso e equilibrado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da dimensão social. Desta forma, as políticas de desenvolvimento social devem promover a coesão e a justiça social, com vista a atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões distintas, a considerar:

2.2.3.1 Promoção da justiça social;

2.2.3.2 Promoção do bem-estar;

2.2.3.3 Valorização das políticas de inclusão social;

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE

Em 2022 manteve-se a preocupação de o Município ainda ter que fazer face a despesas no combate à COVID-19, pelo que foi dotado o orçamento inicial de verbas para o efeito.

Foi ainda prevista despesa, no montante de 10.000 EUR, para o programa, ao qual o Município aderiu, de apoio à aquisição de medicamentos. A verba destina-se a apoiar até 100 beneficiários, que demonstrem ser incapazes de adquirir medicamentos sujeitos a receita médica comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, no montante máximo de 100,00 EUR, mediante protocolo aprovado pela Câmara Municipal.

Ao longo do ano o Município, por força da legislação em vigor teve que assumir a Descentralização de competências em matéria de Saúde, pelo que inscreveu um montante previsional na ordem dos 80.000 EUR para o efeito. Até final do ano, a execução apresentada justificou apenas um montante ligeiramente superior a 53.000 EUR, pese embora o mesmo possa estar relacionado com o facto de o plano em apreço não contemplar a totalidade das despesas que foram adstritas à área, por dificuldades técnicas e informáticas iniciais.

Desta forma, o investimento em “Projetos na área da Saúde”, no ano de 2022, assumiu em orçamento inicial montante de 36.570 EUR, sendo que durante o ano apenas foi executada despesa em montante inferior a 13.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 18 - Projetos na área da Saúde - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
COVID-19 - Funcionamento	2019	A	6	5 570 €	5 000 €	4 365 €	87%
COVID-19 - Investimento	2019	I	9	21 000 €	6 700 €	5 612 €	84%
Programa de Apoio à Aquisição de Medicamentos	2021	A	1	10 000 €	3 800 €	2 910 €	77%
Competências descentralizadas da Saúde	2022	A	4		80 309 €	53 056 €	66%
Total				36 570 €	95 809 €	65 944 €	69%

3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES

O Município, em 2022, prosseguiu uma política social que permitiu proceder à atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, aprovando a atribuição de 15 bolsas de estudo, no montante de 75 EUR/mês, pelo período de 10 meses e uma bolsa de mérito escolar, no montante de 750 EUR, nos termos do regulamento em vigor.

Por outro lado, não foram esquecidos os alunos mais carenciados, pelo que se deu continuidade à atribuição de apoio, no âmbito da ação social escolar, no 1.º ciclo e ensino pré-escolar, através da comparticipação das despesas escolares dos alunos pertencentes a agregados familiares com mais baixos rendimentos.

Os objetivos da ação social escolar passam por combater a exclusão social e o abandono escolar, pretendendo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

Para o efeito, a ação social escolar inclui medidas que passam pela comparticipação económica aos alunos destinada, quer ao fornecimento de refeições escolares, quer à aquisição de livros e material escolar, mediante o escalão atribuído a cada aluno, definido de acordo com o escalão de abono de família, tendo como referência o valor do indexante de apoios sociais.

Entendemos que esta atitude se revela de enorme responsabilidade, uma vez que surge com a prossecução de pretender garantir condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo.

No que respeita à execução da despesa do “Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas de Estudo)” durante o ano verificou-se uma correção nos valores face aos previstos em sede de orçamento inicial, no entanto o mesmo apenas ocorreu por se ter verificado um atraso nas candidaturas (na apresentação de documentação por parte dos candidatos - com origem e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino) que originou a aprovação da lista definitiva das candidaturas apenas no início de 2023. Assim, pese embora se verifique uma correção nos valores, os mesmos foram efetivamente aplicados no apoio socioeconómico a estudantes, pese embora com algum atraso (na primeira prestação, tendo em conta o calendário escolar) face ao previsto em sede de orçamento inicial.

No que respeita à execução da despesa de “Ação Social Escolar” verificou-se uma diminuição face ao inicialmente previsto, uma vez que nesta rubrica não estão contempladas as refeições fornecidas aos alunos com escalões A e B, mas apenas os apoios à aquisição de livros de apoio e material escolar, de acordo com as despesas apresentadas pelos encarregados de educação.

Atendendo ao exposto, o investimento no “Apoio a Estudantes”, no ano de 2022, assumiu, em orçamento inicial, o montante de 17.850 EUR e durante o ano, pelos motivos antes referidos, foram executados cerca de 9.600 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 19 - Apoio a Estudantes - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas de Estudo)	2018	A	18	12 000 €	6 525 €	6 525 €	100%
Ação Social Escolar	2019	A	5	5 000 €	2 100 €	2 071 €	99%
Apoio à atividade de ação social	2018	A	14	850 €	1 200 €	971 €	81%
Total				17 850 €	9 825 €	9 567 €	97%

3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES

O sector do Mármore é de extrema importância para a economia borbense. Estende-se muito para além da extração e produção de “peças” e dos postos de trabalhos diretamente ligados a esta atividade económica desde logo, todo o património edificado com esta rocha ornamental.

O Parque Temático do Mármore reproduz todo o processo de produção do mármore, desde a extração à transformação, através de micromodelações do terreno com definições do perfil de solo, os diversos estratos geológicos a as várias alterações à paisagem que a exploração do Mármore provocou.

Através de um percurso pedestre, podem ver-se os vários tipos de serração e corte, o produto extraído e o produto final, complementado com os vários tipos de vegetação existentes na região. Assim, o Jardim Municipal de Borba, enquanto Parque Temático do Mármore é um espaço de excelência, bastante utilizado pela população e por quem visita o Concelho. Em 2022, deu-se continuidade à realização de alguns investimentos no espaço, atendendo à necessidade de colmatar algumas deficiências existentes, procurando mantê-lo como espaço de excelência no Concelho.

Por outro lado, os espaços verdes públicos são cada vez mais defendidos por sustentarem e organizarem a malha urbana, sendo promotores de uma rede distribuidora de continuidade ecológica e cultural, essencial para a sustentabilidade ambiental de qualquer Concelho, pelo que ao longo do ano se continuou a efetuar alguns investimentos em arranjos paisagísticos.

As árvores em vias públicas e noutras áreas livres de edificação são constituintes da floresta urbana e atuam sobre o conforto humano no ambiente, por meio das características naturais da vegetação arbórea, sendo que a mesma pode ainda ser entendida como um mobiliário urbano, um equipamento essencial para o bom funcionamento dos espaços livres de edificação.

Os espaços verdes urbanos são ainda uma possibilidade de contacto com a natureza e permitem um ambiente mais saudável, funcionando como “respiração” do tecido urbano, podendo ser compensadoras de outras condições menos favoráveis, favorecendo a convivência entre diversos grupos sociais, com um potencial de identificação com o património que estimula um sentimento cívico de pertença, motivo pelo qual o Município finalizou o investimento no “Espaço verde/infantil da Horta do Picadeiro”, em parceria com a Freguesia de Matriz.

Assim, o investimento nos “Espaços Verdes”, no ano de 2022, assumiu no orçamento inicial, o montante de 21.500 EUR, sendo que durante o ano foi possível executar +/- 22.650 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 20 - Investir nos Espaços Verdes - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação do Jardim Municipal	2018	I	15	2 500 €	5 000 €	4 627 €	93%
Arranjos Paisagísticos	2018	I	14	10 000 €	14 300 €	13 521 €	95%
Espaço verde/infantil da Horta do Picadeiro	2021	I	18	9 000 €	4 600 €	4 508 €	98%
Total				21 500 €	23 900 €	22 656 €	95%

3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO

O Programa Juventude em Movimento tem como objetivo contribuir para a ocupação dos tempos extra letivos de jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovam, em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional.

O desenvolvimento do Concelho está intimamente ligado aos mais jovens e com esta iniciativa o Município contribui para a ocupação dos tempos extra letivos dos jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovem em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional e assim, fomentam o contacto com a realidade onde serão integrados/as, em áreas de interesse comunitário.

O programa prevê, preferencialmente, como áreas de interesse comunitário:

- A proteção e salvaguarda do património histórico;
- A defesa do ambiente;
- A promoção e divulgação cultural;
- As atividades desportivas;
- As ações de âmbito social.

O programa pretende também desenvolver nos jovens valores de responsabilidade, solidariedade, cidadania e de interajuda. Para o efeito, anualmente, o programa permite o desenvolvimento de atividades, em diferentes áreas, como sejam:

- Educação e juventude;
- Desporto e tempos livres;
- Feiras e eventos;
- Cultura e património;
- Ambiente e espaços verdes.

Em regra, o programa é dirigido a todos os jovens residentes no Concelho de Borba, cujas idades estejam compreendidas entre os 15 e os 25 anos, preferencialmente integrados no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional. Durante o período de atividade os jovens têm direito a seguro de acidentes pessoais, da responsabilidade da Autarquia e uma bolsa horária por cada hora realizada em regime ocupacional que deverá ser paga na totalidade e após completo o período de integração na vaga.

Assim, a ocupação dos tempos de lazer dos jovens do Concelho de Borba no programa Juventude em Movimento, não só promove a ocupação das férias dos jovens, como se afigura como uma ajuda ao desenvolvimento de um espírito de cidadania, potenciando a sua capacidade de participação social e cívica na comunidade.

No ano de 2022, o Município assumiu em orçamento inscrever para o programa o montante de 2.000 EUR, sendo que no decorrer do programa se executou um montante ligeiramente inferior (1.763 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 21 - Programa Juventude em Movimento - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Juventude em Movimento	2018	A	17	2 000 €	2 000 €	1 763 €	88%

3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER

Independentemente do elevado custo que o Município suporta com o funcionamento de alguns equipamentos de recreio e de lazer, como é o caso das piscinas municipais (essencialmente as cobertas), continuou a Câmara Municipal a investir no funcionamento dos mesmos, de modo a proporcionar condições de lazer e bem-estar à população, procurando, todavia, encontrar alternativas viáveis para os consumos mais elevados, através de medidas que gerem melhores eficiências energéticas.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, o Município procedeu a um investimento significativo, ao nível de equipamentos de recreio e lazer, essencialmente pela necessidade de remodelação completa dos parques infantis do Concelho, pelo que importa dar continuidade aos investimentos realizados, pese embora de forma faseada, continuando a proceder à valorização deste tipo de equipamentos.

A execução das “Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer” assumiram uma execução bastante superior à prevista no orçamento inicial, atendendo à realização de atividades durante o ano desta natureza.

No que respeita aos “Apoios a atividades desportivas, culturais, de recreio e lazer”, verifica-se um reforço considerável da verba inscrita em orçamento inicial, uma vez que foram aprovados, pela Câmara Municipal, ao longo de 2022, Protocolos de Colaboração com a Casa da Cultura da Orada para apoio a atividades culturais, educativas e sociais (+/- 5.000 EUR), com a Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Neves do Sobral para apoio à realização de trabalhos de conservação na Igreja de São Bartolomeu (+/- 5.000 EUR) e com Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Rio de Moinhos para trabalhos de recuperação da Ermida de São Gregório e da Ermida de Nossa Senhora da Vitória (7.500 EUR), estes últimos ainda não pagos, visto não ter sido entregue documentação comprovativa da sua exigência.

A execução das “Piscinas Descobertas” apresenta igualmente um incremento considerável face ao montante inscrito em sede de orçamento inicial, uma vez que se optou por incluir no plano as respetivas despesas com o pessoal contrato para o funcionamento das mesmas, de modo a melhor espelhar os custos efetivos ocorridos no equipamento.

Desta forma, o investimento na “Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante de 125.660 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa no montante de cerca de 160.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 22 - Valorização de Equipamentos de Recreio e de Lazer - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer	2018	I	30	10 000 €	10 000 €	9 062 €	91%
Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer	2018	A	25	5 000 €	11 716 €	11 056 €	94%
Apoio atividades desport., culturais, recreio e lazer	2021	I	16	500 €	17 500 €	9 860 €	56%
Piscinas Cobertas	2018	A	27	97 000 €	105 956 €	97 530 €	92%
Piscinas Descobertas	2018	A	28	6 500 €	29 150 €	28 651 €	98%
Cont. subconcessão - Estação Ferroviária Borba	2022	I	19	6 660 €	11 410 €	3 761 €	33%
Total				125 660 €	185 732 €	159 919 €	86%

3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

3.2.3.3.1. PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

O PAICD³⁰ de Borba foi alvo de candidatura ao POR³¹ Alentejo, com o objetivo de realizar investimentos, de forma integrada, de acordo com as carências mais sentidas pela comunidade mais desfavorecida.

A aprovação deste plano permitiu ao Município garantir cofinanciamento FEDER em 85% para a reabilitação de um imóvel devoluto, propriedade do Município, em Casa Social (Casa de Acolhimento Temporário), de forma a responder a uma necessidade emergente com que o Município se depara frequentemente, e para a qual não tem, atualmente, resposta social adequada. Esta Casa de Acolhimento Temporário foi pensada para atuar numa fração populacional específica com problemáticas sociais adjacentes e situações críticas que necessitam de intervenção urgente. A instalação deste equipamento de utilização coletiva, servirá de apoio às famílias com necessidades de realojamento por períodos não superiores a 4 meses.

Uma das particularidades desta edificação é a sua localização geográfica, situada no centro da cidade, próxima de superfícies comerciais, bancárias, de restauração, da Câmara Municipal e do Posto Territorial da GNR de Borba. Esta proximidade, potencia o trabalho de inclusão e desenvolvimento social com estas famílias a ser desenvolvido pelo Serviço de Ação Social do Município de Borba, e permite a intervenção imediata e concertada em situações urgentes.

A construção deste equipamento foi concluída em 2022, sob a forma de empreitada, adjudicada pelo montante de cerca de 105.000 EUR, tendo-se verificado, em obra, a necessidade de efetuar alterações ao projeto, que ascenderam a cerca de 30 000 EUR. No ano de 2023 serão apenas faturadas as revisões de preços decorrentes dos contratos de empreitada, nos termos previstos no CCP, sendo os mesmos também assumidos como despesas elegíveis para efeitos de cofinanciamento.

Por outro lado, em 2021 submeteu-se uma nova candidatura, com dotação aprovada no PAICD de Borba, destinada a garantir a reabilitação das 16 habitações sociais, propriedade do Município, do Loteamento do Chalé, de modo a proceder a melhorias nas mesmas, com vista resolver problemas com que as mesmas se deparam fruto do envelhecimento deste parque habitacional, procurando assim garantir melhores condições de vida às famílias que residem nas mesmas. A execução deste investimento não foi possível ser desenvolvida dentro do período previsto, atenta a falta de interessados na apresentação de propostas e a evolução abrupta dos preços de mercado na construção civil, o que levou a Autoridade de Gestão a deliberar revogar a anterior decisão de cofinanciamento.

Desta forma, o “PAICD de Borba” apresentou durante o ano de 2022 uma execução ligeiramente superior a 71.000 EUR dos mais de 235.000 EUR previstos em sede de orçamento inicial, conforme mapa seguinte.

Mapa 23 - PAICD de Borba - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Casa Social de Borba - Acolhimento Temporário	2018	I	11	87 261 €	87 261 €	69 891 €	80%
Reabilitação Habitação Social Loteamento do Chalé	2021	I	4	148 400 €	148 400 €	1 240 €	1%
Total				235 661 €	235 661 €	71 131 €	30%

³⁰ Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas.

³¹ Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020.

3.2.3.3.2. PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Emprego Apoiado consiste na atividade profissional, desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização produtiva ou de prestação de serviços dos empregadores, sob condições especiais, designadamente sob a forma de enclaves.

O Contrato de Emprego apoiado em mercado aberto constitui uma modalidade de apoio da medida Emprego Apoiado do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade. O Contrato Emprego-Inserção consiste na realização de trabalho socialmente necessário, por parte de desempregados beneficiários de desemprego ou de subsídio social de desemprego.

O Município, no âmbito das suas responsabilidades de inclusão social, deu continuidade e manteve, no ano de 2022, um conjunto de candidaturas, junto do IEFP³², com quem mantém estreita colaboração, para realização de contratos de emprego apoiado (CEI³³, CEI+³⁴ e Emprego Apoiado em Mercado Aberto³⁵).

Acresce ainda que em novembro de 2021 os órgãos municipais aceitaram exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, no que respeita à transferência de competências em matéria de Ação Social, pelo que no ano de 2022 o Município assumiu “Competências descentralizadas da Ação Social”, de acordo com o previsto no despacho 98/17-A/2021, de 8 de outubro.

Importa ainda referir que durante o ano se deu execução à candidatura aprovada pelo POISE³⁶ para desenvolvimento de um projeto de “Mediadores Municipais e Interculturais”, cujo principal objetivo é promover a igualdade de oportunidades e a coesão social, tendo subjacente o combate à discriminação e à promoção do emprego e da capacitação da comunidade cigana.

Desta forma, o investimento em “Projetos de Inclusão Social”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos de 515.000 EUR, sendo que as disponibilidades existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 345.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 24 - Projetos de Inclusão Social - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Programa Emprego Apoiado	2018	A	16	234 550 €	345 526 €	345 163 €	100%
Contratos Emprego-Inserção	2018	A	15	102 600 €	85 669 €	85 379 €	100%
Competências descentralizadas da Ação Social	2022	A	1	74 000 €	72 738 €	56 333 €	77%
Mediadores Municipais e Interculturais	2021	A	6	103 800 €	83 800 €	58 087 €	69%
Total				514 950 €	587 733 €	544 962 €	93%

32 Instituto de Emprego e Formação Profissional.

33 Contrato Emprego Inserção: Medida de emprego que visa, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, a nível local ou regional, apoiar a (re)inserção profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

34 Contrato Emprego Inserção+: Medida de emprego que visa, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, a nível local ou regional, apoiar a (re)inserção profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

35 Atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de emprego apoiado, integrados, sob condições especiais.

³⁶ Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE”

Um Concelho desenvolvido tem como base das decisões, a sustentabilidade económica, social e ambiental. As competências das autarquias estão diretamente ligadas a questões de planeamento e de ordenamento do território (plano diretor municipal, planos de pormenor, planos de urbanização, etc.), bem como questões ambientais de enorme importância, de onde se pode destacar, o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos urbanos, o tratamento dos espaços verdes e o ordenamento do território.

Todas estas competências têm uma forte interação com a vida dos seus munícipes, quer através dos custos inerentes aos serviços prestados pelo Município, quer através da adoção de políticas sustentáveis que terão impacto nas gerações vindouras.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões, nomeadamente:

2.2.4.1 Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território

2.2.4.2 Articulação de ações e medidas com as concessionárias;

2.2.4.3 Implementação de boas práticas.

Para demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PDM³⁷ é um instrumento legal fundamental na gestão do território municipal, já que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos planos municipais, afigurando-se como um instrumento de planeamento e ordenamento territorial de natureza regulamentar, que vincula a administração e os particulares e cuja elaboração é obrigatória e da responsabilidade municipal, encontrando-se este em revisão, com execução de cerca de 20.000 EUR.

No que respeita aos planos de pormenor, encontra-se em produção a cartografia para desenvolvimento do Plano de Pormenor da UNOR 2, com execução em 2022, superior a 28.000 EUR.

Em 2022 previa-se ainda dar início a outros projetos nesta área (constantes no mapa), mas que por opções de gestão foram recalendarizados para anos seguintes, pelo que, os “Planos Municipais de Ordenamento do Território” apresentaram a execução financeira constante no mapa seguinte.

Mapa 25 - Planos Municipais de Ordenamento do Território - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Diretor Municipal	2018	I	12	71 955 €	19 955 €	19 926 €	100%
Operação de Reabilitação Urbana (ORU)	2019	I	12	10 000 €	500 €		
Planos de Pormenor	2018	I	13	25 140 €	42 890 €	28 117 €	66%
Estudo Geológico PP UNOR 2	2022	I	3	10 000 €	500 €		
Plano Escoamento/Aproveit. Águas pluviais Borba	2022	I	4	10 000 €	500 €		
Gabinete SIG	2022	I	1	10 000 €	600 €		
Total				137 095 €	64 945 €	48 043 €	74%

³⁷ Plano Diretor Municipal.

3.2.4.1.2. PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL

O plano estratégico de habitação local é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação local.

O plano deve ter por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

Deve ainda articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras. Devendo assim fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades no território.

No âmbito da nova geração de políticas de habitação, as estratégias locais de habitação são valorizadas como forma de promover, não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como de garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas.

Com efeito, esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

Por esta razão, a apresentação prévia, por parte do Município, da estratégia local de habitação é obrigatória, no caso dos apoios a conceder ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Em 2021, foi iniciado o Plano Estratégico de Habitação Local do Município de Borba, tendo o mesmo sido concluído no ano de 2022, conforme previsto em orçamento. Concluído e aprovado o plano, celebrado o acordo para a sua implementação, compete agora ao Município ser célere na implementação, procedendo à aquisição dos terrenos, desenvolvendo os projetos para realização das empreitadas e adjudicando a construção das habitações, de forma a que o plano possa ser efetivamente eficaz para o território.

No que respeita em particular ao “Plano Estratégico de Habitação Local” o mesmo, no ano de 2022, apresenta a execução financeira constante no mapa seguinte.

Mapa 26 - Plano Estratégico de Habitação Local - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Estratégico de Habitação Local	2019	I	13	7 626 €	7 626 €	7 626 €	100%
Habitação Social	2022	I	2	1 000 €	50 €		
Total				8 626 €	7 676 €	7 626 €	99%

3.2.4.1.3. PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA (PARU)

Para que a reabilitação urbana se constitua como um meio eficaz nos objetivos globais defendidos, considera-se que os objetivos devem ser determinantes, mas transversais na problematização urbanística, social, económica, histórica, etc. O desenvolvimento do PARU Borba, iniciado em 2015, teve como objetivos impulsionar a reabilitação urbana, marcar novas centralidades no centro urbano, valorizar a coesão territorial, procurar a sustentabilidade e a inclusão social e valorizar a participação pública.

A prossecução de tais objetivos pretende-se efetuar, através da seleção de intervenções em edificado público ou privado, e no espaço urbano, escolhidas para que a atividade funcione como um gatilho que despoleta, tanto a dinamização de atividades já existentes, como o surgimento de novas atividades e permitindo a apresentação de candidatura, por parte do Município e dos parceiros que se queiram associar aos mecanismos de financiamento deste tipo de intervenções.

No início de 2022 encontrava-se garantido cofinanciamento FEDER de 85% do investimento elegível, pelo POR Alentejo 2020, a 5 candidaturas para execução de projetos, nomeadamente:

- Reabilitação do Celeiro da Cultura (+/- 300.000 EUR), com obras concluídas em 2022 e atualmente em fase de reprogramação, com vista a garantir o aumento da dotação elegível para aquisição de mobiliário, sinalética, equipamento expositivo e de ar condicionado;
- Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e Criação do Centro de Artes e Ofícios (+/- 150.000 EUR), com obras concluídas em 2021 e atualmente em sede de encerramento de operação;
- Centro de Interpretação da Guerra da Restauração (+/- 223.000 EUR), a criar no edifício em frente ao Celeiro da Cultura, com empreitada iniciada em 2022 e prevista concluir em 2023;
- Museu do Brinquedo (+/- 117.250 EUR), previsto criar em parte do Palacete Alvarez, mas que apesar de abertos 2 procedimentos de contratação pública por parte do Município culminaram desertos de propostas, pelo que foi revogado o contrato de cofinanciamento pela Autoridade de Gestão;
- Museu de Borba e Enoteca (+/- 441.000 EUR), a criar no edifício onde funcionava o Centro Cultural de Borba, com empreitada adjudicada³⁸ no final de 2022 e ainda por iniciar, o que deve ser assumido como bastante preocupante atendendo ao facto de o atual quadro comunitário terminar a 31/12/2023.

Desta forma, o investimento no “PARU de Borba”, em 2022, assumiu no orçamento inicial, cerca de 800.000 EUR, tendo ao longo do ano sido executado menos de 150.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 27 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PARU Borba - Reabilitação do Celeiro da Cultura	2018	I	24	14 277 €	87 377 €	85 459 €	98%
PARU Borba - Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e Centro de Artes e Ofícios	2018	I	25	6 157 €	6 157 €		
PARU Borba - Museu de Borba	2021	I	11	281 676 €	441 000 €	156 €	
PARU Borba - Museu do Brinquedo	2021	I	12	104 911 €	34 000 €		29%
PARU Borba - Centro Interp. Guerra Restauração	2021	I	13	207 255 €	207 255 €	60 026 €	
PARU Borba - Outros projetos	2018	I	27	184 329 €	95 916 €		
Total				798 605 €	871 705 €	145 641 €	17%

³⁸ Após ter sido antes aberto um outro procedimento, no mesmo ano, pelo Município, que culminou deserto de propostas.

3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS

3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS

O Município ao longo dos últimos anos tem vindo a desenvolver ações e medidas, em parceria com as concessionárias do serviço de abastecimento de água e saneamento (AVT³⁹) e do serviço de gestão e tratamento de Resíduos Urbanos (Gesamb, EIM).

A articulação de ações e medidas em parceria pretende permitir reduzir os custos associados aos serviços, de forma a melhorar a eficiência dos serviços, diminuindo as perdas no abastecimento de água e a pegada ambiental do Município.

Nesse sentido, com a AVT foi implementado o *Wone*, um sistema tecnológico desenvolvido pela EPAL para gerir com mais eficiência os fluxos de água e minimização de perdas, ao passo que com a Gesamb, o Município desenvolveu, em parceria, um projeto, com vista ao aumento da eficiência da recolha seletiva e triagem dos resíduos.

Independentemente de se dever continuar a articular ações e medidas, em parceria, com as concessionárias, o custo destes serviços (principalmente do abastecimento de água e saneamento) mantém-se bastante elevado.

Desta forma, o investimento na “Articulação de ações e medidas em parceria com as concessionárias”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante ligeiramente superior a 1 milhão de euros.

Por outro lado, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 900.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 28 - Articulação de Ações e Medidas em parceria com as Concessionárias - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sistema Intermunicipal Abastecimento de Água	2018	A	20	575 600 €	549 716 €	491 224 €	89%
Sistema Intermunicipal de Saneamento	2018	A	19	254 000 €	226 655 €	208 409 €	92%
Gestão de Resíduos Urbanos	2018	A	22	220 000 €	206 000 €	198 951 €	97%
Total				1 049 600 €	982 371 €	898 584 €	91%

³⁹ Sociedade de Águas do Vale do Tejo, SA.

3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU)

As redes de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (AR), em baixa, encontram-se bastante deterioradas, em grande parte do Concelho.

Esta situação apresenta-se particularmente preocupante, uma vez que o Município é fornecido, em alta, pela sociedade Águas do Vale do Tejo e as perdas verificam-se, essencialmente, nas redes que são competência do Município.

Assim, torna-se necessário proceder a um conjunto de investimentos nestas redes, de forma a diminuir as perdas existentes, reduzindo os custos associados ao serviço de abastecimento e saneamento em alta.

Para o efeito foram efetuadas algumas intervenções nas redes que apresentavam maior urgência de intervenção, de forma a permitir planejar, faseadamente investimentos futuros nas restantes.

Em simultâneo, tornou-se também necessário proceder à aquisição e requalificação de contentores de RU, de contadores de água e na inovação e implementação de novos sistemas na recolha seletiva, de forma a manter um padrão de qualidade adequado nos serviços prestados aos munícipes.

Ao longo do ano deu-se continuidade à estratégia de funcionamento da equipa municipal de limpeza, dotando-a dos equipamentos adequados para o efeito, de modo a melhor responder às necessidades de limpeza e manutenção dos espaços públicos no Concelho.

Por outro lado, o Município de Borba elaborou uma candidatura ao Fundo Ambiental, denominada “BioBairros - da terra à terra”, com o objetivo de promover uma reciclagem mais efetiva, reforçando a redução de deposição dos resíduos em aterro, no entanto a mesma apenas foi aprovada para início no ano de 2023, pelo que em 2022 não apresentou qualquer execução.

No ano de 2022, os investimentos mais robustos nestas áreas foram efetuados na Freguesia de Rio de Moinhos, nomeadamente com a “Reabilitação da ETAR da Ribeira”, investimento já concluído, em montante superior a 75.000 EUR e com a valorização na “Rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua da Restauração, no Barro Branco”, em montante superior a 73.000 EUR, com investimento atualmente em fase final de conclusão.

Efetivamente ainda existem bastantes investimentos a que o Município tem que fazer face nestas áreas, no entanto os mesmos apresentam-se bastante elevados e não foi possível, até ao momento encontrar fontes de financiamento para os mesmos no atual quadro comunitário de apoio.

No entanto, é expectável que o Portugal 2030 venha a acolher a possibilidade de apoiar este tipo de investimentos, nomeadamente no âmbito dos Pactos, em que as CIMs se assumem como entidades intermédias, pelo que o mesmo se poderá afigurar como de grande interesse para o Município.

Assim, o investimento na “Remodelação de redes (AA/AR) e requalificação de equipamentos (RU)”, no ano de 2021, assumiu no orçamento inicial um montante próximo dos 250.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram apenas a execução de cerca de 70.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 29 - Remodelação das Redes (AA/AR) e Requalificação de Equipamentos (RU) - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Remodelação da rede de águas residuais	2018	I	16	10 000 €	11 500 €	11 011 €	96%
Substituição das caixas de ramal de saneamento	2019	I	3	5 000 €	1 000 €		
Controlo Perdas Águas	2019	I	5	10 000 €	400 €		
Remodelação rede águas pluviais Quinta da Prata	2018	I	17				
Valorização do Reservatório de Orada	2021	I	7	5 000 €	500 €		
Valorização da Rua de S. Bartolomeu	2018	I	41				
Equipamento p/limpeza e desobstrução de esgotos	2021	I	6				
Reabilitação da ETAR da Ribeira	2021	I	5	70 000 €	75 300 €	75 033 €	100%
Remodelação da rede abastecimento de água	2018	I	18	20 000 €	32 600 €	31 681 €	97%
Remodelação condutas de água de Rio de Moinhos	2018	I	22	5 000 €	3 300 €	3 196 €	97%
Remodelação das condutas de água da Orada	2018	I	23	20 000 €	3 685 €	2 438 €	66%
Execução de rede de esgotos - Talisca	2020	I	6	20 000 €	36 800 €		
Aquisição e requalificação de contentores e outros equipamentos de RSU	2018	I	20	10 000 €	10 600 €	10 565 €	100%
Limpeza Pública	2018	A	21	10 000 €	15 000 €	14 094 €	94%
Contadores de água	2018	I	19	7 500 €	2 500 €	2 143 €	86%
Protocolo POSEUR	2019	I	6	1 077 €	1 077 €		
Rede de drenagem de águas residuais - Rua 13 de janeiro - Borba	2022	I	5	8 000 €	500 €		
Rede de drenagem de águas residuais - Rua Silveira Menezes - Borba	2022	I	6	5 000 €	500 €		
Rede de drenagem de águas residuais - Rua Nunes Silva e Viscondes Gião - Borba	2022	I	7	4 000 €	500 €		
Rede de drenagem de águas residuais domésticas - Rua da Restauração - Barro Branco	2022	I	8	3 500 €	80 300 €	73 096 €	91%
Rede de drenagem de águas pluviais - Rua da Restauração - Barro Branco	2022	I	9	3 500 €	500 €		
Alargamento da rede de drenagem de águas residuais e domésticas no Monte do Peixe - Barro Branco	2022	I	10	5 000 €	500 €		
Alargamento da rede de drenagem de águas pluviais no Monte do Peixe - Barro Branco	2022	I	11	5 000 €	500 €		
Plano de escoamento/aproveitamento de águas pluviais de Borba	2022	I	12				
Rede de distribuição água - Rua 13 de janeiro - Borba	2022	I	13	4 000 €	500 €		
Rede de distribuição água - Rua Silveira Menezes - Borba	2022	I	14	3 000 €	500 €		
Rede de distribuição água - Rua Nunes Silva e Viscondes Gião - Borba	2022	I	15	3 000 €	500 €		
Alargamento da rede de abastecimento ao Monte do Peixe - Barro Branco	2022	I	16	4 000 €	500 €		
Aquisição de viaturas para recolha e gestão de resíduos urbanos	2022	I	17	1 000 €	1 000 €		
Biobairros - da terra à terra	2021	I	14	24 600 €	24 600 €		
Biobairros - da terra a terra	2021	A	8	14 400 €	9 400 €		
Total				281 577 €	314 562 €	223 256 €	71%

3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS

O Município dispõe de uma equipa⁴⁰ de sapadores florestais. Os sapadores florestais são trabalhadores especializados, com perfil e formação específica adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogo e outras infraestruturas.

Estes profissionais exercem ainda funções de vigilância das áreas a que se encontram adstritos; apoio ao combate aos incêndios florestais e às subsequentes operações de rescaldo; sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

O funcionamento da equipa de Sapadores Florestais foi apoiado em 2022, por meio de candidatura submetida e aprovada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, até ao montante máximo de 45.000 EUR.

Desta forma, o investimento no “Programa Sapadores Florestais”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, o montante de 76.100 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 74.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 30 - Programa Sapadores Florestais - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sapadores Florestais	2018	A	29	76 000 €	79 666 €	73 892 €	93%
Sapadores Florestais	2018	I	33	100 €	500 €		
Total				76 100 €	80 166 €	73 892 €	92%

⁴⁰ Equipa SP-03-183, aprovada pelo ICNF.

3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

O Parque de Máquinas e Viaturas do Município apresentava enormes fragilidades, uma vez que as máquinas e viaturas, na sua maioria, apresentavam um elevado número de anos de serviço, com desgaste relevante, necessitando, com muita frequência, de reparações bastante dispendiosas.

Assim, nos últimos anos, a Câmara Municipal tem procedido, faseadamente, à aquisição de máquinas e viaturas, para efeitos de substituição, com a finalidade de modernizar a sua frota municipal, para poder dar resposta às funções que os serviços têm que desempenhar.

Por esse motivo, o Município apresentou ao Fundo Ambiental, duas candidaturas, no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, para dotar os serviços de equipamentos adequados ao cumprimento das suas obrigações, com maior respeito pelo meio ambiente, para aquisição, em regime de locação financeira, de um quadriciclo elétrico e respetivo carregador semirrápido e uma viatura elétrica ligeira de passageiros e respetivo carregador semirrápido.

As referidas candidaturas foram aprovadas pelo Fundo Ambiental, mas o processo de aquisição apenas finalizou no final de 2021, pelo que só se iniciou a execução financeira em meados de 2022, após a concessão de visto aos contratos de locação financeira, por parte do Tribunal de Contas.

Desta forma, o investimento no “Parque de Máquinas e Viaturas e funcionamento dos serviços”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, o montante próximo dos 812.000 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante próximo dos 809.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 31 - Parque de Máquinas e Viaturas e Funcionamento dos Serviços - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Máquinas, viaturas e equipamentos	2018	I	4	114 386 €	140 186 €	135 681 €	97%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2020	I	1	15 220 €	15 220 €	6 830 €	45%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2022	A	2	1 050 €	150 €	99 €	66%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2020	I	2	13 720 €	13 720 €	6 322 €	46%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2022	A	3	950 €	150 €	82 €	55%
Funcionamento máquinas, viaturas e equipamentos	2018	A	5	288 540 €	248 719 €	245 538 €	99%
Funcionamento Serv. Gerais e manut. instalações	2018	A	6	377 300 €	432 452 €	414 401 €	96%
Total				811 166 €	850 597 €	808 953 €	95%

3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Município continuou a apostar na elaboração de candidaturas, com vista à implementação de medidas de eficiência energética, de forma a reduzir a sua pegada ambiental e os custos associados aos serviços de energia, dando continuidade, também, ao investimento em infraestruturas para a distribuição de iluminação pública, de modo a lograr, faseadamente, modernizar a iluminação pública no Concelho, procurando diminuir o elevado custo que suporta com a mesma.

Tal facto, levou o Município, no ano de 2018, a assumir o compromisso, com a CIMAC e os restantes municípios do Alentejo Central, de aderir a um contrato de eficiência energético, que lhe permitiria, reduzir os custos associados à rede de iluminação pública.

No âmbito do próximo quadro comunitário de o Município ponderar a inclusão de um conjunto de candidaturas destinado à implementação de medidas de eficiência energética, com vista, não só a alcançar uma melhoria substancial na redução dos custos, mas também a assumir a sua parte enquanto agente de mudança na redução da pegada ambiental e na contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável assumidos pelos Estados Membros da Comunidade Europeia.

Desta forma, o investimento em “Infraestruturas, iluminação pública e eficiência energética”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante ligeiramente superior a 160.000 EUR.

Por outro lado, durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução ligeiramente superior a 171.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 32 - Infraestruturas, Iluminação e Eficiência Energética - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Medidas de Eficiência Energética	2018	I	31	1 000 €	200 €		
Infraestruturas p/distribuição de iluminação pública	2018	I	36	5 000 €	5 000 €	3 113 €	62%
Loteamento Urbano em Rio de Moinhos	2019	I	10	5 000 €	2 000 €	966 €	48%
Rede de Iluminação Pública	2018	A	30	50 000 €	60 800 €	60 700 €	100%
Eficiência Energética - CIMAC	2020	A	2	52 800 €	59 450 €	59 327 €	100%
Contrato de Gestão de Eficiência Energética	2018	I	63	46 483 €	46 483 €	46 482 €	100%
Total				160 283 €	173 933 €	170 589 €	98%

3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA

O Município submeteu, em 2021, uma candidatura ao ICNF⁴¹ para construção de um CRO⁴², de modo a dar cumprimento às políticas de respeito pelo bem-estar animal.

A candidatura em apreço assumiu o montante próximo dos 220.000 EUR e foi aprovada pelo ICNF no final de 2021.

No orçamento inicial de 2022, foram inscritas verbas para fazer face ao investimento previsto, no entanto não foi possível proceder à adjudicação da empreitada pelos valores previstos.

Assim, no ano de 2022, foi necessário solicitar ao ICNF autorização para reprogramar a execução da candidatura, de acordo com novos valores de referência de mercado e novo calendário previsional de trabalhos.

A referida empreitada foi adjudicada por concurso público no início de 2023, pelo que em 2022 não apresentou qualquer execução.

A construção do CRO irá implicar a assunção, pelo Município, de uma política responsável, de modo a promover a captura e tratamento de animais errantes, executando ações com vista a reduzir o abandono, fomentando a adoção responsável.

Será também de grande importância a disponibilização de informação atempada e útil sobre os animais em condições de serem adotados, permitindo a visita dos mesmos, com vista a que sejam atingidas altas taxas de adoção.

Para o efeito, será necessário dar continuidade ao serviço de medicina veterinária, cada vez mais atento às necessidades do Concelho, com a aplicação de vacinação e a resolução de situações emergentes e gestão técnica do CRO.

Desta forma, o investimento no “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior a 220.000 EUR, pese embora durante o ano, pelos motivos antes referidos apenas tenha sido possível executar cerca de 4.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 33 - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Centro Recolha Oficial de Animais de Companhia Serviços de veterinária	2020	I	7	219 170 €	219 170 €	162 €	81%
	2021	A	2	1 450 €	4 600 €	3 749 €	
Total				220 620 €	223 770 €	3 910 €	2%

⁴¹ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

⁴² Centro de Recolha Oficial de animais de companhia.

3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para plena execução do orçamento, o Município teve que fazer face a despesa com ativos e passivos financeiros, entendendo-se que o mesmo se trata de uma boa prática, quando para resposta às elevadas competências do Município se procura garantir a sua sustentabilidade atual e futura.

No que respeita aos passivos financeiros, foi inscrito, em sede de orçamento inicial, um montante para fazer face ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados, quer ao nível da sua amortização anual, quer ao nível dos encargos com juros, tendo a execução dos mesmos ocorrido de acordo com o serviço da dívida previsto nos respetivos empréstimos de médio e longo prazos.

Desta forma, o investimento em “Ativos e passivos financeiros”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 473.000 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas, permitiram uma execução ligeiramente superior a 471.000 EUR, através do cumprimento pleno dos contratos em vigor, conforme mapa seguinte.

Mapa 34 - Ativos e Passivos Financeiros - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Amortização de Empréstimos	2018	I	7	389 557 €	389 557 €	389 556 €	100%
Encargos com juros	2018	A	36	83 500 €	82 710 €	82 160 €	99%
Total				473 057 €	472 267 €	471 716 €	100%

IV. ANÁLISE FINANCEIRA

4.1. BALANÇO

4.1.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO

O “Ativo” do Município de Borba assumiu, no final de 2022, um montante na ordem dos 38,7 milhões de euros, representando uma diminuição de cerca de 2,3% face a 2021 (correspondendo a uma diminuição superior a 900.000 EUR), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 35 - Evolução do Ativo - 2021/2022

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Ativo não corrente	37 461 095,11	36 531 529,81	-2,48%	-929 565,30
Ativos fixos tangíveis	36 388 878,72	35 462 262,63	-2,55%	-926 616,09
Propriedades de investimento				
Ativos intangíveis	150 698,85	196 269,45	30,24%	45 570,60
Investimentos Participações financeiras	198 490,50	198 490,50		
Diferimentos	723 027,04	674 507,23	-6,71%	-48 519,81
Outras contas a receber				
Ativo corrente	2 157 786,92	2 184 113,01	1,22%	26 326,09
Inventários	290 237,01	338 118,79	16,50%	47 881,78
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	84 326,26	94 836,67	12,46%	10 510,41
Clientes, contribuintes e utentes	251 918,98	277 367,99	10,10%	25 449,01
Estado e outros entes públicos	59 143,11		-100,00%	-59 143,11
Outras contas a receber	727 614,25	808 910,03	11,17%	81 295,78
Diferimentos	68 953,96	81 008,95	17,48%	12 054,99
Caixa e depósitos	675 593,35	583 870,58	-13,58%	-91 722,77
TOTAL DO ATIVO	39 618 882,03	38 715 642,82	-2,28%	-903 239,21

Em 2022, o “Ativo não corrente” do Município assumiu um montante de cerca de 36,5 milhões de euros, representando uma diminuição de cerca de 930.000 EUR (-2,5%) face ao apurado no período homólogo.

Estas variações dizem respeito, essencialmente, à diminuição de cerca de 927.000 EUR de “Ativos fixos intangíveis” (-2,5%), uma vez que o aumento de cerca 45.600 EUR apurado nos “Ativos intangíveis” (+30%) é contrabalançado pela diminuição de mais de 48.500 EUR em “Diferimentos” (-6,7%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 3, 5, 18.2 e 30.6 das “Demonstrações Financeiras”.

No que respeita ao “Ativo corrente”, verifica-se um aumento superior a 26.300 EUR face a 2021 (+1,2%). Para esta variação verificam-se contributos de praticamente todas as rubricas que o compõem, sendo de salientar, as diminuições de cerca de 92.000 EUR em “Caixa e depósitos” (-13,5%) e de cerca de 60.000 EUR em “Estado e outros entes públicos” (-100%), bem como os aumentos em “Outras contas a receber” (cerca de +82.000 EUR, i.e., +11%), em “Inventários” (cerca de +48.000 EUR, i.e., + 16,5%) e em “Clientes, contribuintes e utentes” (cerca de +25.500 EUR, i.e., +10%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 1.3, 9, 10 e 18.1 das “Demonstrações Financeiras”.

4.1.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No que respeita ao “Património líquido”, o mesmo apresenta uma evolução negativa de cerca de 760.000 EUR (-2,3%) em comparação com o período homólogo, conforme mapa seguinte.

Mapa 36 - Evolução do Património Líquido - 2021/2022

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Património/Capital	20 797 571,29	20 797 571,29		
Resultados transitados	1 900 451,18	1 086 591,58	-42,82%	-813 859,60
Outras variações no património líquido	10 757 694,58	11 694 878,97	8,71%	937 184,39
Resultado líquido do período	-761 300,95	-1 640 659,42	115,51%	-879 358,47
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	32 694 416,10	31 938 382,42	-2,31%	-756 033,68

O decréscimo verificado no “Património líquido” foi fortemente motivado pela diminuição nos “Resultados transitados” (cerca de -814.000 EUR, respeitante aos resultados líquidos negativos de 2021) e pela diminuição nos “Resultados líquidos do período” (cerca de -1,64 milhões de euros, correspondendo a -116%). A diminuição total no “Património líquido” só não foi maior pelo facto de se verificar um incremento considerável em “Outras variações no património líquido”, em montante superior a 937.000 EUR (+8,7%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.1 das “Demonstrações Financeiras”.

4.1.3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO

No que respeita ao “Passivo”, o Município fechou o exercício de 2022 com um valor próximo dos 6,8 milhões de euros, sendo constituído em 69% por “Passivo não corrente” e em 31% por “Passivo corrente”.

Mapa 37 - Evolução do Passivo - 2021/2022

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Passivo não corrente	4 616 350,25	4 684 482,58	1,48%	68 132,33
Provisões	63 394,16	480 950,43	658,67%	417 556,27
Financiamentos obtidos	4 144 277,16	3 801 443,69	-8,27%	-342 833,47
Outras contas a pagar	408 678,93	402 088,46	-1,61%	-6 590,47
Passivo corrente	2 308 115,68	2 092 777,82	-9,33%	-215 337,86
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	624 083,91	577 601,72	-7,45%	-46 482,19
Fornecedores	97 716,90	78 161,04	-20,01%	-19 555,86
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	15 230,00	27 761,00	82,28%	12 531,00
Estado e outros entes públicos		327,17		327,17
Financiamentos obtidos	389 557,00	406 834,97	4,44%	17 277,97
Fornecedores de investimentos				
Outras contas a pagar	602 435,37	688 098,13	14,22%	85 662,76
Diferimentos	579 092,50	313 993,79	-45,78%	-265 098,71
TOTAL DO PASSIVO	6 924 465,93	6 777 260,40	-2,13%	-147 205,53

Comparativamente ao período homologado, o total do “Passivo” apresentou uma diminuição superior a 147.000 EUR (-2%), refletindo-se o mesmo um aumento superior a 68.000 EUR no “Passivo não corrente” (correspondendo a +1,5%) e numa diminuição superior a 215.000 EUR no “Passivo corrente” (correspondendo a -9,3%).

No “Passivo não corrente” o aumento resulta, essencialmente, da diminuição de cerca de 343.000 EUR nos “Financiamentos obtidos”, pelo cumprimento do serviço da dívida na componente a pagar em M/L prazo e do aumento de cerca de 417.600 EUR de “Provisões” (+659%) para fazer face, essencialmente aos 2 processos (Estado Português e Seguradora Fidelidade), relacionados com o processo da queda da Estrada das Pedreiras.

No “Passivo corrente”, a diminuição apurada, resulta, essencialmente, da diminuição superior a 265.000 EUR de “Diferimentos” (correspondendo a -46%), que reporta à especialização dos subsídios ao investimento recebidos, cujos projetos já se encontram concluídos e pelo aumento de “Outras contas a pagar”, em montante próximo dos 86.000 EUR (+14%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 7, 15, 18.3 e 30.7 das “Demonstrações Financeiras”.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.2.1. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Os “Rendimentos” do ano de 2022 aumentaram, em montante, mais de 613.000 EUR (+2,4%), para um montante superior a 9 milhões de euros, conforme mapa seguinte.

Mapa 38 - Evolução dos Rendimentos - 2021/2022

RUBRICAS	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Impostos, contribuições e taxas	1 147 382,60	1 498 732,91	30,62%	351 350,31
Vendas	510 470,49	513 618,41	0,62%	3 147,92
Prestações de serviços e concessões	952 785,42	1 037 010,02	8,84%	84 224,60
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 246 365,93	5 389 011,32	2,72%	142 645,39
Trabalhos para a própria entidade	269 789,03	228 094,38	-15,45%	-41 694,65
Provisões (reduções)	19 061,40		-100,00%	-19 061,40
Outros rendimentos e ganhos	708 935,93	814 769,69	14,93%	105 833,76
Juros e rendimentos similares obtidos		4 927,01		4 927,01
TOTAL DOS RENDIMENTOS	8 854 790,80	9 486 163,74	7,13%	631 372,94

Para o referido aumento nos “Rendimentos”, bastante contribuíram os aumentos que se verificaram em “Impostos, contribuições e taxas”, em montante superior a 350.000 EUR (+31%), em “Transferências e subsídios correntes obtidos”, em cerca de 143.000 EUR (+2,7%), respeitante às transferências de Orçamento de Estado e de projetos cofinanciados, em “Outros rendimentos e ganhos”, em montante próximo a 106.000 EUR (+15%) e em “Prestações de serviços e concessões”, em montante superior a 84.000 EUR (+9%). As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 13, 14 e 30.2 das “Demonstrações Financeiras”.

4.2.2. EVOLUÇÃO DOS GASTOS

No que respeita à evolução dos “Gastos”, verifica-se que os mesmos totalizaram mais de 11,1 milhões de euros, assumindo assim, um acréscimo de custos superior a 1,5 milhões de euros, face ao apurado no período homólogo, conforme mapa seguinte.

Mapa 39 - Evolução dos Gastos - 2021/2022

RUBRICAS	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 003 319,73	1 059 497,35	5,60%	56 177,62
Fornecimentos e serviços externos	1 376 792,83	1 895 834,26	37,70%	519 041,43
Gastos com pessoal	3 878 520,47	4 307 869,07	11,07%	429 348,60
Transferências e subsídios concedidos	674 237,88	624 157,77	-7,43%	-50 080,11
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3 518,01	4 924,65	39,98%	1 406,64
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	160 981,91	50 938,42	-68,36%	-110 043,49
Provisões (aumentos)		417 556,27		417 556,27
Outros gastos e perdas	133 345,49	220 393,21	65,28%	87 047,72
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2 282 072,29	2 450 383,04	7,38%	168 310,75
Juros e gastos similares suportados	103 303,14	95 269,12	-7,78%	-8 034,02
TOTAL DOS GASTOS	9 616 091,75	11 126 823,16	15,71%	1 510 731,41

O acréscimo nos “Gastos”, face ao período homólogo, justifica-se por um conjunto de fatores, nomeadamente:

- Aumento do custo com “Fornecimentos e serviços externos”, em cerca de 520.000 EUR (+38%), resultante, essencialmente, da realização de atividades culturais e recreativas realizadas ao longo do ano, com especial relevância para a “Festa da Vinha e do Vinho”, “Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos” e “Feira do Queijo”, sendo que com a realização das mesmas se verificaram impactos nos gastos com trabalhos especializados na área artística (espetáculos e serviços de som e luz) e com o aluguer de equipamentos (tendas, stands, sanitários, etc.). Nos FSE importa ainda atender ao aumento verificado nos custos com eletricidade, saneamento de águas residuais e com honorários, devido à celebração de contratos tarefa para assegurar os serviços específicos, de natureza excecional, principalmente com o acompanhamento e vigilância de crianças, tarefas de arrumação, manutenção e limpeza de edifícios escolares, uma vez que, de acordo com as informações para celebração dos contratos, os trabalhadores que integram o mapa de pessoal do Município não são suficientes para assegurar os referidos serviços. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.5 das “Demonstrações Financeiras”;
- Aumento de “Gastos com pessoal”, em cerca de 430.000 EUR (+11%), justificado pelo aumento de “Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo”, com consequente aumento dos gastos com “Subsídio de refeição”, “subsídio de férias”, “Subsídio de Natal” e com “Encargos sobre as remunerações”, sendo também significativo o aumento de custos com “Trabalho extraordinário”. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 19.1 das “Demonstrações Financeiras”;

- Aumento das “Provisões”, em mais de 417.500 EUR, justificado pela consideração das responsabilidades relacionadas com o acidente ocorrido na estrada das pedreiras (EM 255) em novembro de 2018, referente a indemnizações efetuadas pelo Estado e por uma Seguradora, às famílias das vítimas do sinistro. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 15.1 das “Demonstrações Financeiras”;
- Aumento dos “Gastos/reversões de depreciação”, em cerca de 168.500 EUR (+7,5%), que se deve ao aumento dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente da valorização de infraestruturas de distribuição de águas, de arruamentos, à transferência de ativos no âmbito do processo de descentralização de competência na área da saúde, da aquisição de equipamento básico e de equipamento de transporte, com reflexos nas amortizações do exercício. As situações referidas encontram-se melhor especificadas na nota 30.3 das “Demonstrações Financeiras”;
- A diminuição das “Imparidades de dívidas a receber”, em montante superior a 110.000 EUR (-68,4%), uma vez que apesar de, em 2022, se assumirem perdas em imparidades em montante próximo dos 51.000 EUR, no ano de 2021, esta perda foi assumida em montante bastante superior (cerca de 161.000 EUR), verificando-se assim uma diminuição nas perdas assumidas face ao período homólogo. As situações referidas encontram-se melhor especificadas nas notas 9 e 30.3 das “Demonstrações Financeiras”.

4.2.2. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurou-se em **-1 640 659,42 EUR**, o que representa um agravamento de 115,5%, face ao período homólogo, uma vez que em 2021 também se apurou um resultado negativo, pese embora, em montante bastante inferior (**-761 300,95 EUR**), conforme mapa seguinte.

Mapa 40 - Evolução dos Resultados - 2021/2022

RUBRICAS	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 624 074,48	900 065,73	-44,58%	-724 008,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-657 997,81	-1 550 317,31	135,61%	-892 319,50
Resultado líquido do período	-761 300,95	-1 640 659,42	115,51%	-879 358,47

Acresce ainda referir que a análise da situação do Município, em relação a “Rendimentos e Ganhos”, “Gastos e perdas” e “Resultados” se encontra desenvolvida e melhor pormenorizada nas notas 13,14 e 30 do “Demonstrações Financeiras”.

4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa do ano de 2022, quando comparado com o período homólogo, pode muito sucintamente, resumir-se, conforme mapa seguinte.

Mapa 41 - Resumo de Demonstração de Fluxos de Caixa - 2021/2022

FLUXOS DE CAIXA	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	904 078,78	624 805,42	-30,89%	-279 273,36
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-309 541,70	-244 630,76	-20,97%	64 910,94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-525 536,19	-471 897,43	-10,21%	53 638,76
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	69 000,89	-91 722,77	-232,93%	-160 723,66
Caixa e seus equivalentes no início do período	606 592,46	675 593,35	11,38%	69 000,89
De execução orçamental	535 665,32	587 276,06	9,63%	51 610,74
De operações de tesouraria	70 927,14	88 317,29	24,52%	17 390,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	675 593,35	583 870,58	-13,58%	-91 722,77
De execução orçamental	587 276,06	487 366,40	-17,01%	-99 909,66
De operações de tesouraria	88 317,29	96 504,18	9,27%	8 186,89

Acresce ainda referir que a “Demonstração dos Fluxos de Caixa” se encontra desenvolvida e melhor pormenorizada nas “Demonstrações Financeiras”, constando ainda especificações sobre estas nas notas 1.3 e 14 das referidas “Demonstrações Financeiras”.

4.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Apresentam-se, de seguida, alguns dos principais indicadores económico-financeiros, de liquidez, atividade, rentabilidade e estrutura financeira, apurados para o período de 2019 a 2022.

Mapa 42 - Indicadores económico-financeiros - 2019/2022

Tipo	Indicador	Forma de cálculo	2019	2020	2021	2022
Liquidez (*)	Liquidez Geral	<i>Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP)</i>	1,32	1,07	1,25	1,40
	Liquidez Reduzida	<i>(Ativo Corrente-Inventários)/Passivo Corrente</i>	1,23	1,01	1,08	1,18
	Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades/Passivo Corrente</i>	0,48	0,32	0,39	0,37
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	<i>Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100</i>	16,64	-17,24	-44,97	-99,98
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	<i>Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100</i>	0,30	-1,04	-2,33	-5,14
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	<i>Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100</i>	0,54	-0,61	-1,66	-4,00
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	<i>Património Líquido/Ativo</i>	0,83	0,82	0,83	0,82
	Solvabilidade	<i>Património Líquido/Passivo</i>	4,75	4,60	4,72	4,71
	Endividamento	<i>Passivo/Ativo</i>	0,17	0,18	0,17	0,18

Para apuramento dos indicadores acima presentes, importa referir, atendendo ao princípio da transparência, que no cálculo dos indicadores de liquidez, foi expurgado o montante de 624.083,91 EUR (no ano de 2020), o montante de 577.601,62 EUR (no ano de 2021) e o montante de 527.560,05 EUR (no ano de 2022) do “Passivo de curto prazo”, uma vez que estes valores respeitam ao montante a pagar, no médio e longo prazos, do contrato de gestão de eficiência energética, realizado pela CIMAC, em conjunto com os municípios do Alentejo Central, não sendo o mesmo passível de subdividir, no novo regime contabilístico entre curto e médio e longo prazos.

4.4.1. LIQUIDEZ GERAL

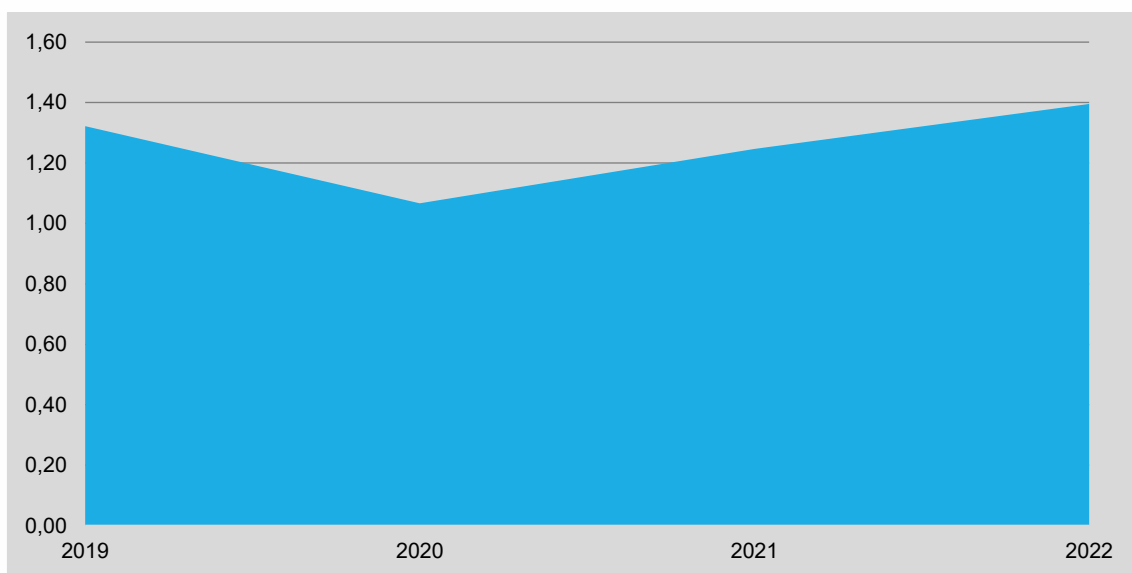
A liquidez geral trata-se de um indicador que relaciona, por meio de um rácio, o ativo de curto prazo com o passivo de curto prazo, com o objetivo de medir a capacidade que o Município tem para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pretende-se com o indicador relacionar agregados do ativo que sejam facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo, de modo a avaliar as dificuldades de tesouraria. Assim, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município para fazer face às responsabilidades no curto prazo.

Em 2021, verificou-se uma melhoria considerável (+17%) no indicador, comparativamente com o período homólogo, fruto da diminuição do passivo de curto prazo, acompanhada por ativos da mesma natureza.

No final de 2022, continua a manter-se a tendência de melhoria (+12%), sendo este o melhor registro do indicador nos últimos 4 anos de exercícios económicos, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Liquidez Geral - 2019/2022



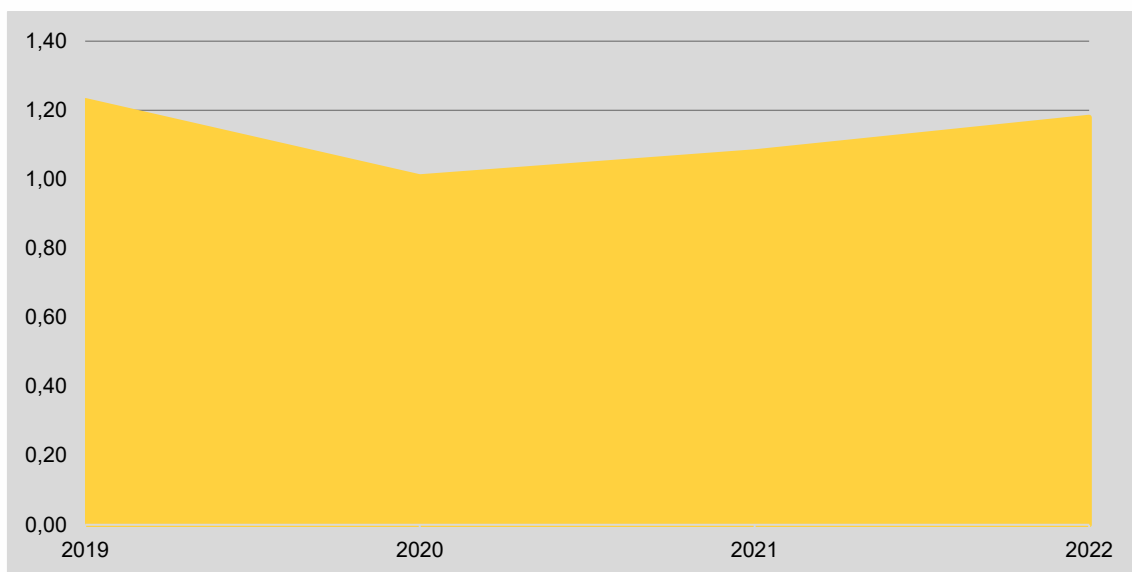
4.4.2. LIQUIDEZ REDUZIDA

O indicador de liquidez reduzida assume uma interpretação idêntica ao referido para a liquidez geral, pese embora a rapidez da satisfação da dívida seja agora analisada de uma forma mais restrita, isto é, não tendo em consideração o valor das existências. Desta forma, quanto mais elevado se apresenta o rácio, maior é a capacidade do Município, para com rapidez fazer face às responsabilidades.

No final de 2021 verificava-se uma alteração na tendência do indicador, com ligeiras melhorias (+7%) face a 2020, uma vez que no final desse ano o indicador sofreu uma quebra considerável (-22 pontos base), fruto do aumento do passivo de curto prazo, não acompanhada por ativos da mesma natureza.

No final de 2022, continua a manter-se a tendência de melhoria (+12%), apresentando o indicador tendência para chegar aos valores alcançados no ano de 2019, sendo esse o melhor registro do mesmo nos últimos 4 anos, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Liquidez Reduzida - 2019/2022



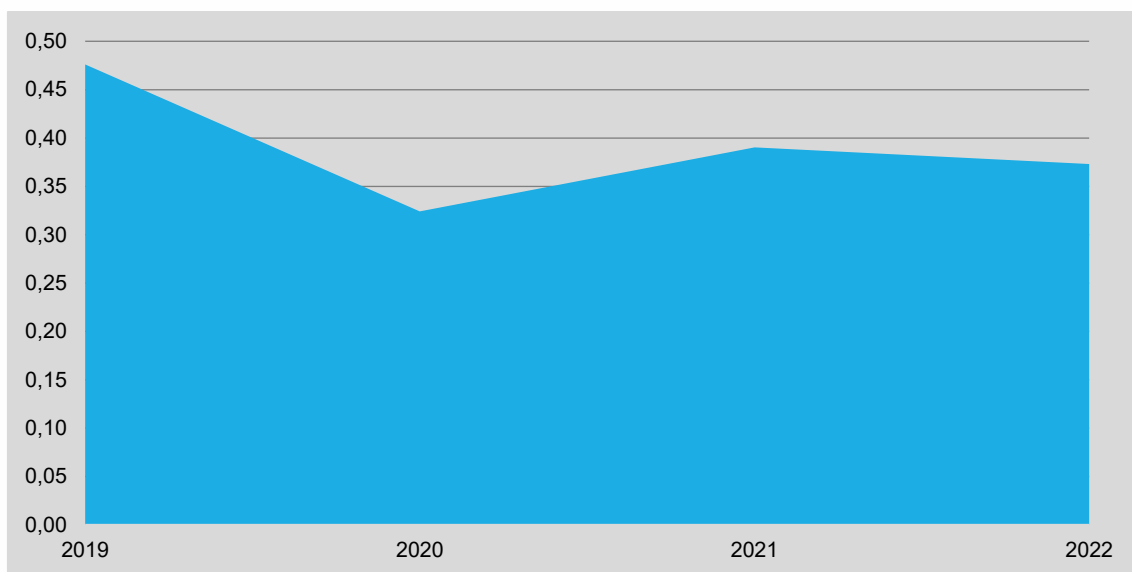
4.4.3. LIQUIDEZ IMEDIATA

Este indicador mede o grau em que os créditos de curto prazo estão passíveis de ser cobertos pelas disponibilidades do Município.

Em 2019, pelo apuramento do indicador determinou-se que 48% do passivo de curto prazo do Município se encontrava coberto pelas suas disponibilidades, enquanto em 2020 essa percentagem diminuiu para apenas 32%. No final de 2021, o indicador apresentou melhorias consideráveis (+20%), apurando-se que 39% das dívidas de curto prazo se encontravam cobertos pelas disponibilidades existentes.

No final de 2022, verifica-se uma ligeira diminuição no indicador (-2 pontos base), indicando que 37% das dívidas de curto prazo se encontram cobertos pelas disponibilidades existentes, conforme gráfico seguinte.

Gráfico 3 - Liquidez Imediata - 2019/2022



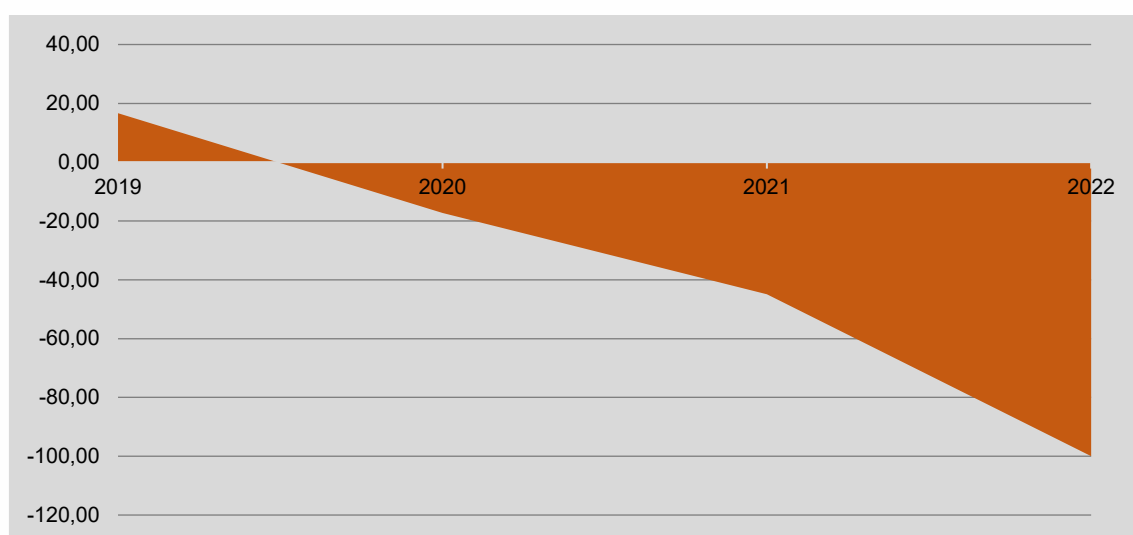
4.4.4. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS (ROVN)

Este rácio indica a margem final obtida através das vendas e prestações de serviços do Município. Os valores para este rácio serão tanto melhores quanto maior for o valor apurado.

Assim, em 2019, este indicador apresentava valor positivo, demonstrando que os resultados operacionais estavam a ser cobertos pelas vendas e pelas prestações de serviços do Município. Em 2020, o indicador sofreu um revés, entrando em terreno negativo, pelo facto de os resultados operacionais apresentarem valor negativo (em grande parte pelas depreciações apuradas em resultado das novas regras originadas pela transição de sistema contabilístico). No ano de 2021, manteve-se a tendência com agravamento considerável face ao período homólogo (- 28 pontos base).

No ano de 2022, mantém-se a tendência com agravamento considerável face ao período homólogo (- 55 pontos base), uma vez que apesar o ligeiro crescimento verificado nas vendas é manifestamente insuficiente para cobrir os resultados operacionais que se apuraram bastante mais negativos que no ano transato, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 4 - Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios - 2019/2022

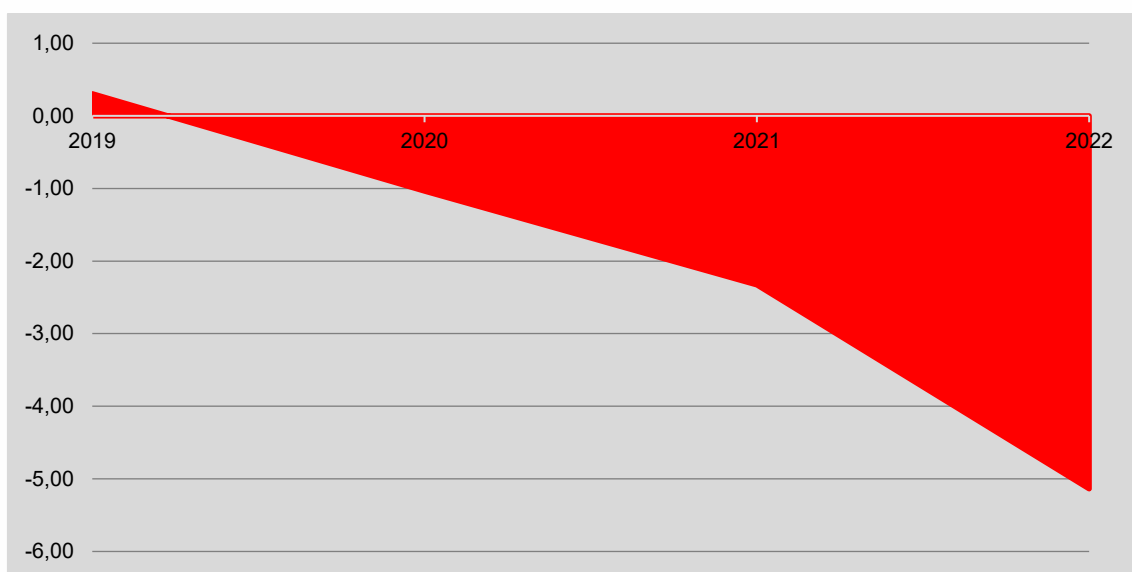


4.4.5. RENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (RPL)

A “Rentabilidade do património líquido” é um indicador de desempenho dos capitais investidos, independentemente da forma de financiamento. Este indicador apresenta o peso dos resultados líquidos no património líquido, determinando a sobrevivência financeira no longo prazo e a atração de capitais alheios.

Nos últimos 4 exercícios económicos verifica-se que o indicador, em 2019 apresentou um valor positivo, por terem sido alcançados RLE positivos, em 2020, a situação inverteu-se, passando para terreno negativo, uma vez que, apesar de o património líquido, ter aumentado cerca de 9% (+2,7 milhões de euros), foram apurados RLE negativos. Em 2021, o indicador sofreu um agravamento considerável, em linha de conta com o agravamento dos RLE negativos. No final de 2022, o indicador sofre novo agravamento, uma vez que, o património líquido apresentou um decréscimo de cerca de 2,3% e os resultados líquidos agravaram-se cerca de 115% face ao período anterior, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 5 - Rentabilidade do Património Líquido - 2019/2022

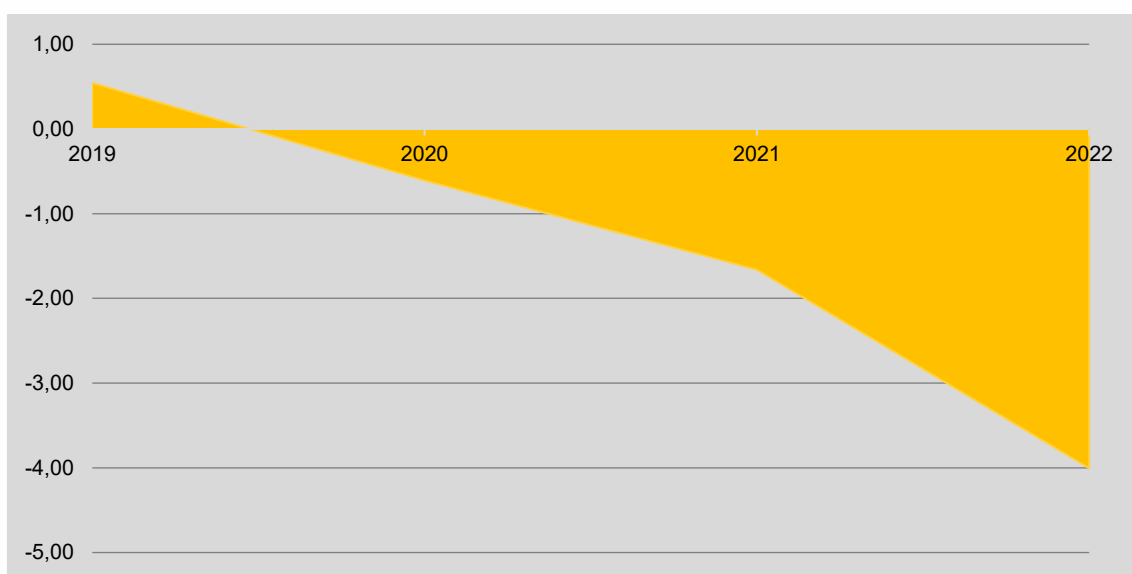


4.4.6. RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (ROA)

Este indicador transmite informação sobre a capacidade de os ativos do Município gerarem resultados para sua sustentabilidade financeira.

Pela medição deste indicador nos 4 últimos exercícios económicos demonstra-se que em 2020 o indicador diminuiu 18%, passando para terreno negativo, uma vez que foram apurados resultados operacionais negativos. Em 2021, o indicador agravou bastante, acompanhando o agravamento dos resultados operacionais negativos apurados. Em 2022, o indicador volta a apresentar um agravamento bastante considerável (-241%), fruto de uma diminuição operacionalizada no ativo (-2,28%) e um agravamento considerável nos resultados operacionais negativos (-135%), conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 6 - Rentabilidade Operacional do Ativo - 2019/2022



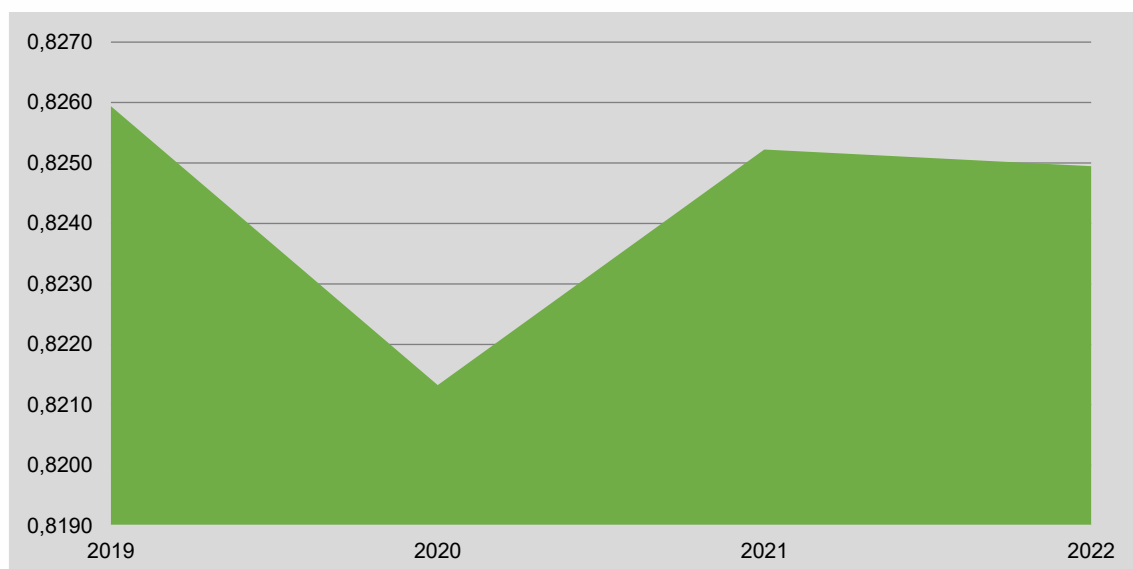
4.4.7. AUTONOMIA FINANCEIRA

A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade do Município, através da comparação entre “Património líquido” e “Ativo”. Assim, quanto maior o grau de “Autonomia financeira”, maior será a capacidade de o Município fazer face aos seus compromissos financeiros de longo prazo.

Em 2019, este indicador apresentava um valor de 0,826 tendo baixado ligeiramente, em 2020, para 0,821, sendo que esta ligeira flutuação, apenas demonstrou que, apesar do património líquido ter apresentado um aumento próximo dos 9% (+2,7 milhões de euros), o mesmo não se refletiu no ativo, de modo a que este acompanhasse o referido aumento. Em 2021, o indicador voltou a melhorar para valores bastante próximos dos apurados em 2019, uma vez que, o ativo diminuiu cerca de 3% e o património líquido cerca de 2,5%.

Em 2022, o indicador apresentar uma ligeira diminuição face ao período homólogo, não sendo o mesmo relevante, uma vez que, o ativo diminuiu cerca de 2,28% e o património líquido cerca de 2,31%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 7 - Autonomia Financeira - 2019/2022

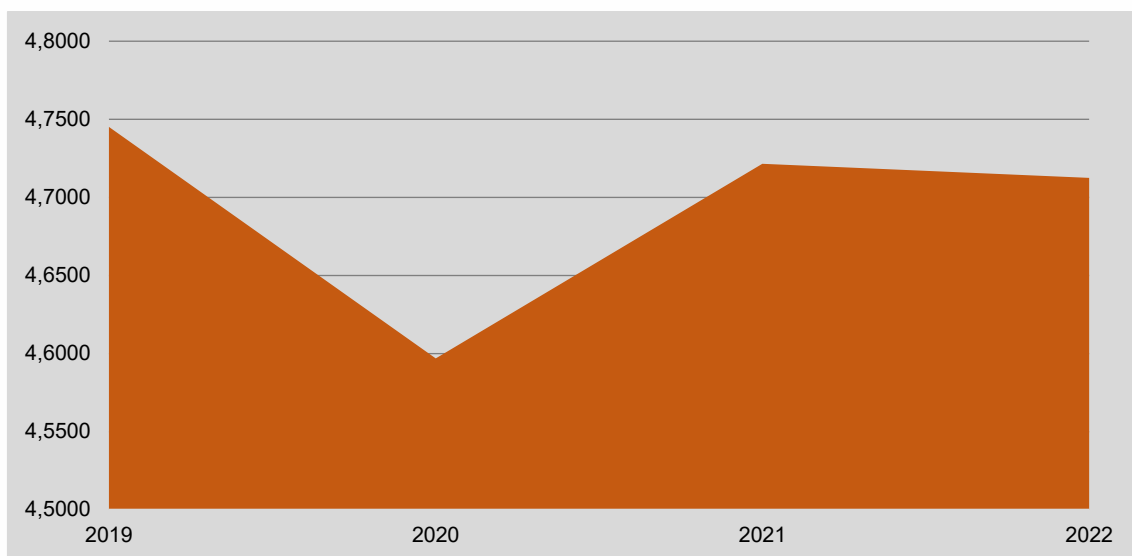


4.4.8. SOLVABILIDADE

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Património líquido do Município no total do Passivo. Assim, quanto mais elevado o indicador, melhor solução existe para com o Património líquido, se fazer face a dívidas de curto, médio e longo prazos.

Entre 2019 e 2020, o indicador apresentou uma diminuição de 3%, demonstrando que apesar do património líquido ter apresentado um aumento próximo dos 9% (+2,7 milhões de euros), o mesmo não se refletiu no passivo, de modo a que este acompanhasse o referido aumento. No período 2020 a 2022, a tendência alterou-se, uma vez que apesar de o património líquido diminuir cerca de 2,31%, o passivo diminuiu 2,13%, absorvendo assim, quase na totalidade, a diminuição do património, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 8 - Solvabilidade - 2019/2022

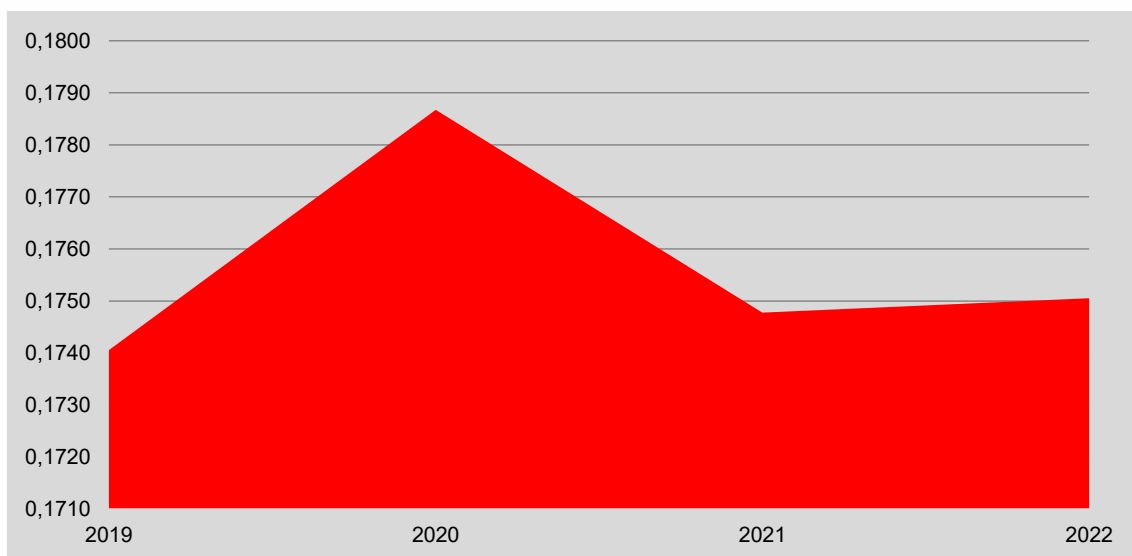


4.4.9. ENDIVIDAMENTO

Este indicador representa, por meio de um rácio, o peso do Passivo no Ativo do Município. Assim, quanto mais elevado se apresentar, maior será o endividamento do Município, visto aumentar a diferença entre Ativo e Passivo.

No ano de 2019, o Passivo representava 17,4% do total do Ativo do Município, tendo o mesmo em 2020, passado a representar 17,9%, o que configura um aumento do indicador próximo dos 3%. Em 2021, verificou-se que o Passivo representava 17,5% do Ativo do Município, pelo facto de, quer o Ativo, quer o Passivo terem apresentado diminuições face ao período homólogo (de 3% e 5%, respetivamente), mas este último, em montante mais robusto. Em 2020, o indicador apresenta uma ligeira melhoria, face ao período homólogo, fruto do facto da diminuição apurada no passivo (-2,13%) e no ativo (2,28%), conforme gráfico seguinte.

Gráfico 9 - Endividamento - 2019/2022



4.5. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

4.5.1. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

O Município de Borba terminou o ano de 2022 com um endividamento de cerca de 5,22 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 394.000 EUR (-7%) face a 2021, justificando-se esta situação, essencialmente, com o cumprimento do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos e do contrato de gestão de eficiência energética⁴³, bem como pela diminuição de diferimentos e o aumento de provisões, conforme mapa seguinte e mapa respeitante ao endividamento municipal por maturidade.

Mapa 43 - Evolução do Endividamento - 2021/2022

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Total do Passivo	6 924 465,93	6 777 260,40	-2,13%	-147 205,53
(-) Operações de Tesouraria	88 317,29	96 504,18	9,27%	8 186,89
(-) Provisões	63 394,16	480 950,43	658,67%	417 556,27
(-) Diferimentos	579 092,50	313 993,79	-45,78%	-265 098,71
(-) Credores por acréscimos de gastos	580 981,70	666 387,65	14,70%	85 405,95
TOTAL DA DÍVIDA	5 612 680,28	5 219 424,35	-7,01%	-393 255,93

4.5.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL POR MATURIDADE

As dívidas de curto prazo aumentaram cerca de 15.000 EUR (+2,5%) para cerca de 581.400 de euros e as dívidas de médio e longo prazo diminuíram cerca de 408.000 EUR (-8%) para cerca de 4,64 milhões de euros.

Mapa 44 - Endividamento Municipal por maturidade - 2021/2022

MATURIDADE	DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
CURTO PRAZO	Fornecedores	97 716,90	78 161,04	-20,01%	-19 555,86
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no curto prazos (*)	46 482,19	50 041,67	7,66%	3 559,48
	Credores diversos	33 140,17	46 011,76	38,84%	12 871,59
	Estado e outros entes públicos		327,17		327,17
	Financiamentos Obtidos - Exigível a curto prazo	389 557,00	406 834,97	4,44%	17 277,97
	TOTAL DE CURTO PRAZO	566 896,26	581 376,61	2,55%	14 480,35
MÉDIO E LONGO PRAZOS	Financiamentos Obtidos - Exigível a M/L prazo	4 144 277,16	3 801 443,69	-8,27%	-342 833,47
	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis - Exigível no M/L prazos (*)	577 601,72	527 560,05	-8,66%	-50 041,67
	Outras contas a pagar - Doação com encargos	94 595,14	79 733,00	-15,71%	-14 862,14
	Outras contas a pagar - Concessões	229 310,00	229 311,00		1,00
	TOTAL DE M/L PRAZO	5 045 784,02	4 638 047,74	-8,08%	-407 736,28
TOTAL GERAL		5 612 680,28	5 219 424,35	-7,01%	-393 255,93

⁴³ Na vigência do POCAL, o conjunto de municípios associados na CIMAC desenvolveram um procedimento de Eficiência Energética, consubstanciado num contrato de concessão. De acordo com o art.º 114.º da LOE/2020, que por sua vez remete para o art.º 108.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro, divulgou o Município de Borba, que passou a incluir no seu passivo, naquela data a dívida resultante do contrato de concessão de Eficiência Energética. O procedimento foi desenvolvido pela CIMAC em representação dos 14 municípios integrantes na CIM, entidade que evidenciou nas suas contas, o valor global do ativo em concessão e do respetivo passivo. Por sua vez, cada um dos municípios reconheceu nas suas contas, à data de 01/01/2020, em "Diferimentos". No caso de Borba, à data de 31/12/2022, constam 527.560,05 EUR em Ativos não correntes e 50.041,67 EUR em Ativos correntes e, simultaneamente no passivo "Credores por transferências e subsídios" 577.601,72 EUR.

Sobre o mapa anterior importa ainda referir que em “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis” constam os valores referentes ao projeto de Eficiência energética. Neste mapa é possível identificar os valores referentes a curto prazo e a médio de longo prazo, no entanto no balanço não é possível fazer essa distinção, atendendo ao facto da conta não estar desagregada com essa diferenciação, encontrando-se todo o valor registado no “passivo não corrente”.

4.5.3. DÍVIDA GLOBAL

Nos termos do RFALEI⁴⁴, a dívida global não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores.

Esta dívida engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, relevando ainda para efeitos deste cálculo os valores referentes às entidades participadas.

No entanto, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, que o Município não detém, na presente data.

Nestes termos, para efeitos de cálculo da dívida global do Município de Borba, o valor total apurado é de 5,26 milhões de euros, o que compara com os 5,65 milhões de euros apurados, apurados no final de 2021. Assim, o Município dá cumprimento ao previsto o limite da dívida total imposta pelo RFALEI, com uma margem bastante considerável (superior a 5,75 milhões de euros), conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 45 - Dívida Global - 2021/2022

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
1 - Limite da Dívida Total	10 535 459,31	11 025 920,12	4,66%	490 460,81
2 - Dívida Total de Operações Orçamentais	5 612 680,28	5 219 424,35	-7,01%	-393 255,93
Dívida Total	5 612 680,28	5 219 424,35	-7,01%	-393 255,93
Empréstimos bancários excluídos do cálculo				
3 - Contribuição das Participadas	47 038,71	47 151,98	0,24%	113,27
CIMAC (*)	46 807,52	47 133,49	0,70%	325,97
AMPV (*)	231,19	18,49	-92,00%	-212,70
4 - Dívida Global (2) +(3)	5 659 718,99	5 266 576,33	-6,95%	-393 142,66
5 - MARGEM DE ENDIVIDAMENTO (1)-(4)	4 875 740,32	5 759 343,79	18,12%	883 603,47

(*) - Informação disponível mais recente à data da elaboração dos presentes documentos.

44 Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (com Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (com Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio), pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (com a Retificação n.º 35-A/2018, de 12 de outubro), pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro.

V. ANÁLISE ORÇAMENTAL

5.1. EXECUÇÃO DA RECEITA

No exercício orçamental em análise, a receita cobrada atingiu um montante superior a 9,68 milhões de euros e uma taxa de execução de 88,1%. As receitas correntes corresponderam a 86,3% do total da receita total arrecada, a receita de capital a 7,6% e as outras receitas a 6,1%.

A receita corrente aumentou cerca de 600.000 EUR (+7,7%), devido, essencialmente, ao aumento verificado nas transferências correntes em mais de 252.500 EUR (+4,9%), no aumento na venda de bens e serviços correntes em mais de 162.500 EUR (+16,5%) e no aumento recebido de impostos diretos em mais de 160.000 EUR (por via do aumento arrecadado IMT com um acréscimo superior a 180.000 EUR face ao período homólogo).

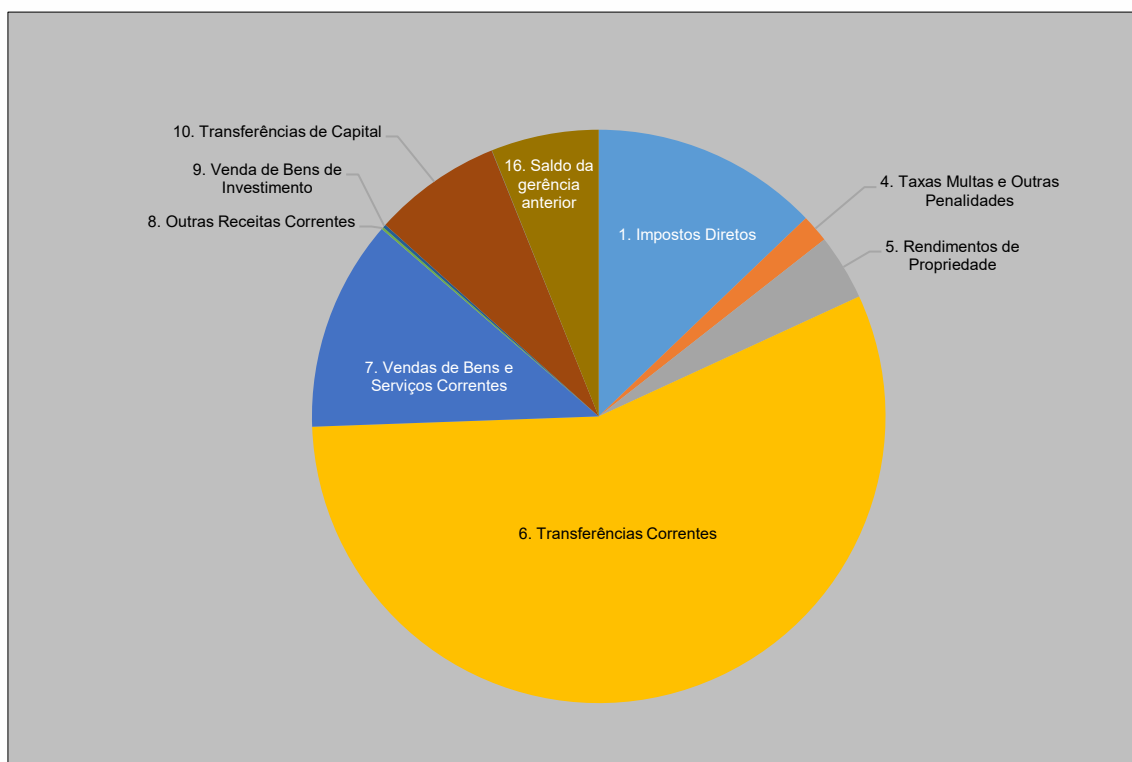
A receita de capital sofreu um decréscimo de cerca de 25% face ao ano anterior, essencialmente, devido à diminuição verificada nas transferências de capital, atendendo ao facto de se verificarem atrasos consideráveis nas empreitadas dos projetos cofinanciados por fundos europeus.

Mapa 46 - Execução da Receita - 2022

DESIGNAÇÃO	2021	2022				Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
	RECEITA COBRADA	RECEITA PREVISTA	RECEITA COBRADA	TX. EXECUÇÃO	% NO TOTAL		
1. Impostos Diretos	1 081 930,50	1 046 700,00	1 242 177,94	118,7%	12,8%	14,8%	160 247,44
Imposto municipal sobre imóveis	645 066,39	614 300,00	605 957,57	98,6%	6,3%	-6,1%	-39 108,82
Imposto único de circulação	146 089,07	161 000,00	162 601,66	101,0%	1,7%	11,3%	16 512,59
Imposto municipal sobre transmissões	269 211,46	242 550,00	450 248,05	185,6%	4,6%	67,2%	181 036,59
Derrama	21 563,58	28 850,00	23 370,66	81,0%	0,2%	8,4%	1 807,08
2. Impostos Indiretos							
4. Taxas Multas e Outras Penalidades	136 587,12	130 840,00	151 441,04	115,7%	1,6%	10,9%	14 853,92
5. Rendimentos de Propriedade	355 419,61	357 300,00	359 597,89	100,6%	3,7%	1,2%	4 178,28
6. Transferências Correntes	5 189 927,68	5 465 598,50	5 442 783,76	99,6%	56,2%	4,9%	252 856,08
7. Vendas de Bens e Serviços Correntes	989 362,02	1 196 950,00	1 152 130,80	96,3%	11,9%	16,5%	162 768,78
8. Outras Receitas Correntes	7 627,70	22 325,00	12 137,14	54,4%	0,1%	59,1%	4 509,44
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7 760 854,63	8 219 713,50	8 360 268,57	101,7%	86,3%	7,7%	599 413,94
9. Venda de Bens de Investimento	46 018,50	36 300,00	17 181,00	47,3%	0,2%	-62,7%	-28 837,50
10. Transferências de Capital	921 009,47	2 139 291,04	702 182,84	32,8%	7,3%	-23,8%	-218 826,63
13. Outras Receitas Capital							
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	967 744,43	2 177 591,04	733 915,65	33,7%	7,6%	-24,2%	-233 828,78
15. Repos. não Abat. aos Pagamentos	2 697,70	1 200,00	1 817,24	151,4%	0,0%	-32,6%	-880,46
16. Saldo da gerência anterior	535 665,32	587 276,06	587 276,06	100,0%	6,1%	9,6%	51 610,74
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	538 363,02	588 476,06	589 093,30	100,1%	6,1%	9,4%	50 730,28
TOTAL DAS RECEITAS	9 266 962,08	10 985 780,60	9 683 277,52	88,1%	100,0%	4,5%	416 315,44

Quanto à sua repartição, as “transferências correntes” são a maior fonte de financiamento da atividade municipal, com mais de 56% do total da receita, seguida dos “impostos diretos” (cerca de 13%), da “venda de bens e serviços correntes” (cerca de 12%) e das transferências de capital (cerca de 7,5%).

Gráfico 10 - Repartição da Receita - 2022



5.1.1. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos aumentaram mais de 160.000 EUR (+ 14,8%) comparativamente com o ano anterior. O aumento mais significativo verifica-se no Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que apresenta um aumento superior a 181.000 EUR (+67%), compensando a perda registada no Imposto Municipal sobre Imóveis, que diminuiu 6%, um decréscimo em montante superior a 39.000 EUR.

Mapa 47 - Impostos diretos - 2021/2022

Designação	2022	2021	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
1. Impostos Diretos	1 081 930,50	1 242 177,94	14,81%	160 247,44
Imposto municipal sobre imóveis	645 066,39	605 957,57	-6,06%	-39 108,82
Imposto único de circulação	146 089,07	162 601,66	11,30%	16 512,59
Imposto municipal sobre transmissões	269 211,46	450 248,05	67,25%	181 036,59
Derrama	21 563,58	23 370,66	8,38%	1 807,08

5.1.2. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

As taxas, multas e outras penalidades aumentaram cerca de 15.000 EUR (cerca de +11%). O aumento verificado é justificado, essencialmente, pelo aumento de cerca de 9% da receita nas taxas (mais de 11.250 EUR), por via do aumento de receita com loteamentos e obras (cerca de +53%), do aumento da ocupação da via pública (acréscimo de cerca de 10.000 EUR) e da variação nas taxas cobradas aos consumidores finais de abastecimento de água e serviços conexos e entregues às entidades reguladoras [nomeadamente TRH Água (decréscimo superior a 5.000 EUR), TRH Saneamento (decréscimo superior a 21.000 EUR) e TGR (cerca de + 10.000 EUR)] por força da atualização necessária, de forma a garantir que o Município recebe dos consumidores montantes idênticos aos que é obrigado a pagar, sem que os mesmos representem um acréscimo de receita para os cofres municipais, conforme se pode observar no mapa seguinte.

Mapa 48 - Taxas, multas e outras penalidades - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
4. Taxas, multas e outras penalidades	136 587,12	151 441,04	10,88%	14 853,92
Taxas	130 623,06	141 912,25	8,64%	11 289,19
Mercados e Feiras	6 116,79	5 720,43	-6,48%	-396,36
Loteamento e Obras	25 862,33	39 490,73	52,70%	13 628,40
Ocupação da Via Pública	2 031,29	11 878,92	484,80%	9 847,63
TMDP	2 340,61	2 424,88	3,60%	84,27
Outros	94 272,04	82 397,29	-12,60%	-11 874,75
Publicidade		1 194,26		1 194,26
TGR	39 115,41	48 852,93	24,89%	9 737,52
TRH Água	22 109,65	16 947,95	-23,35%	-5 161,70
TRH Saneamento	25 589,38	4 488,83	-82,46%	-21 100,55
Outras	7 457,60	10 913,32	46,34%	3 455,72
Multas e outras penalidades	5 964,06	9 528,79	59,77%	3 564,73
Juros de Mora	5 398,13	4 865,47	-9,87%	-532,66
Juros Compensatórios	166,93	179,32	7,42%	12,39
Coimas e Penalidades por Contraordenação				
Multas e Penalidades Diversas	399,00	4 484,00	1023,81%	4 085,00

5.1.3. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Os rendimentos de propriedade advêm, essencialmente, da renda do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a E-Redes, SA e da renda do contrato de concessão de infraestruturas para abastecimento de água e saneamento com a Águas do Vale do Tejo, SA, não apresentando os mesmos alterações significativas em comparação com o período homólogo, conforme se pode verificar no mapa seguinte.

Mapa 49 - Rendimentos de propriedade - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
5. Rendimentos de Propriedade	355 419,61	359 597,89	1,18%	4 178,28
MEO, SA	2 629,44	2 629,44		
E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA	340 054,76	344 067,48	1,18%	4 012,72
Águas do Vale do Tejo, SA	12 735,41	12 900,97	1,30%	165,56

5.1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Variável no IRS, as Transferências no âmbito da Educação, Ação Social e Saúde (respeitantes a descentralização de competências e não só, visto as mesmas apenas terem entrado em vigor a meados do ano), as comparticipações comunitárias de projetos cofinanciados por fundos europeus, os apoios destinados ao funcionamento da CPCJ⁴⁵, do GTF⁴⁶ e da Equipa de SF⁴⁷, outras transferências e a comparticipação de programas de emprego apoiado.

Em comparação com 2021 verificação um aumento superior a 252.500 EUR (+5%). Este aumento justifica-se pela diminuição nas receitas de orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS e IVA) em montante superior a 77.000 EUR, pelo aumento das transferências no âmbito da Educação (+111.848 EUR), da Ação Social (+73.139 EUR) e da Saúde (+52.283 EUR), por força da assunção da descentralização de competências nestas áreas, pela diminuição de comparticipação de projetos comunitários (-49.345 EUR), pelo aumento dos apoios do Fundo Florestal Permanente (+12.464 EUR), pelo aumento de outras transferências (+78.846 EUR) e pelo aumento das comparticipações de programas de emprego apoiado (+50.679 EUR).

Mapa 50 - Transferências correntes - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
6. Transferências Correntes	5 189 927,68	5 442 783,76	4,87%	252 856,08
Receita do Orçamento do Estado	4 211 069,84	4 134 009,44	-1,83%	-77 060,40
Transferências no âmbito da Educação	585 905,11	697 753,46	19,09%	111 848,35
Transferências no âmbito da Ação Social		73 139,05		73 139,05
Transferências no âmbito da Saúde		52 283,82		52 283,82
Comparticipação comunitária de projetos	117 294,50	67 948,66	-42,07%	-49 345,84
Apoio ao Funcionamento da CPCJ	15 370,08	15 370,08		
Fundo Florestal Permanente (PSF + GTF)	60 043,60	72 508,00	20,76%	12 464,40
Outras	4 417,35	83 264,22	1784,94%	78 846,87
Comparticipação de Programas de Emprego Apoiado	195 827,20	246 507,03	25,88%	50 679,83

⁴⁵ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

⁴⁶ Gabinete Técnico Florestal.

⁴⁷ Sapadores Florestais.

5.1.5. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A venda de bens e serviços correntes aumentou mais de 162.500 EUR (+16,5%). Este aumento ocorreu, essencialmente, pelos seguintes motivos:

- Aumento na venda de bens, em montante superior a 72.000 EUR (+14,5%) justificado por:
 - Aumento na receita com a venda de água, em montante próximo de 52.500 EUR (+ 12%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2022 aos consumidores finais;
 - Aumento de receita na venda de produtos alimentares e bebidas, em montante superior a 16.000 EUR (+32,5%), essencialmente pelo fornecimento de refeições fornecidas aos alunos nas cantinas escolares, sob administração direta do Município, atendendo ao facto de as mesmas no ano escolar 2020/2021 se terem encontrado encerradas durante parte do ano escolar, para cumprimento da declaração do estado de emergência, por motivo de pandemia do SARS-CoV-2.
- Aumento na receita com origem em serviços, em montante superior a 88.000 EUR (+21,5%) justificado por:
 - Aumento da receita respeitante a aluguer de espaços e equipamentos, na ordem dos 14.500 EUR, (+326%), pela retoma de algumas atividades municipais que geram este tipo de receita e que no ano de 2021 não se realizaram, para mitigação dos efeitos provocados pela pandemia do SARS-CoV-2;
 - Aumento da receita respeitante a serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto, em montante superior a 5.000 EUR, (+334%), pela retoma de algumas atividades que geram este tipo de receita e que no ano de 2021 não se realizaram, para mitigação dos efeitos provocados pela pandemia do SARS-CoV-2;
 - Aumento na receita respeitante ao saneamento de águas residuais, em montante superior a 50.000 EUR (+33%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2022 aos consumidores finais;
 - Aumento na receita respeitante à gestão de resíduos urbanos, em montante superior a 11.250 EUR (+5%), em resultado da atualização do tarifário de abastecimento de água e serviços conexos de 2022 aos consumidores finais;
 - Aumento da receita com serviços em cemitérios, em montante na ordem próximo dos 4.000 EUR (+27%);
 - Aumento da receita ocorrida na rubrica residual “outros serviços”, em montante próximo dos 3.500 EUR (+1500%), em resultado dos trabalhos de reabilitação, conservação, limpeza e desmatização do conjunto edificado da Estação Ferroviária de Borba, no ramal de Vila Viçosa, nos termos do contrato de concessão em vigor, celebrado entre o Município de Borba e a Infraestruturas de Portugal.

Para melhor compreensão do exposto apresenta-se mapa comparativo das receitas arrecadadas no ano de 2021 e 2022.

Mapa 51 - Venda de bens e serviços correntes - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
7. Venda de bens e serviços correntes	989 362,02	1 152 130,80	16,45%	162 768,78
Venda de bens	495 469,90	567 697,01	14,58%	72 227,11
Publicações e impressos	46,90	153,53	227,36%	106,63
Produtos alimentares e bebidas	49 998,21	66 219,14	32,44%	16 220,93
Mercadorias	445 424,79	501 324,34	12,55%	55 899,55
Água	443 136,29	495 408,92	11,80%	52 272,63
Outros	2 288,50	5 915,42	158,48%	3 626,92
Serviços	411 200,31	499 243,23	21,41%	88 042,92
Aluguer de espaços e equipamentos	4 433,20	18 889,67	326,10%	14 456,47
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 548,50	6 726,90	334,41%	5 178,40
Serviços específicos das autarquias	404 982,73	469 929,39	16,04%	64 946,66
Saneamento	151 718,33	201 999,25	33,14%	50 280,92
Resíduos sólidos	229 460,87	240 840,83	4,96%	11 379,96
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	3 585,58	2 977,98	-16,95%	-607,60
Transportes escolares	3 585,58	2 977,98	-16,95%	-607,60
Trabalhos por conta de particulares	5 995,83	5 845,54	-2,51%	-150,29
Cemitérios	14 222,12	18 079,69	27,12%	3 857,57
Outros serviços específicos das autarquias		186,10		186,10
Outros serviços	235,88	3 697,27	1467,44%	3 461,39
Rendas	82 691,81	85 190,56	3,02%	2 498,75
Habitações	31 973,66	23 247,84	-27,29%	-8 725,82
Edifícios	50 576,24	60 921,45	20,45%	10 345,21
Outras	141,91	1 021,27	619,66%	879,36

5.1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As outras receitas correntes são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende as indemnizações de seguros. Em 2022 verifica-se um aumento de cerca de 60%, em montante na ordem dos 4.500 EUR, por se ter verificado um aumento nas indemnizações de seguros (+91%). Salientamos, no entanto, que se trata de uma rubrica residual e de manifesta dificuldade de previsão e na qual os valores arrecadados se revelam sem grande relevância.

Mapa 52 - Outras receitas correntes - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
8. Outras receitas correntes	7 627,70	12 137,14	59,12%	4 509,44
Indemnização de seguros	4 910,45	9 376,32	90,95%	4 465,87
Diversas	2 717,25	2 760,82	1,60%	43,57

5.1.7. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

A alienação de lotes manteve a tendência verificada em 2022, com uma receita em montante ligeiramente superior a 17.000 EUR, respeitou a 30% da venda dos lotes 26, 36, 38 e 39 do Loteamento do Forno, cerca de 14% do Lote 16-D da Zona Industrial do Alto dos Bacêlos e ao consentimento da Câmara Municipal na autorização da venda dos lotes 3 e 4 do Loteamento Habitacional de Rio de Moinho, por solicitação dos interessados. A referida receita, ocorrida nos anos de 2021 e 2022, respeitou às alienações dos lotes constantes na tabela seguinte.

Mapa 53 - Venda de bens de investimento - 2021/2022

Descrição dos lotes alienados	Ano da venda	Valor total da venda	Recebimentos anteriores		Recebido em 2021		Recebido em 2022		Por receber no final de 2022
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Zona Industrial do Alto dos Bacêlos Lote 16-D	2020	25 000,00	5 000,00	20,00%	3 480,00	13,92%	3 480,00	13,92%	13 040,00
Pólo Industrial e de Apoio à Agricultura da Orada Lote 5	2020	15 450,00	15 450,00	100,00%					
Lote 8	2020	12 000,00	12 000,00	100,00%					
Zona Industrial da Cruz de Cristo Lote 77	2020	19 250,00	962,50	5,00%	18 287,50	95,00%			
Loteamento Habitacional do Forno - Orada Lote 26	2023	5 690,00					1 707,00	30,00%	3 983,00
Lotes 34 e 35	2022	14 135,00			4 240,50	30,00%			9 894,50
Lote 36	2023	7 750,00					2 325,00 €	30,00%	5 425,00
Lotes 38 e 39	2023	16 730,00					5 019,00	30,00%	11 711,00
Lote 40	2022	8 365,00			2 509,50	30,00%			5 855,50
Lote 41	2017	8 365,00	5 019,00	60,00%	3 346,00	40,00%			
Lotes 42 e 43	2019	18 499,00	18 499,00	100,00%					
Loteamento Habitacional de Rio de Moinhos Lote 1	2019	10 075,00	3 022,50	30,00%	4 030,00	40,00%			3 022,50
Lotes 3 e 4 (consentimento da CMB na autorização de venda)	2023	4 650,00					4 650,00	100,00%	
S. Miguel Arcanjo - Terreno Rural Courela de São Miguel	2021	10 125,00			10 125,00	100,00%			
Total		176 084,00	59 953,00		46 018,50		17 181,00		52 931,50

5.1.8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Nas transferências de capital, para além das transferências do Orçamento do Estado, no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, das verbas previstas no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI, das verbas PIDDAC e dos apoios de Fundos Nacionais com origem no Orçamento de Estado são ainda contabilizadas as receitas provenientes das comparticipações comunitárias de projetos cofinanciados (FEDER, Fundo Ambiental ou outros Fundos, quando aplicável).

No que respeita às transferências do Orçamento de Estado, verificou-se um acréscimo na ordem dos 17.500 EUR (+3%), respeitando o mesmo ao apoio contabilizado no início de 2022, com origem no ICNF para construção do CRO de Borba, por candidatura submetida para o efeito, uma vez que todas as restantes rubricas apresentam decréscimos de receita face ao ano anterior (-8.500 EUR no FEF_k e -33.000 EUR na receita proveniente das verbas previstas distribuir ao abrigo do previsto no n.º 3 do art.º 35.º do RFALEI)

Relativamente às participações comunitárias de projetos cofinanciados verificou-se um decréscimo próximo dos 236.500.000 EUR (-70%), pelo facto de durante o ano, as condições de mercado terem dificultado bastante a adjudicação das empreitadas previstas nas operações aprovadas o que condicionou a submissão de pedidos de pagamento nos moldes em que o mesmo se encontrava previsto.

Mapa 54 - Transferências de capital - 2020/2021

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
10. Transferências de capital	921 009,47	702 182,84	-23,76%	-218 826,63
Transferências de Orçamento de Estado	580 298,00	597 887,00	3,03%	17 589,00
FEF capital	428 395,00	419 888,00	-1,99%	-8 507,00
N.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013	151 903,00	118 849,00	-21,76%	-33 054,00
Apoios de Fundos Nacionais - Orçamento de Estado		59 150,00		59 150,00
Participações comunitárias em projetos cofinanciados	340 711,47	104 295,84	-69,39%	-236 415,63
FEDER	340 711,47	104 295,84	-69,39%	-236 415,63

5.1.9. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

As outras receitas de capital são uma rubrica residual, na qual a maioria da receita arrecada compreende situações de caráter extraordinário, sem enquadramento nas rubricas manifestamente mais utilizadas.

Em 2021, a rubrica apresentou execução, em montante pouco superior a 700 EUR e respeitou ao recebimento do prémio do Programa Bairro Feliz da candidatura apresentada pelo Município junto do Pingo Doce, para aquisição de computadores destinados à Oficina da Criança.

Em 2022, a mesma apresenta uma execução bastante mais considerável (+14.550 EUR), uma vez que assumiu o recebimento dos resultados do FAM, respeitantes aos anos de 2020 (2.775,31 EUR) e 2021 (2.151,70 EUR), bem como a reversão de caução prestada em contrato de empreitada (Recuperação do Cineteatro de Borba) por incumprimento de obrigações contratuais por parte do empreiteiro decorrentes do período de garantia da obra (9.624,80 EUR).

Mapa 55 - Outras receitas de capital - 2021/2022

DESIGNAÇÃO	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
13. Outras receitas de capital	716,46	14 551,81	1931,07%	13 835,35
Outras	716,46	14 551,81	1931,07%	13 835,35

5.2. EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução da despesa ascendeu em 2022 a cerca de 9,2 milhões de euros, resultando numa taxa de execução de cerca de 84%.

As despesas correntes ascenderam a cerca de 7,8 milhões de euros e as de capital a cerca de 1,5 milhões de euros, com um peso relativo de 84,5% e 15,5%, respetivamente.

Comparativamente a 2021, verifica-se um incremento superior a 500.000 EUR (+ 6%), aumento este apenas respeitante a despesa corrente (neste caso de 16%, que se traduz num acréscimo de despesa de cerca de 1,1 milhão de euros, sendo que a despesa de capital paga diminuiu 28%, correspondente a um decréscimo superior a 550.000 EUR).

O aumento das despesas correntes pagas justifica-se com o aumento de: despesas com pessoal (+ 485.000 EUR, correspondendo a + 12,5%), aquisição de serviços (+ 378.000 EUR, correspondendo a +30%) e transferências correntes (+ 225.000 EUR, correspondendo a + 46,5%).

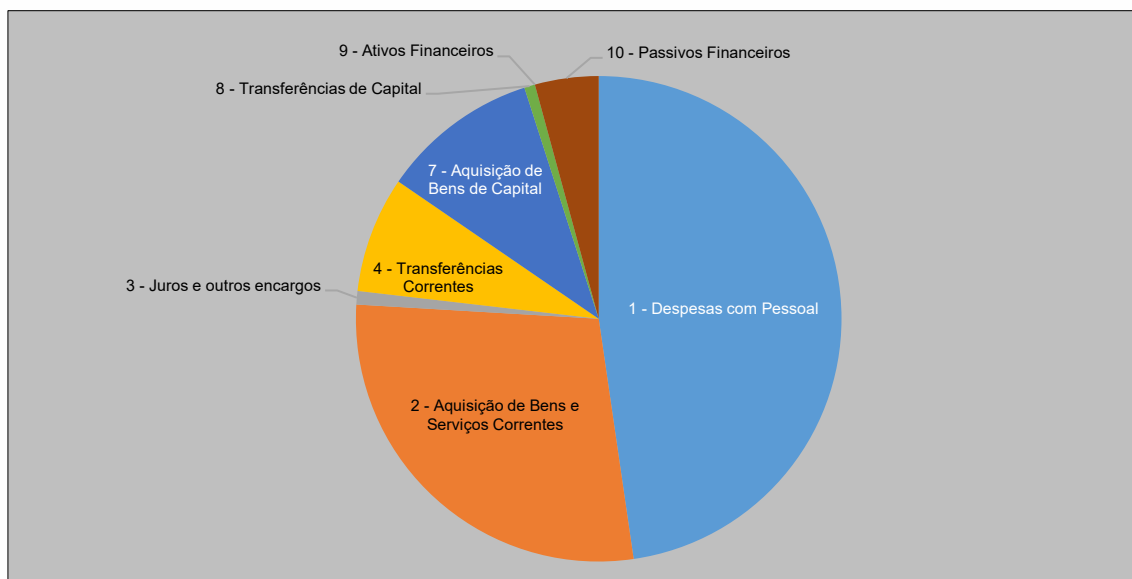
Por outro lado, a diminuição da execução das despesas de capital pagas encontra justificação na diminuição de: aquisição de bens de capital (- 312.500 EUR, correspondendo a - 24,5%), de transferências de capital (-197.500 EUR, correspondendo a - 75%) e de passivos financeiros (- 46.750 EUR, cerca de - 10%).

Mapa 56 - Execução da Despesa - 2021/2022

DESCRIÇÃO	2021	2022				Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
	DESPESA PAGA	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA PAGA	TX. EXEC.	% NO TOTAL		
1 - Despesas com Pessoal	3 901 140,24	4 426 495,71	4 386 062,84	99,09%	47,70%	12,43%	484 922,60
Remunerações Certas Permanentes	2 912 220,53	3 334 106,77	3 296 739,15	98,88%	35,85%	13,20%	384 518,62
Abonos Variáveis e Eventuais	138 730,95	188 074,00	185 529,34	98,65%	2,02%	33,73%	46 798,39
Segurança Social	850 188,76	904 314,94	903 794,35	99,94%	9,83%	6,31%	53 605,59
2 - Aquisição Bens Serviços Correntes	2 227 096,44	2 787 962,52	2 596 095,08	93,12%	28,23%	16,57%	368 998,64
Aquisição de bens	988 667,12	1 072 404,20	979 436,03	91,33%	10,65%	-0,93%	-9 231,09
Aquisição de serviços	1 238 429,32	1 715 558,32	1 616 659,05	94,24%	17,58%	30,54%	378 229,73
3 - Juros e outros encargos	89 252,44	83 010,00	82 341,14	99,19%	0,90%	-7,74%	-6 911,30
5 - Subsídios							
4 - Transferências Correntes	485 334,93	725 452,97	711 039,27	98,01%	7,73%	46,50%	225 704,34
6 - Outras Despesas Correntes	853,12	1 310,00	1 064,68	81,27%	0,01%	24,80%	211,56
TOTAL DE DESPESA CORRENTE	6 703 677,17	8 024 231,20	7 776 603,01	96,91%	84,57%	16,01%	1 072 925,84
7 - Aquisição de Bens de Capital	1 276 569,67	2 484 229,40	963 994,60	38,80%	10,48%	-24,49%	-312 575,07
8 - Transferências de Capital	263 155,43	87 433,00	65 757,22	75,21%	0,72%	-75,01%	-197 398,21
9 - Ativos Financeiros							
10 - Passivos Financeiros	436 283,75	389 557,00	389 556,29	100,00%	4,24%	-10,71%	-46 727,46
11 - Outras Despesas de Capital		330,00					
TOTAL DE DESPESA DE CAPITAL	1 976 008,85	2 961 549,40	1 419 308,11	47,92%	15,43%	-28,17%	-556 700,74
TOTAL DA DESPESA	8 679 686,02	10 985 780,60	9 195 911,12	83,71%	100,00%	5,95%	516 225,10

Em termos de repartição, as despesas com pessoal representaram cerca de 48% da despesa municipal, a aquisição de bens e serviços correntes cerca de 29% e a aquisição de bens de capital com cerca de 11%.

Gráfico 11 - Repartição da Despesa - 2022



5.2.1. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal apresentam, em 2022, um aumento de cerca de 485.000 EUR relativamente a 2021 (+12,5%), ascendendo a cerca de 4,4 milhões de euros. A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se, essencialmente nas remunerações certas e permanentes (+ 385.000 EUR, representando um aumento superior a 13%), nos encargos com a Segurança Social (+ 53.600 EUR, i.e., + 6,3%) e nos abonos variáveis e eventuais que apresentam um acréscimo próximo dos 47.000 EUR (cerca de +34%).

Os fatores que mais contribuíram para estas variações foram os aumentos de despesa com:

- Pessoal em regime de tarefa ou avença (+ 115.000 EUR), um aumento próximo dos 160%, assumindo em 2022, esta rubrica despesa em montante superior a 187.000 EUR;
- Pessoal em funções contratado a termo (+ 80.500 EUR, correspondendo a + 204%);
- Subsídios de férias e de natal (+ 40.500 EUR, correspondendo a + 11%);
- Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho (+ 39.500 EUR, correspondendo a + 90%);
- Pessoal em funções nos quadros (+ 36.000 EUR, correspondendo a + 2%);
- Pessoal em qualquer outra situação (+ 31.000 EUR, correspondendo a + 18%);
- O aumento do subsídio de refeição (+ 14.000 EUR, correspondendo a + 7%).

Mapa 57 - Despesas com pessoal - 2021/2022

DESIGNAÇÃO	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
1 - Despesas com Pessoal	3 901 140,24	4 386 062,84	12,43%	484 922,60
Remunerações Certas e Permanentes	2 912 220,53	3 296 739,15	13,20%	384 518,62
Abonos Variáveis e Eventuais	138 730,95	185 529,34	33,73%	46 798,39
Segurança Social	850 188,76	903 794,35	6,31%	53 605,59

5.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As aquisições de bens e serviços, apresentou um acréscimo de despesa de 360.000 EUR (+16%) relativamente a 2021. Para o mesmo contribuiu a aquisição de serviços com +378.300 EUR, já que na aquisição de bens se verifica uma diminuição de despesa de cerca de 9.250 EUR (cerca de -1%).

Mapa 58 - Aquisição de bens e serviços correntes - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
2 - Aquisição de bens e serviços correntes	2 227 096,44	2 596 095,08	16,15%	368 998,64
Aquisição de bens	988 667,12	979 436,03	-0,93%	-9 231,09
Combustíveis e lubrificantes	131 567,63	172 768,74	31,32%	41 201,11
Limpeza e higiene	17 610,42	20 300,55	15,28%	2 690,13
Alimentação - géneros por confeccionar	87 335,22	124 376,75	42,41%	37 041,53
Vestuário e artigos pessoais	8 209,75	6 768,61	-17,55%	-1 441,14
Material de escritório	4 632,08	14 070,48	203,76%	9 438,40
Produtos químicos e farmacêuticos	4 130,00	11 544,94	179,54%	7 414,94
Material de transporte - peças	27 453,48	16 084,11	-41,41%	-11 369,37
Outro material - peças	11 652,33	8 084,82	-30,62%	-3 567,51
Prémios, condecorações e ofertas	1 694,00	841,64	-50,32%	-852,36
Mercadorias para venda - Água	596 143,08	491 224,35	-17,60%	-104 918,73
Ferramentas e utensílios	1 821,94	1 755,17	-3,66%	-66,77
Livros e documentação técnica	292,13		-100,00%	-292,13
Material de educação, cultura e recreio	7 044,67	9 943,98	41,16%	2 899,31
Outros bens	89 080,39	101 671,89	14,13%	12 591,50
Aquisição de serviços	1 238 429,32	1 616 659,05	30,54%	378 229,73
Encargos de instalações (Eletricidade e outros)	109 776,20	197 977,93	80,35%	88 201,73
Limpeza e higiene	197 999,52	217 603,66	9,90%	19 604,14
Conservação de bens	72 532,06	71 383,51	-1,58%	-1 148,55
Locação de Edifícios		5 040,00		5 040,00
Comunicações	36 722,87	38 935,15	6,02%	2 212,28
Transportes	15 202,98	26 994,08	77,56%	11 791,10
Representação dos serviços	20 761,62	19 018,90	-8,39%	-1 742,72
Seguros	32 247,91	35 146,21	8,99%	2 898,30
Deslocações e estadas	29,30	746,51	2447,82%	717,21
Formação	10 936,30	8 785,85	-19,66%	-2 150,45
Publicidade	215,25		-100,00%	-215,25
Vigilância e segurança	2 833,92		-100,00%	-2 833,92
Assistência técnica	50 301,58	37 178,00	-26,09%	-13 123,58
Outros trabalhos especializados	562 195,51	773 514,82	37,59%	211 319,31
Serviços de saúde		8 625,96		8 625,96
Encargos de cobrança de receitas	34 854,42	38 170,73	9,51%	3 316,31
Outros serviços	91 819,88	137 537,74	49,79%	45 717,86

5.2.3. JUROS E OUTROS ENCARGOS

Os juros e outros encargos apresentam um decréscimo de cerca de 7.000 EUR (-8%) comparativamente a 2021, devido ao facto de o Município assumir encargos com juros, essencialmente, para dar cumprimento ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados.

Por outro lado, importa referir que a maioria dos empréstimos de médio e longo prazo contratados assumem taxas indexantes (Euribor a 6 ou a 12 meses) que só assumiram valores positivos praticamente no segundo semestre de 2022 e os contratos em apreço assumem *spreads* consideravelmente baixos. Por outro lado, o empréstimo de médio e longo prazo de montante mais elevado respeita à substituição do PAEL e assume taxa de juro fixa (2,636%).

Os juros de locação financeira respeitam aos 2 veículos elétricos adquiridos pelo Município, com apoio do Fundo Ambiental ao abrigo do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública.

Mapa 59 - Juros e outros encargos - 2021/2022

DESIGNAÇÃO	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
3 - Juros e outros encargos	89 252,44	82 341,14	-7,74%	-6 911,30
Juros da dívida pública	89 118,88	82 150,00	-7,82%	-6 968,88
Outros encargos correntes da dívida pública	12,45	8,30	-33,33%	-4,15
Juros de locação financeira		181,49		181,49
Outros juros	121,11	1,35	-98,89%	-119,76

5.2.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes, apresentam, relativamente aos valores executados no ano anterior, um acréscimo de despesa superior a 218.000 EUR (+45%), totalizando, no ano, mais de 711.000 EUR.

As transferências para a Administração Central respeitam às verbas transferidas para o Agrupamento de Escolas de Borba, ao abrigo do Contrato de Delegação de competências do Município de Borba em matéria de Educação, algo que teve início apenas em 2022, pelo que não pode ser comparado com o período homólogo.

As transferências para a Administração Local assumiram um acréscimo próximo dos 112.000 EUR (+46%), verificando-se este aumento ter sido distribuído em cerca de 23.000 EUR (+22%) para as Freguesias e mais de 88.500 EUR (+63%) para Associações de Municípios (essencialmente para a CIMAC).

As Instituições sem fins lucrativos assumiram um acréscimo de transferências em montante próximo dos 39.000 EUR (+32%).

As famílias viram as transferências diminuir em mais de 22.000 EUR (-19%), sendo o mesmo fortemente impulsionado pelo aumento nas transferências com Programas Ocupacionais CEI e CEI+ (-17.700 EUR), visto as Outras terem apresentado um decréscimo, em valor, de cerca de 4.400 EUR (pese embora, a nível de variação, a mesma seja significativa, representando -24%).

Mapa 60 - Transferências correntes - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
4 - Transferências correntes	485 334,93	711 039,27	44,94%	218 098,93
Administração Central		97 316,47		97 316,47
Estado		97 316,47		97 316,47
Administração Local	245 352,87	357 167,23	45,57%	111 814,36
Freguesias	103 696,31	126 791,46	22,27%	23 095,15
Associações de Municípios	141 656,56	230 375,77	62,63%	88 719,21
Instituições sem fins lucrativos	121 114,86	159 791,67	31,93%	38 676,81
Famílias	118 867,20	96 763,90	-18,59%	-22 103,30
Programas Ocupacionais	100 763,83	83 059,74	-17,57%	-17 704,09
Outras	18 103,37	13 704,16	-24,30%	-4 399,21

5.2.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

As outras despesas correntes assumiram um montante perfeitamente residual no ano (1.064,68 EUR), tendo ao longo do ano apenas sido utilizada para situações muito pontuais (essencialmente, despesas relativas aos dividendos distribuídos nos anos 2020 e 2021) e de montantes pouco significativos, sendo a sua variação com o período homólogo, em termos de valor, pouco relevante, conforme mapa seguinte.

Mapa 61 - Outras despesas correntes - 2021/2022

Designação	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
6 - Outras despesas correntes	853,12	1 064,68	24,80%	211,56
Outras	853,12	1 064,68	24,80%	211,56
Outras restituições				
IVA pago				
Outras	853,12	1 064,68	24,80%	211,56

5.2.6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Em termos de investimento efetuado com aquisição de bens de capital, a execução atingiu um montante próximo de 1 milhão de euros, que representa um decréscimo superior a 312.000 EUR (-24,5%) face a 2021. A variação mais significativa foi registada na rubrica de Bens de domínio público [com uma execução superior a 261.000 EUR (-178.283 EUR face a 2021, representando um decréscimo superior a 40%)].

Na rubrica Investimentos as maiores variações registadas respeitam a Terrenos (-165.000 EUR, visto em 2022 o Município não ter procedido à aquisição de nenhum, ao invés do ocorrido em 2021 em que adquiriu o terreno para ampliação do cemitério de Rio de Moinhos) e Construções diversas (+154.000 EUR, respeitando o mesmo aos montantes pagos, no ano, da empreitada de construção da Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba e do serviço de coordenação de segurança em obra na referida empreitada.

Mapa 62 - Aquisição de bens de capital - 2021/2022

DESIGNAÇÃO	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
7 - Aquisição de bens de capital	1 276 569,67	963 994,60	-24,49%	-312 575,07
Investimentos	837 117,73	695 639,54	-16,90%	-141 478,19
Terrenos	165 000,00		-100,00%	-165 000,00
Habitações	23 808,62	68 786,04	188,91%	44 977,42
Edifícios	353 133,47	227 943,33	-35,45%	-125 190,14
Construções diversas		154 101,27		154 101,27
Material de transportes	80 996,14	74 262,41	-8,31%	-6 733,73
Equipamento de Informática	27 198,17	18 458,59	-32,13%	-8 739,58
Software Informático	26 138,91	3 432,28	-86,87%	-22 706,63
Equipamento administrativo	2 568,85	12 250,39	376,88%	9 681,54
Equipamento básico	67 832,81	40 378,86	-40,47%	-27 453,95
Ferramentas e utensílios	6 808,39	12 727,82	86,94%	5 919,43
Investimentos incorpóreos	26 199,00	71 720,56	173,75%	45 521,56
Outros investimentos	57 433,37	11 577,99	-79,84%	-45 855,38
Locação financeira		7 186,06		7 186,06
Bens de domínio público	439 451,94	261 169,00	-40,57%	-178 282,94

5.2.7. ATIVOS FINANCEIROS

Em 2022, o Município não efetuou qualquer pagamento respeitante a ativos financeiros, uma vez que em 2020 procedeu ao pagamento da última prestação para realização do capital subscrito no FAM.

5.2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros apresentaram uma redução superior a 10%, comparativamente com 2021, de acordo com o serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazos, respeitando o mesmo ao facto de em 2021 se ter procedido à finalização de 2 contratos de empréstimo de médio e longo prazos, de acordo com o serviço da dívida, o que permitiu diminuir os encargos no ano, conforme mapa seguinte.

Mapa 63 - Passivos financeiros - 2021/2022

DESIGNAÇÃO	2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
10 - Passivos financeiros	436 283,75	389 556,29	-10,71%	-46 727,46
Amortização de Empréstimos M/L Prazos	436 283,75	389 556,29	-10,71%	-46 727,46

5.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais, publicado em anexo à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes brutas devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Mapa 64 - Equilíbrio orçamental - 2022

Descrição	2022
Receitas correntes cobradas brutas	8 380 948,17
Despesas correntes pagas	7 776 603,01
Amortizações médias de Empréstimos de M/L Prazo	386 315,50
Despesas correntes cobras brutas + Amortizações médias EMLP	8 162 918,51
Equilíbrio Orçamental	218 029,66

Pelo exposto, verifica-se que o Município deu cumprimento à regra, apresentando equilíbrio orçamental, em montante superior a 218.000 EUR.

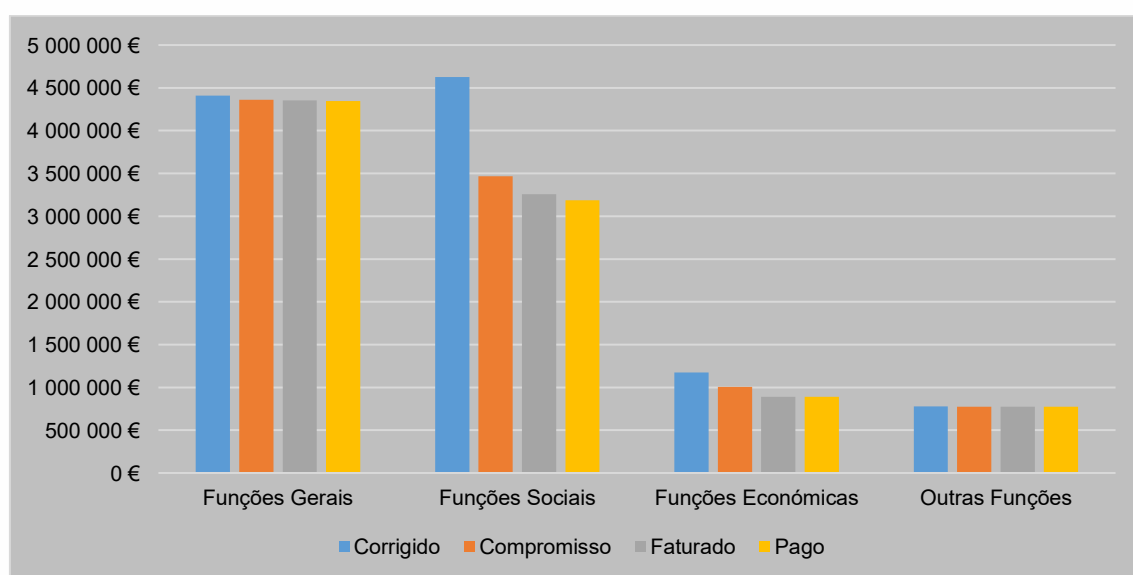
5.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP)

As Grandes Opções do Plano refletem financeiramente as atividades anteriormente descritas. Como instrumentos de gestão, as GOP estão divididas em dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais [ou Atividades Mais Relevantes (AMR)].

Em termos de execução, as GOP, no final de 2022, tinham uma previsão de despesa de 10,98 milhões de euros, dos quais foram assumidos compromissos de 9,6 milhões de euros (87,5%).

Destes, foram faturados 9,27 milhões, tendo sido pagos cerca de 9,2 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 84% e uma taxa de pagamento de 99%.

Gráfico 12 - Grandes Opções do Plano - 2022

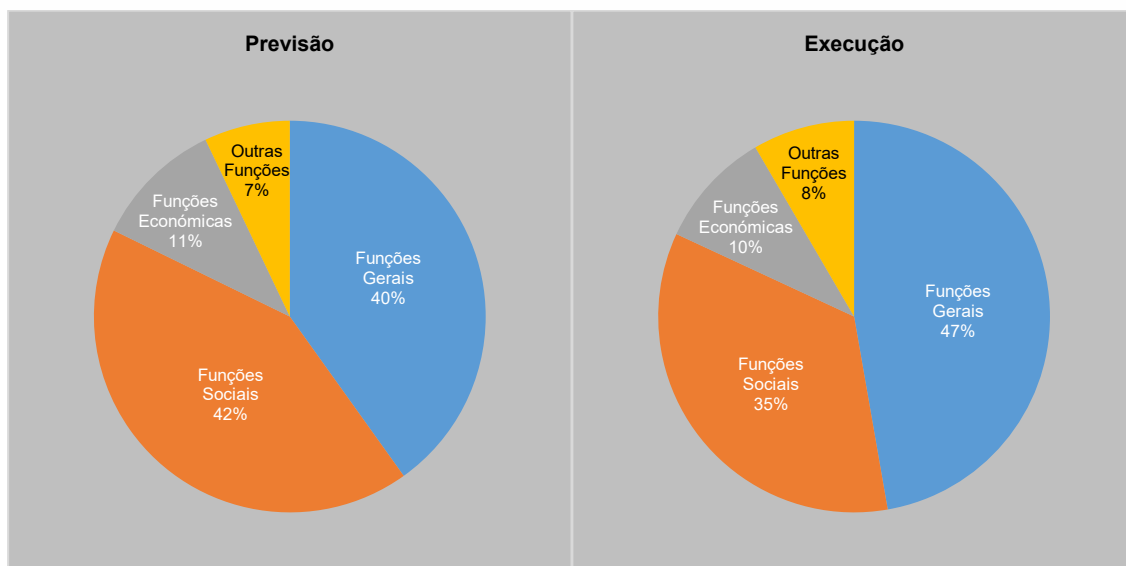


No que respeita às prioridades definidas em sede de previsão e à sua execução, verifica-se que as Funções Gerais ao longo do ano assumiram a maior fatia da despesa (47,25%), sendo as Funções Sociais as segundas maiores executoras do orçamento da despesa (com cerca de 35% de execução da despesa), conforme tabela e gráfico seguintes.

Mapa 65 - Previsão vs Execução das GOP - 2022

OBJET. PROG.	DESCRIÇÃO	PREVISTO		PAGO	
1	Funções Gerais	4 407 538,65	40,12%	4 345 221,75	47,25%
2	Funções Sociais	4 627 292,84	42,12%	3 188 077,27	34,67%
3	Funções Económicas	1 173 127,11	10,68%	889 365,95	9,67%
4	Outras Funções	777 822,00	7,08%	773 246,15	8,41%
Total		10 985 780,60	100,00%	9 195 911,12	100,00%

Gráfico 13 - Previsão vs Execução das GOP - 2022



5.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelo Município de Borba. O PPI apresentou uma dotação de 2,96 milhões de euros, dos quais foram faturados pouco mais de 1,42 milhões e pagos cerca mais de 1,41 milhões de euros.

As funções sociais com execução superior a 573.500 EUR são as que apresentam maiores responsáveis pela execução deste plano em valor, seguida das outras funções (cerca de 392.000 EUR), das funções económicas (cerca de 256.500 EUR) e das funções gerais com cerca de 197.500 EUR.

Mapa 66 - Execução do PPI - 2022

DESIGNAÇÃO	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA FATURADA	DESPESA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
Funções Gerais	225 168,00	198 396,43	197 381,07	87,66%
Administração geral	206 266,00	183 360,06	182 344,70	88,40%
Proteção civil e luta contra incêndios	18 902,00	15 036,37	15 036,37	79,55%
Funções Sociais	1 815 729,00	574 620,33	573 537,93	31,59%
Ensino não superior	19 700,00	18 019,58	18 019,58	91,47%
Serviços auxiliares de ensino	1 000,00			
Serviços individuais de saúde				
Ação social	235 711,00	71 131,26	71 131,26	30,18%
Ordenamento do território	95 621,00	78 324,87	78 324,87	81,91%
Saneamento	207 900,00	159 385,59	159 139,59	76,55%
Abastecimento de água	44 985,00	40 293,57	39 457,17	87,71%
Resíduos sólidos	12 677,00	10 565,21	10 565,21	83,34%
Proteção meio ambiente e conservação da natureza	243 770,00	161,75	161,75	0,07%
Cultura	11 100,00	9 395,95	9 395,95	84,65%
Desporto, recreio e lazer	71 460,00	41 701,10	41 701,10	58,36%
Outros serviços culturais	871 805,00	145 641,45	145 641,45	16,71%
Funções Económicas	528 595,40	256 412,10	256 412,10	48,51%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	500,00			0,00%
Espaços Industriais	3 800,00			0,00%
Iluminação pública	53 483,00	50 561,64	50 561,64	94,54%
Transportes rodoviários	49 350,00	48 188,66	48 188,66	97,65%
Mercados e feiras	2 340,00	2 306,12	2 306,12	98,55%
Turismo	270 182,00	155 355,68	155 355,68	57,50%
Outras funções económicas	148 940,40			
Outras funções	392 057,00	391 977,01	391 977,01	99,98%
Operações da dívida autárquica	389 557,00	389 556,29	389 556,29	100,00%
Transferências entre administrações	2 500,00	2 420,72	2 420,72	96,83%
Diversas não especificadas				
TOTAL GERAL	2 961 549,40	1 421 405,87	1 419 308,11	47,92%

5.6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (AMR)

Por sua vez, as atividades mais relevantes apresentaram uma despesa prevista ligeiramente superior a 8 milhões de euros, com uma faturação superior a 7,5 milhões de euros e uma execução próxima de 7,8 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução próxima dos 97%.

As funções gerais absorveram mais de 4,1 milhões de euros, destacando-se nesta a Administração Geral e Recursos Humanos, com assume a execução da função quase na sua totalidade.

Nas funções sociais foram investidos mais de 2,6 milhões de euros e nas funções económicas mais de 630.000 EUR, assumindo as outras funções pouco mais de 380.000 EUR de execução nas AMR no ano de 2022, conforme mapa seguinte.

Mapa 67 - Execução das AMR - 2022

DESIGNAÇÃO	DESPESA CORRIGIDA	DESPESA FATURADA	DESPESA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
Funções Gerais	4 182 370,65	4 154 368,14	4 147 840,68	99,17%
Administração geral	4 138 357,52	4 111 826,15	4 105 790,69	99,21%
Proteção civil e luta contra incêndios	44 013,13	42 541,99	42 049,99	95,54%
Funções Sociais	2 811 563,84	2 683 623,50	2 614 539,34	92,99%
Ensino não superior	685 210,16	679 347,48	679 002,24	99,09%
Serviços auxiliares de ensino	144 762,71	142 124,16	140 293,75	96,91%
Serviços individuais de saúde	80 308,50	53 056,48	53 056,48	66,07%
Ação social	603 357,50	559 201,12	559 201,12	92,68%
Saneamento	226 644,45	226 338,59	208 409,33	91,95%
Abastecimento de água	549 715,55	539 390,32	491 224,35	89,36%
Resíduos sólidos	221 000,00	213 044,34	213 044,34	96,40%
Proteção meio ambiente e conservação da natureza	14 000,00	3 748,62	3 748,62	26,78%
Cultura	73 142,65	69 982,00	69 742,52	95,35%
Desporto, recreio e lazer	213 422,32	197 390,39	196 816,59	92,22%
Funções Económicas	644 531,71	633 731,47	632 953,85	98,20%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	79 666,00	74 004,43	73 892,29	92,75%
Iluminação pública	120 250,00	120 034,54	120 034,54	99,82%
Turismo	444 615,71	439 692,50	439 027,02	98,74%
Outras funções	385 765,00	381 269,14	381 269,14	98,83%
Operações da dívida autárquica	82 710,00	82 159,65	82 159,65	99,33%
Transferências entre administrações	303 055,00	299 109,49	299 109,49	98,70%
TOTAL GERAL	8 024 231,20	7 852 992,25	7 776 603,01	96,91%

5.7. INDICADORES ORÇAMENTAIS

De acordo com o previsto no SNC-AP, e para efeitos de análise do período 2021-2022, apresentam-se alguns indicadores, relacionados com as taxas de execução das receitas cobradas e das despesas pagas face às corrigidas, dos diferenciais entre receitas correntes e de capital e despesas correntes e de capital, apuramento de saldos com o cálculo dos diferenciais entre receitas efetivas e despesas efetivas, bem como respeitantes à comparação entre “despesa primária”, “despesa total”, “despesa com pessoal”, “compromissos”, “obrigações”, “pagamentos de períodos anteriores” e “compromissos a transitar”.

Mapa 68 - Indicadores orçamentais - 2021/2022

INDICADORES	2021	2022
Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	91,63%	88,14%
Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	88,61%	83,71%
Receita corrente líquida - Despesa corrente	1 057 177 €	583 666 €
Receita de capital - Despesa de capital	-1 008 264 €	-685 392 €
Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	584 267 €	584 267 €
Receita efetiva - Despesa efetiva	487 894 €	487 894 €
Despesa primária / Despesa total	93,95%	94,87%
Despesa c/pessoal / Despesa primária	47,84%	50,28%
Despesa c/pessoal / Despesa total	44,95%	47,70%
Compromissos /Dotações corrigidas	92,79%	87,42%
Obrigações /Compromissos	96,57%	96,57%
Pagamentos períodos anteriores / Despesa p/pagar períodos anteriores	100,00%	87,47%
Pagamentos no período / Obrigações	98,89%	99,15%
Compromissos a transitar / Compromissos	3,43%	3,43%

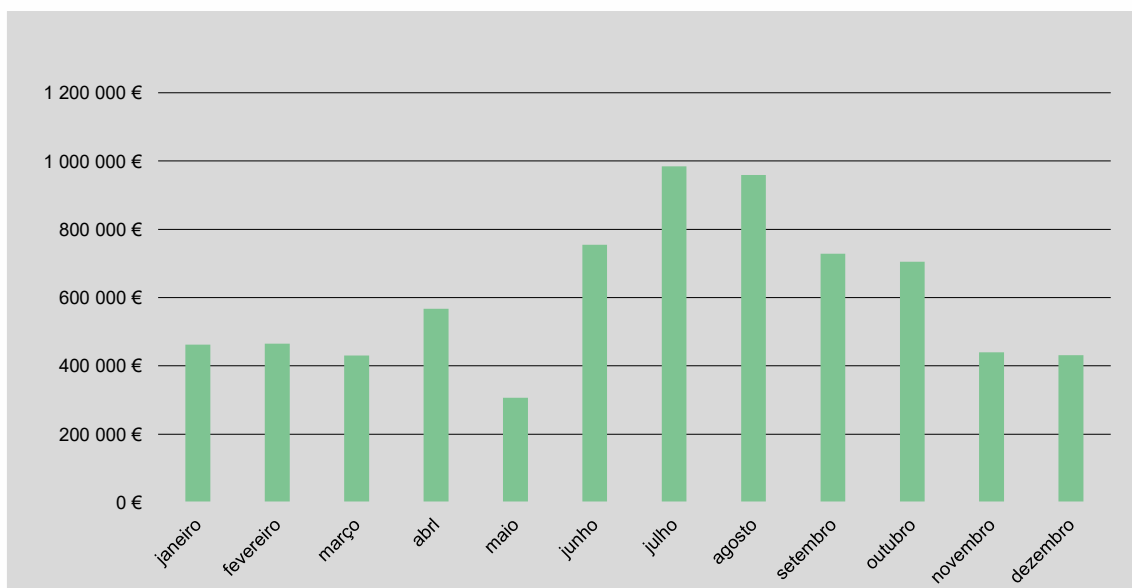
VI. LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

Esta lei impõe assim limites à gestão municipal, impossibilitando a assunção de novos compromissos no caso de não existirem fundos disponíveis. A Câmara Municipal de Borba não aprovou, nos termos do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Caso o tivesse efetuado, por força do disposto no n.º 5⁴⁸ do artigo 85.º da LOE 2022⁴⁹, mantinha essa exclusão⁵⁰ no ano de 2022.

No entanto, apesar disso, o n.º 6⁵¹ do artigo 85.º da LOE 2022 exclui o âmbito da aplicação da lei para os municípios que cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, como é o caso do Município de Borba. Independentemente do referido, os serviços municipais continuaram a calcular os fundos disponíveis, como ferramenta de gestão, mantendo valores positivos de fundos, conforme se demonstra nos apuramentos mensais, que se apresentam no gráfico seguinte.

Gráfico 14 - Fundos Disponíveis - 2022



48 "Em 2022, as autarquias locais que, em 2021, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31 de dezembro de 2021, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro".

49 Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2022, aprovado pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho.

50 "salvo se, em 31 de dezembro de 2020, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro".

51 "Em 2022, são excluídas do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as autarquias locais que, a 31 de dezembro de 2021, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ficando dispensadas do envio do mapa dos fundos disponíveis através da plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL, mantendo-se a obrigatoriedade de reporte dos pagamentos em atraso."

Nos termos do n.º 1⁵² do artigo 86.º do LOE 2022⁵³, até ao final do ano de 2022, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2021, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), o que se verificou, uma vez que o Município não detinha qualquer pagamento em atraso no final de setembro de 2021, nem no final de dezembro de 2022, conforme se apresenta no mapa seguinte.

Mapa 69 - Redução dos pagamentos em atraso - 2022

DESCRIÇÃO	VALOR
Pagamentos em atraso em 30/09/2021	0,00
Valor a Reduzir = 10% dos pagamentos em atraso a 30/09/2021	0,00
Objetivo para 31/12/2022	0,00
Pagamentos em atraso a 31/12/2022	0,00
CUMPRIMENTO	

⁵² "Até ao final de 2022, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 /prct. dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados na plataforma eletrónica de recolha de informação da DGAL à data de setembro de 2021, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local, criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto."

⁵³ Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2022, aprovado pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho.

VII. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão no Município de Borba encontra-se numa fase de implementação em que ainda é necessário proceder a trabalhos de ajustes e melhorias, tanto ao nível do apuramento dos gastos como dos rendimentos das diversas atividades do município.

A norma de contabilidade publica 27 do SNC-AP dispõe que a contabilidade de gestão destina -se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

Atendendo ao apuramento dos gastos e rendimentos por centro de custo, foi possível apurar em 2022 um saldo devedor de 4,2 milhões de euros, repartido por centros de custo, conforme mapa seguinte.

Também é possível fazer uma análise comparativa fase ao ano de 2021, sendo visível o aumento de gastos e/ou a redução de rendimentos por atividade/centro de custo, uma vez que no período homólogo o mesmo se cifrou em 2,6 milhões de euros.

Mapa 70 - Custos por Centro de Custo - 2021/2022

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Código	Designação	2021	2022		
91.01	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	394 565,98	409 769,96	3,85%	15 203,98
91.02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	-902,18	8 090,62	-996,79%	8 992,80
91.03	GESTÃO PATRIMONIAL, CONTABILÍSTICA E DE TESOURARIA	-5 208 608,71	-4 770 714,97	-8,41%	437 893,74
91.04	SISTEMAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	27 836,74	29 441,13	5,76%	1 604,39
91.05	GESTÃO DE EXPEDIENTE E ARQUIVO	11 181,02	12 238,97	9,46%	1 057,95
<i>Continua na página seguinte</i>					

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Código	Designação	2021	2022		
	<i>Continuação da página anterior</i>				
91.06	GESTÃO URBANÍSTICA	-33 029,43	-38 764,84	17,36%	-5 735,41
91.06.01	LOTEAMENTOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO	-1 160,22		-100,00%	1 160,22
91.06.02	REMODELAÇÃO DE TERRENOS		1 821,90	-	1 821,90
91.06.03	OBRAS DE EDIFICAÇÃO	-29 315,21	-35 330,61	20,52%	-6 015,40
91.06.04	INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS			-	0,00
91.06.05	LICENCIAMENTO DE GÁS, CARBURANTES LÍQUIDOS, AR E ÁGUA			-	0,00
91.06.06	FISCALIZAÇÃO / VISTORIAS	24,10	-682,06	-2930,12%	-706,16
91.06.07	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DE OBRAS	-797,88	-889,63	11,50%	-91,75
91.06.08	PARU - PLANO AÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA			-	0,00
91.06.99	OUTRAS OPERAÇÕES	-1 780,22	-3 684,44	106,97%	-1 904,22
91.07	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS	2 077 390,57	2 150 894,55	3,54%	73 503,98
91.07.01	HIGIENE E LIMPEZA		10,64	-	10,64
91.07.02	PARQUES E JARDINS	120 413,79	120 136,68	-0,23%	-277,11
91.07.03	CEMITÉRIOS	25 971,64	24 607,69	-5,25%	-1 363,95
91.07.04	ABRIGO DOS ANIMAIS	596,55	726,12	21,72%	129,57
91.07.05	ESTRADAS, ARRUEAMENTOS E CAMINHOS	1 344 903,10	1 433 363,32	6,58%	88 460,22
91.07.06	LOTEAMENTOS	120 749,76	120 276,56	-0,39%	-473,20
91.07.07	ZONAS INDUSTRIAIS	23 594,30	20 224,82	-14,28%	-3 369,48
91.07.08	GESTÃO DE VIATURAS	186 295,89	211 695,13	13,63%	25 399,24
91.07.09	GESTÃO DE MÁQUINAS	33 570,27	40 026,89	19,23%	6 456,62
91.07.10	ESTAÇÃO DE SERVIÇO	665,87	317,65	-52,30%	-348,22
91.07.11	TOPOGRAFIA	31 966,46	30 579,33	-4,34%	-1 387,13
91.07.12	MANUTENÇÃO GERAL	115 305,40	115 610,10	0,26%	304,70
91.07.13	IMÓVEIS DIVERSOS	-23 245,70	-29 036,27	24,91%	-5 790,57
91.07.14	TERRENOS DO DOMÍNIO PRIVADO	3 240,23	445,56	-86,25%	-2 794,67
91.07.15	PAÇOS DO CONCELHO	47 629,07	45 087,07	-5,34%	-2 542,00
91.07.16	CENTRAL DE ASFALTO	2 102,28	2 591,42	23,27%	489,14
91.07.17	SAMA - SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRAT		1 673,59	-	1 673,59
91.07.18	ARMAZÉM DE INERTES	7 038,15	6 733,75	-4,33%	-304,40
91.07.19	MUROS E PEQUENAS CONSTRUÇÕES	8 275,25	3 477,21	-57,98%	-4 798,04
91.07.21	MONUMENTOS E OUTROS BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO	19 082,00	2 062,34	-89,19%	-17 019,66
91.07.22	ADARVE DA MURALHA DO CASTELO DE BORBA	9 236,26	284,95	-96,91%	-8 951,31
91.08	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	466 620,41	577 637,69	23,79%	111 017,28
91.08.01	REMOÇÃO DE LIXOS E OUTROS RESÍDUOS	466 620,41	577 637,69	23,79%	111 017,28
91.09	GESTÃO DE ÁGUAS	890 465,30	1 151 194,53	29,28%	260 729,23
91.09.01	LIGAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁGUA	8 731,91	4 853,90	-44,41%	-3 878,01
91.09.02	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	881 733,39	1 146 340,63	30,01%	264 607,24
91.10	GESTÃO DE ESGOTOS	307 869,84	417 174,43	35,50%	109 304,59
91.10.01	LIGAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESGOTOS	30 340,77	10 739,78	-64,60%	-19 600,99
91.10.02	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESGOTOS	218 412,12	336 775,54	54,19%	118 363,42
91.10.03	ÁGUAS PLUVIAIS	59 116,95	69 659,11	17,83%	10 542,16
	<i>Continua na página seguinte</i>				

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ	Δ
Código	Designação	2021	2022	2021/2022 %	2021/2022 €
<i>Continuação da página anterior</i>					
91.11	ECONOMIA, COMÉRCIO E APOIO AO CONSUMIDOR	300 862,16	287 502,74	-4,44%	-13 359,42
91.11.01	TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS	-9 330,07	-24 291,04	160,35%	-14 960,97
91.11.02	FEIRAS / FESTAS TEMÁTICAS	155 196,12	254 435,61	63,94%	99 239,49
91.11.04	GESTÃO DE MERCADOS	42 672,59	34 836,43	-18,36%	-7 836,16
91.11.05	GESTÃO DE FEIRAS	75 157,03	-1 378,75	-101,83%	-76 535,78
91.11.07	GADE	37 166,49	21 917,48	-41,03%	-15 249,01
91.11.08	PROVERE		948,33	-	948,33
91.11.09	FAME - APOIO EMPRESAS		1 034,68	-	1 034,68
91.12	EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	697 125,76	807 846,54	15,88%	110 720,78
91.12.01	EDUCAÇÃO	509 051,13	555 829,65	9,19%	46 778,52
91.12.02	SAÚDE	21 617,79	43 134,72	99,53%	21 516,93
91.12.03	AÇÃO SOCIAL	166 456,84	208 882,17	25,49%	42 425,33
91.13	CULTURA E DESPORTO	982 250,21	1 093 503,73	11,33%	111 253,52
91.13.01	FESTAS E ANIMAÇÃO CULTURAL	94 227,16	188 508,82	100,06%	94 281,66
91.13.02	POSTO DE TURISMO	30 345,97	39 043,78	28,66%	8 697,81
91.13.03	FÓRUM TRANSFRONTEIRIÇO	10 980,95	8 905,01	-18,90%	-2 075,94
91.13.04	BIBLIOTECA	24 150,57	22 670,60	-6,13%	-1 479,97
91.13.05	ESPAÇO INTERNET		53,17	-	53,17
91.13.06	PALACETE DOS MELOS	33 034,46	21 026,61	-36,35%	-12 007,85
91.13.07	MUSEU DAS PROFISSÕES	142,22		-100,00%	-142,22
91.13.08	CINETEATRO	22 121,23	8 501,82	-61,57%	-13 619,41
91.13.09	CELEIRO DA CULTURA	7 721,11	8 319,14	7,75%	598,03
91.13.10	PAVILHÃO DESPORTIVO	1 329,01	5 118,71	285,15%	3 789,70
91.13.11	PISCINA COBERTA	120 354,02	167 212,00	38,93%	46 857,98
91.13.12	PISCINA DESCOBERTA	21 360,10	22 777,47	6,64%	1 417,37
91.13.13	ESPAÇOS DESPORTIVOS	103 042,10	113 338,25	9,99%	10 296,15
91.13.14	SUBSÍDIOS/APOIO A COLECTIVIDADES / ASSOCIAÇÕES	339 605,11	227 836,95	-32,91%	-111 768,16
91.13.15	PAVILHÃO DE EVENTOS	105 505,31	91 579,34	-13,20%	-13 925,97
91.13.17	EDIFÍCIO DO CENTRO CULTURAL DE BORBA	6 234,49	6 244,89	0,17%	10,40
91.13.18	LOJA DO CIDADÃO	12 603,98	13 080,96	3,78%	476,98
91.13.19	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E CERTAMES	320,70	3 052,24	851,74%	2 731,54
91.13.20	ATIVIDADES CULTURAIS DIVERSAS	22 639,96	116 442,52	414,32%	93 802,56
91.13.21	PALACETE ALVAREZ	26 531,76	29 791,45	12,29%	3 259,69
91.14	SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS	-7 825,06	-128 086,52	1536,88%	-120 261,46
91.14.01	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-251 092,77	-274 857,99	9,46%	-23 765,22
91.14.02	PROTEÇÃO CIVIL	224 669,45	140 165,22	-37,61%	-84 504,23
91.14.03	GESTÃO DE TRÂNSITO	18 598,26	6 606,25	-64,48%	-11 992,01
<i>Continua na página seguinte</i>					

IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO DE CUSTOS		SALDO		Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
Código	Designação	2021	2022		
	<i>Continuação da página anterior</i>				
91.15	ATIVIDADES DE GESTÃO	1 098 157,53	1 558 613,88	41,93%	460 456,35
91.15.01	UNIDADE DE URBANISMO E OBRAS PARTICULARES	15 103,50	7 765,98	-48,58%	-7 337,52
91.15.02	SUBUNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS	135 243,52	82 393,39	-39,08%	-52 850,13
91.15.03	SUBUNIDADE DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	127 222,13	140 775,94	10,65%	13 553,81
91.15.04	SUBUNIDADE DE PATRIMÓNIO E CULTURA	61 201,55	24 411,62	-60,11%	-36 789,93
91.15.05	SUBUNIDADE DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL	22 079,77	29 173,69	32,13%	7 093,92
91.15.06	SUB-UNIDADE DE APOIO SOCIO-ECONOMICO		58,01	-	58,01
91.15.07	UNIDADE DE CONTRAT.PÚBLICA E CONTABILIDADE	60 178,56	194 106,61	222,55%	133 928,05
91.15.08	UNIDADE FINANÇAS, INVEST.E MOD. ADMINISTRATIVA	224 503,79	279 791,25	24,63%	55 287,46
91.15.09	UNIDADE JURÍDICA, GESTÃO ADM. E FISCALIZAÇÃO	359 831,19	486 433,89	35,18%	126 602,70
91.15.10	UNIDADE PROJ., G. URB. E ORD. DO TERRITÓRIO	202 468,74	230 651,41	13,92%	28 182,67
91.15.11	UNIDADE DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	-109 675,22	76 438,68	-169,70%	186 113,90
91.15.12	UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO		6 613,41	-	6 613,41
91.16	ATIVIDADES DE GESTÃO GERAL	504 662,80	520 336,77	3,11%	15 673,97
91.16.01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	13 745,61	14 357,79	4,45%	612,18
91.16.02	CÂMARA MUNICIPAL	313 765,28	330 162,67	5,23%	16 397,39
91.16.03	FREGUESIAS	177 151,91	175 816,31	-0,75%	-1 335,60
91.17	COOPERAÇÃO	111 285,11	121 498,18	9,18%	10 213,07
91.17.04	CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS CIMAC	111 285,11	121 498,18	9,18%	10 213,07
91.02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	3 424,98	137,80	-95,98%	-3 287,18
TOTAL		2 623 333,03	4 208 315,19	60,42%	1 584 982,16

Para efeitos de complemento à informação anterior importa ainda atender que as GOP, embora respeitem à execução orçamental (e não aos gastos propriamente ditos) são um importante indicador a levar em linha de conta neste aspeto, uma vez que nos indicam a execução por funções.

Assim, no mapa seguinte, apresenta-se a execução das GOP, por funções, nos anos de 2021 e 2022, de forma a ser possível espelhar uma comparação racional entre ambos os períodos.

A execução por funções, nas GOP, em 2022 cifrou-se em cerca de 9,2 milhões de euros, distribuídos pelas quatro funções existentes em termos de classificação funcional. A variação comparativamente ao período homólogo é de um aumento superior a 500.000 EUR (+6%).

As funções gerais foram, em ambos os anos, aquelas que apresentaram maior despesa, com execução, em 2022, superior a 4,3 milhões de euros, assumindo inclusive um aumento superior a 3% face a 2021.

As funções sociais foram, tal com as gerais, as segundas com maior importância na execução em montante, no período, apresentando em 2022, uma execução próxima de 3,2 milhões de euros, com um incremento, face ao período homólogo, próxima dos 300.000 EUR (+10%).

As funções económicas apresentaram, no período, a terceira maior execução em montante, cabendo-lhe, em 2022, uma execução próxima dos 890.000 EUR, representando um acréscimo, face a 2021 de cerca de 40.000 EURO (+4,5%).

As outras funções assumiram a última execução, em valor, cabendo-lhe, em 2022, execução próxima de 773.250 EUR, com um aumento, face ao período homólogo, de 6,5%, conforme mapa seguinte.

Mapa 71 - Execução das GOP por função 2021/2022

FUNÇÃO / OBJETIVO		2021	2022	Δ 2021/2022 %	Δ 2021/2022 €
1.	Funções Gerais	4 206 494,43	4 345 221,75	3,30%	138 727,32
1.1.	Serviços gerais de administração pública	3 998 356,12	4 288 135,39	7,25%	289 779,27
1.1.1.	Administração geral	3 998 356,12	4 288 135,39	7,25%	289 779,27
1.2.	Segurança e ordem públicas	208 138,31	57 086,36	-72,57%	-151 051,95
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	208 138,31	57 086,36	-72,57%	-151 051,95
2.	Funções Sociais	2 896 258,39	3 188 077,27	10,08%	291 818,88
2.1.	Educação	619 658,79	837 315,57	35,13%	217 656,78
2.1.1.	Ensino não superior	460 020,37	697 021,82	51,52%	237 001,45
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	159 638,42	140 293,75	-12,12%	-19 344,67
2.2.	Saúde		53 056,48		53 056,48
2.2.1.	Serviços individuais de saúde		53 056,48		53 056,48
2.3.	Segurança e Ação Social	394 729,51	630 332,38	59,69%	235 602,87
2.3.2.	Ação social	394 729,51	630 332,38	59,69%	235 602,87
2.4.	Habituação e serviços coletivos	1 301 487,13	1 204 075,23	-7,48%	-97 411,90
2.4.2.	Ordenamento do território	41 116,70	78 324,87	90,49%	37 208,17
2.4.3.	Saneamento	236 035,95	367 548,92	55,72%	131 512,97
2.4.4.	Abastecimento de água	646 334,25	530 681,52	-17,89%	-115 652,73
2.4.5.	Resíduos sólidos	210 821,57	223 609,55	6,07%	12 787,98
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	167 178,66	3 910,37	-97,66%	-163 268,29
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	580 382,96	463 297,61	-20,17%	-117 085,35
2.5.1.	Cultura	49 686,89	79 138,47	59,27%	29 451,58
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	371 319,77	238 517,69	-35,76%	-132 802,08
2.5.3.	Outras serviços culturais	159 376,30	145 641,45	-8,62%	-13 734,85
3.	Funções Económicas	850 977,70	889 365,95	4,51%	38 388,25
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	72 436,95	73 892,29	2,01%	1 455,34
3.2.	Indústria e energia	195 443,60	170 596,18	-12,71%	-24 847,42
3.3.	Transportes e comunicações	335 492,25	48 188,66	-85,64%	-287 303,59
3.3.1.	Transportes rodoviários	335 492,25	48 188,66	-85,64%	-287 303,59
3.4.	Comércio e turismo	247 604,90	596 688,82	140,98%	349 083,92
3.4.1.	Mercados e feiras	4 643,46	2 306,12	-50,34%	-2 337,34
3.4.2.	Turismo	242 961,44	594 382,70	144,64%	351 421,26
4.	Outras Funções	725 955,50	773 246,15	6,51%	47 290,65
4.1.	Operações da dívida autárquica	525 536,19	471 715,94	-10,24%	-53 820,25
4.2.	Transferências entre administrações	197 559,31	301 530,21	52,63%	103 970,90
4.3.	Diversas não especificadas	2 860,00		-100,00%	-2 860,00
TOTAL		8 679 686,02	9 195 911,12	5,95%	516 225,10

VIII. FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam naquela data, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à mesma data com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do período de 2022, no montante de **-1.640.659,42 EUR**, seja transferido para a conta “561 - Resultados Transitados - períodos anteriores”, nos termos previstos no Anexo às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, aprovado pela Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.